

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
MESTRADO EM HISTÓRIA

ONDE ESTÃO OS GRUPOS DE ONZE? : OS
COMANDOS NACIONALISTAS NA REGIÃO ALTO URUGUAI – RS

MARLI DE ALMEIDA BALDISSERA

Dissertação de Mestrado na
área de História Regional,
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História
como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em
História sob a orientação da
Profa. Dra. Ana Luiza Setti
Reckziegel

Passo Fundo, março de 2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

B177g Baldissera, Marli de Almeida
Onde estão os grupos de onze? : os comandos nacionalistas
na região Alto Uruguai – RS / Marli de Almeida Baldissera. –
2003.
172 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2003.

1. História do Rio Grande do Sul 2. Grupos de Onze 3. Reforma
agrária 4. Imaginário anticomunista 5. Imprensa I. Título

CDU:981.65

Catálogo na fonte: bibliotecária Sandra M. Milbrath Vieira CRB 10/1278

AGRADECIMENTOS

Não há conquista que seja obtida sem o auxílio de alguém. Nesse trabalho, muitas foram as pessoas que contribuíram para que ele chegasse ao seu final. Agradeço a orientação firme, segura e amiga da professora Ana Luiza, que além de mostrar o rumo a ser seguido, deu conselhos úteis e me apoiou em horas de desesperança. Aos professores do curso de mestrado pelas excelentes aulas e orientações, principalmente à professora Loiva Otero Félix.

Agradeço aos meus familiares, pais, irmãos, marido e filhas, que passaram dois anos acompanhando o desenrolar desse trabalho, muitas vezes auxiliando, acompanhando em arquivos, copiando documentos. A ajuda da Aline e Marielen foi inestimável. A ajuda financeira e o suporte afetivo de meus amados irmãos, Nilva, Marília e Alvenir possibilitou que o curso de mestrado passasse de sonho à realidade. Aos meus pais devo a curiosidade sobre o assunto da dissertação, além das muitas discussões sobre o mesmo, indicando fontes e apoiando nas horas difíceis.

A todas as pessoas que concederam seu depoimento, colocando a público suas emoções, esclarecendo fatos e enriquecendo o presente trabalho. São elas: Carlos De Ré, da Fundação Alberto Pasqualini, Décio Freitas, Coronel Emílio João Pedro Neme, João de Almeida, Elzira Ribeiro de Almeida, Paula Fannin Longo, Gelsomino Appi, Sirlei Carlesso, José Correia da Silva, Silvino Rill, Eulógio Klush, Dr. Carlos Salim, Edir Rotta, Valentina Mineto Baccin, Iracema Baccin, Darci Baccin e Nilo Copini.

Aos funcionários dos Arquivos e Bibliotecas pesquisados, que pelo atendimento, ajuda e interesse, se tornaram amigos. Aos funcionários do CDB/AIB, principalmente a Rodrigo Montero, que teve uma importante participação para que pudesse anexar documentos na dissertação. Também agradeço ao sr. Vitor Zaar, que ciente do objeto da pesquisa, procurou e enviou pelo correio notícias que versavam sobre os Grupos de Onze. Ao professor Vitor Biasoli, da Universidade Federal de Santa Maria, que gentilmente enviou cópia de sua comunicação sobre os Grupos de Onze Companheiros, apresentada no

Congresso da ANPUH/PUC/SP, um agradecimento especial. À chefe e amiga Isabel Gritti, pelo apoio, sem o qual esse trabalho não seria concluído. Ao professor e amigo Ernesto Cassol, pelo empréstimo de livros, orientações e indicação de fontes e ao historiador Enori Chiaparinni, pelas orientações.

Aos colegas de curso, companheiros de jornada e amigos, cuja convivência somente enriqueceu a minha vida.

Enfim, a todos que colaboraram de alguma forma para que esse trabalho pudesse ser realizado, meus agradecimentos.

RESUMO

Onde estão os Grupos de Onze?: Os Comandos Nacionalistas na Região Alto Uruguai – RS

A história dos Grupos de Onze na Região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul constitui o objeto de pesquisa da presente dissertação. Foram idealizados pelo ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal pelo estado da Guanabara, Leonel Brizola. Passaram a ser formados a partir de outubro de 1963, de modo público, através de chamamentos radiofônicos, com o intuito de pressionar o governo João Goulart e o Congresso Nacional para a aprovação das Reformas de Base.

O contexto político, econômico e social da época era bastante conturbado, marcado pela disputa do espaço político entre as esquerdas reformistas e a direita conservadora. A organização das esquerdas e a pressão pelas Reformas de Base, principalmente a agrária, foram vistas como o avanço do comunismo. Os Grupos de Onze – que, seguindo os apelos de Brizola, se formavam em quase todo o Brasil – serviram para fortalecer a campanha anticomunista desfechada pelos grupos conservadores, com o apoio dos principais jornais do país. A imprensa, por sua vez, contribuiu para a criação de um imaginário de que os Grupos de Onze eram grupos comunistas que deviam ser combatidos.

Os Grupos formados na Região Alto Uruguai eram compostos, principalmente, por pequenos agricultores semi-analfabetos e brizolistas convictos, que acompanhavam regiamente os pronunciamentos do ex-governador. Após o golpe militar, foram alvos de prisões e maus tratos, fatos que marcaram profundamente a vida dos envolvidos.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa constou de depoimentos orais, análise dos Inquéritos Policiais Militares que envolvem a Região Alto Uruguai, pesquisa bibliográfica e análise da imprensa da época estudada, em âmbito nacional e regional.

Palavras chave: Grupos de Onze, reforma agrária, imaginário anticomunista, imprensa.

ABSTRACT

Where are the “Groups of the Eleven”? : The Nationalists Command in the Alto Uruguai Region- Rio Grande do Sul.

The history of the “Groups of the Eleven” in th Alto Uruguai Region of Rio Grande do Sul constitutes the research object of this lecture. They were idealized by the former governor of Rio Grande do Sul and so member of Parliament by Guanabara state, Leonel Brizola. They started to be formed from October of 1963, and made it to public through radio requests, with the aim of pressing the João Goulart government and The National Congress as well to the “Base Reform” approval.

The social-economic and political context of that time was so careworn, marked by the dispute of the political scenary between the “left reformers” and the “right conservatives”. The “left” organization and the pressure for the Base Reforms, farming mainly, were seen as an advance of the communism.

The “Groups of the Eleven”- that, attending Brizola’s appeals, were formed in almost all parts of Brazil- they were essential to strengthen the anti-communism campaign upshoted by the conservative groups, with some local newspapers’support. The press, under its own steam, contributed to an imaginary creation that the “Groups of the Eleven” were communist groups that should be fought against.

The Groups formed in the Alto Uruguai were mainly composed, by small farmers which were semi-illiterate and convicted “brizolistas”, who regally followed the former governor’s speeches. After the military stroke, they were targets of prisons and ill-treatment, facts that deeply marked the life of the ones who were envolved.

The methodology used for the accomplish of the research included oral deposing, Military-constable inquest analysis that involve the Alto Uruguai Region, bibliographic research and press analysis of that time, in the local and national scenary.

Key words: Groups of the Eleven, farming reform, anti-communist imaginary, press.

LISTA DE SIGLAS

ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
FMP – Frente de Mobilização Popular
FNL – Frente Nacional de Libertação
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
GAP – Grupo de Atuação Patriótica
IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
MAC – Movimento Anticomunista
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PL – Partido Libertador
PSD – Partido Social Democrata
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
SOPS – Supervisão de Ordem Política e Social
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundários
UCF – União Cívica Feminina

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIFRA – Centro Universitário Franciscano

USB – União Social Brasileira

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE SIGLAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	11
CAP. I – Grupos de Onze – Retrospectiva histórica.....	24
1.0 – O PTB no âmbito nacional.....	27
2.0 – O panorama político Rio-grandense – o PTB.....	29
3.0 – A trajetória política de Leonel Brizola.....	32
3.1 – A Legalidade.....	35
3.2 – As Encampações.....	39
4.0 – O panorama político nacional.....	41
4.1 – A luta pelas Reformas de Base.....	41
4.2 – A repercussão da Reforma Agrária.....	45
4.3 – A pressão das esquerdas.....	48
4.4 – A conspiração da direita.....	51
CAP. II – Os Grupos de Onze Companheiros.....	57
1.0 – A formação dos Grupos de Onze.....	58
2.0 – O imaginário militar em torno dos Grupos de Onze.....	72
3.0 – Os Grupos de Onze em depoimentos.....	74
4.0 – As “Instruções Secretas para os Grupos de Onze”.....	82
CAP. III – A visão da Imprensa nacional e regional sobre os Grupos de Onze.....	87
1.0 – A Reconstrução dos Grupos de Onze através da Imprensa.....	90
CAP. IV – A perseguição no Rio Grande do Sul: A Região Alto Uruguai.....	122
1.0 – O desmantelamento dos “Grupos Comunistas”.....	123
1.1 – A prisão em Erechim.....	135
1.2 – A conseqüência das prisões.....	141

1.3 – O envolvimento da Igreja.....	145
CONCLUSÃO.....	148
BIBLIOGRAFIA.....	157
FONTES ORAIS.....	163
ANEXO I – Mapa do Rio Grande do Sul e Região Alto Uruguai.....	165
ANEXO II – Cartilha para organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas.....	167

INTRODUÇÃO

O Brasil, no início dos anos 60, viveu períodos de instabilidade política, que se traduziram em vários acontecimentos como a renúncia de Jânio Quadros, a crise da Legalidade e a polêmica das Reformas de Base, culminando com a deflagração do Golpe Militar em 31 de março de 1964. Nos meses anteriores ao golpe - mais especificamente, a partir do final de outubro de 1963 – foram organizados os Comandos Nacionalistas, ou “Grupos de Onze Companheiros”¹ pelo ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal pelo Estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola.

O tema relativo aos Grupos de Onze é ainda pouco explorado, talvez por ter sido um fenômeno de curta duração dentro de um contexto altamente conturbado, como foi o ano de 1963 e, posteriormente, o de 1964, com o golpe militar. Apesar disso, teve grandes repercussões políticas, principalmente entre as facções contrárias ao Governo João Goulart.

Essa temática chamou-me a atenção por ouvir referências aos Grupos de Onze no cotidiano familiar, onde eram relatados – com cuidado e certo temor – acontecimentos desagradáveis ocorridos com amigos e conhecidos que tiveram seus nomes vinculados à formação dos citados Grupos. O enfoque temporal dessa pesquisa centrou-se nos anos de 1963 e 1964, pois esses grupos foram organizados no final do ano de 1963 e, logo no início de 1964, por ocasião do Golpe Militar, tiveram seu desfecho, com o início de uma fase de perseguições e prisões aos seus componentes.

A pesquisa aborda a formação dos grupos no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, principalmente nas cidades e vilas do interior, onde muitos grupos foram formados. Consta, por depoimentos, que, na cidade de Erechim, houve tentativa de formação de um Grupo de Onze, porém o mesmo ficou incógnito, uma vez que não mandaram a lista com os nomes para a rádio Mayrink Veiga, veículo de comunicação que atuava em rede nacional e de onde partiam os chamamentos para a organização dos grupos.

¹ Pode-se encontrar várias formas de grafia do termo: Grupos de Onze, Grupo dos Onze, Grupos dos Onze, grupos dos onze, Grupos dos 11 e até mesmo G11. A forma por mim utilizada será “Grupos de Onze”

O rádio, veículo de comunicação mais difundido no país, era um dos meios utilizados, tanto por Leonel Brizola como por seus adversários, para divulgar suas idéias políticas, que, dessa forma, chegavam aos mais diversos recantos do país. A ampla divulgação dos Grupos de Onze através de uma cadeia de rádio, atingindo milhares de pessoas, contribuiu decisivamente para a repercussão política que obtiveram. Os modernos meios de comunicação de massa e informações, segundo Jacques Julliard, *tornam imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, conferindo-lhes grande repercussão pública. Não há acontecimento que seja político por natureza, mas que tal se torna pela repercussão que alcança numa sociedade.*² Os apelos de Brizola para a formação dos Grupos de Onze, através de uma cadeia de rádio, são levados às mais diversas áreas do Brasil, conseguindo grande adesão de pessoas de áreas urbanas e rurais, pois o hábito de ouvir o rádio era comum num universo de pessoas simples, sem acesso a outros meios de comunicação. Isso repercute intensamente nos meios políticos e sociais conservadores e junto aos militares contrários ao governo Goulart que consideram subversivas as pregações de Brizola e, por conseguinte, a formação dos Grupos um crime contra a segurança nacional.

Assim, como Brizola tinha um programa de rádio de alcance nacional – onde conclamava o povo para a luta contra o imperialismo, pela realização das Reformas de Base e para a formação dos Grupos de Onze – seus adversários formaram a rede da Democracia, na qual procuravam aglutinar e organizar a parcela da sociedade contrária às Reformas de Base, vistas como comunistas, com a finalidade de barrá-las.

O debate político não se restringia ao rádio, ampliava-se através dos jornais, onde os adversários do governo Jango e de Leonel Brizola formavam a maioria, levando enorme vantagem no sentido de criar uma representação do momento que lhes fosse favorável. A grande imprensa³ – jornais de grande tiragem e de âmbito nacional/estadual – publicava diariamente notícias alarmistas de que o comunismo estaria invadindo o Brasil, de que os Grupos de Onze seriam células comunistas prontas a desencadear a guerra revolucionária no país, contribuindo para criar, nas classes média e alta – que consumiam jornais – um

² JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 184.

³ O papel da imprensa será detalhado no capítulo II.

imaginário de que as Reformas de Base representariam tal sistema de governo e de que os Grupos de Onze eram o Exército Popular que faria a revolução comunista⁴.

Os jornais, “arquivos do cotidiano”, possibilitam ao historiador um acompanhamento dos fatos ocorridos, permitindo uma percepção dos acontecimentos, registrados em primeira mão pelos jornais. Como informa Maria Rosa Duarte de Oliveira:

*Como registro dos acontecimentos cotidianos, o jornal é, sob determinado aspecto, objeto da História, à qual fornece documento valioso sobre ações comunitárias das quais participa e dá fé como ‘testemunha ocular’. Registro instantâneo do cotidiano o qual, como todo objeto dinâmico e real, pelas infinitas possibilidades que oferece, só se deixa flagrar por aspectos aproximativos nos signos.*⁵

Sob esse aspecto, a imprensa da época configurou-se em fonte privilegiada para a presente pesquisa, visto que os Grupos de Onze foram amplamente noticiados pela grande imprensa do país, a qual, refletindo os interesses dos grupos conservadores, empenhava-se em denunciá-los como grupos comunistas. O imaginário anticomunista, intensificado pela ação da imprensa, povoou a mentalidade da sociedade da época.

Segundo Roger Chartier, toda realidade social é construída, pensada, representada. O real é composto por realidades imaginárias, por representações e:

as representações do social não são de forma alguma discursos neutros, produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a

⁴“A Revolução é a tentativa, acompanhada do uso de violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, afim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico constitucional e na esfera sócio-econômica. (...) Marx quem dará uma forma completa e um fim ainda mais grandioso à Revolução. Ela surgirá, não como um instrumento essencial para a conquista da liberdade, identificada com o fim da exploração do homem pelo homem e, por consequência, com a possibilidade de vencer a pobreza, mas também como meio de conseguir a igualdade, posta na justiça social, e de o homem desenvolver plenamente todas as suas qualidades” BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. p. 1121-1122. A revolução comunista representava o grande medo da sociedade da época. Era uma ameaça que se apresentou de forma real e concreta com a Revolução Cubana, tão próxima geograficamente. A crescente organização das esquerdas em busca de reformas, como a reforma agrária, fizeram com que o imaginário anticomunista se afirmasse nos grupos mais elitistas. Autores como Carla Simone Rodeghero, em *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul*, e Rodrigo Patto de Sá, em: *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* apresentam como esse medo afetou a sociedade brasileira. A revolução ou a guerra revolucionária - que no entender da elite e da alta oficialidade militar, os Grupos de Onze representavam - apontada nessa pesquisa, segue essa linha de pensamento, de que a revolução socialista (marxista, chinesa ou cubana) representava um perigo iminente, por isso toda e qualquer reforma, ou avanço esquerdista, necessitava ser barrada, mesmo que de forma drástica.

⁵ OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993. p. 132

*legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (...) sempre colocadas num campo de concorrências e competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.*⁶

O poder estava em jogo. Os grupos tradicionalmente dominantes sentiam que havia o risco de perder esse domínio devido ao avanço das esquerdas. Argemiro Brum nos informa que *pela primeira vez no Brasil, os interesses dos grupos dominantes estavam sendo ameaçados por uma articulação oriunda das bases populares.*⁷ E, como nos mostra José Murilo de Carvalho, *a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas*⁸ ou no caso e na época especificamente estudados, em não se permitir que haja mudanças política e social. Ainda José Murilo de Carvalho:

*O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.*⁹

Por isso, no período do governo Goulart, as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista e a associação do comunismo à imagem do mal, do demônio, de práticas imorais¹⁰ foram amplamente divulgadas. Também associava-se a ele as Reformas de Base, barrando, assim, sua implantação e contribuindo para aumentar o clima de insatisfação – e consequentemente de radicalização – das esquerdas partidárias das reformas.

Os Grupos de Onze foram organizados em diversas partes do país e alarmaram a sociedade que, em clima de Guerra Fria, vivia o grande medo do comunismo. Foram comparados a grupos de guerrilha e atemorizavam as camadas mais conservadoras da sociedade. Uma das hipóteses – já estudada por outros autores¹¹ – formuladas a fim de

⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985. p. 17.

⁷ BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. p. 275.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11.

⁹ Idem, p. 10

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPSP, 2002. p. 244; ver também o estudo sobre o anticomunismo no Rio Grande do Sul, desfechado pela Igreja católica de RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998

¹¹ A idéia de que foi para barrar o avanço do comunismo que o golpe militar de 1964 foi desfechado aparece nos depoimentos dos militares na obra: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso

explicar tal fato afirma que o medo do comunismo é um dos fatores, e talvez o mais importante, que podem justificar tanto o Golpe de 64 quanto as perseguições que foram desfechadas sobre os Grupos de Onze. A organização de grupos de colonos “armados”, em regiões do interior – normalmente os colonos utilizam-se de espingarda própria para a caça – era uma ameaça que não podia ser tolerada. Para as classes conservadoras eles eram a própria expressão do comunismo.

A região estudada – o Alto Uruguai¹² do Rio Grande do Sul – tem como município pólo da região o município de Erechim. Essa região é essencialmente agrícola, sendo que apenas Erechim apresenta industrialização. Na época estudada, a região possuía, como em quase todo o Brasil, grande número de analfabetos ou semi-alfabetizados. O brizolismo era bastante difundido e, apesar do precário nível de escolaridade, os rumos da política no país eram acompanhados através do rádio. Através dos chamados “serões”, era comum as pessoas reunirem-se na casa de algum vizinho para ouvir as palestras de Leonel Brizola e debater sobre a situação do momento.¹³

A região era formada, em sua maioria, por pequenos agricultores, muitos deles na situação de agregados, necessitando comprar sua terra ou adquirir implementos agrícolas. O debate a respeito do encaminhamento das Reformas de Base, principalmente a reforma agrária, era acompanhado de perto com muito interesse por seus habitantes. Tal reforma, por ser apregoada incisivamente por Leonel Brizola, despertava paixões, não apenas na esfera política em Brasília, ou entre os grandes proprietários temerosos de perder parcela de suas posses, mas também era muito esperada pelos agricultores da região, onde os acontecimentos do âmbito nacional repercutiam intensamente. Desejando que ela fosse

(int. e org.) *Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Também é trabalhada por SOARES, Gláucio Ary Dillon: “O Golpe de 64”. In: SOARES, Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (org.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 9 a 51.

¹² A área da abrangência da Região Alto Uruguai varia de acordo com o órgão do governo ou privados que a delimitam, ficando entre 21 municípios (BRADESCO) a 46 (EMATER). A delimitação de região utilizada neste trabalho é a da AMAU (Associação dos Municípios do Alto Uruguai), que compõe-se de 27 municípios. Muitos desses municípios ainda não eram emancipados na época estudada, sendo que a região abrangia 18 municípios. PIRAN, Nédio. “Contribuição para a identificação da Região do Alto Uruguai e área de abrangência da URI.” In: *Perspectiva*. Publicação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI . Erechim. RS. v. 19. n° 68. Dez. 95. O mapa da Região Alto Uruguai se encontra no Anexo I

¹³ Essa prática foi citada em diversos depoimentos, sendo que um dos casos mais conhecidos de envolvimento com os Grupos de Onze, na localidade de Baliza, Gaurama, os vizinhos se reuniam na casa de Arquimino Assmann para acompanhar as pregações de Leonel Brizola.

realizada, quando houve o chamamento para a formação dos Grupos de Onze, foram formados, nesta região, muitos desses grupos.

Sobre a Região Alto Uruguai, Zander Navarro nos explica que:

A região foi ocupada entre o final do século passado e até os anos 40 deste século, principalmente por imigrantes europeus, particularmente italianos, alemães e poloneses. Predominam as propriedades pequenas de tamanho até 50 hectares e a região é bastante “dobrada”, com alta proporção de terras impróprias à atividade agrícola. Os cultivos principais são a soja e o trigo, o milho, os cultivos de subsistência e a suinocultura de pequena escala.¹⁴

No jornal *A Voz da Serra*, de 19 de maio de 1964, o discurso do presidente da Associação Comercial e Industrial de Erechim assim se referia à Região Alto Uruguai:

Estamos numa região que gira sua economia em torno da Agricultura, basta dizer que nos 18 municípios que compõem a região do Alto Uruguai há uma população ao redor de 340.000 habitantes, sendo que 280 mil vivem radicados a aproximadamente 31.000 pequenas propriedades.¹⁵

Portanto, pode-se compreender que, devido à característica econômica regional, a questão da reforma agrária despertasse tanto interesse, aliada ao fato de ser apregoada por Leonel Brizola, tido como ídolo político de muitos, visto que havia realizado no governo do Rio Grande do Sul muitas obras que vinham ao encontro das necessidades da população mais pobre, como: saneamento, escolas e assentamentos. A região estava ligada aos acontecimentos nacionais e, no caso, a maior parcela da população apoiava Leonel Brizola, querendo a realização das reformas, pois julgavam que estas lhes trariam benefícios.

Vera Alice Cardoso Silva nos explica que:

A região só se entende (...) como parte de um sistema de relações que ela integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim se pode falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar, igualmente, de uma região cujas fronteiras não coincidam com fronteiras políticas juridicamente definidas. O que não se pode perder de

¹⁴ NAVARRO Zander. *Política protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. p 76.

¹⁵ “Estamos numa Região que gira sua economia em torno da Agricultura”. *A Voz da Serra*. 19 de maio de 1964. p.2

*vista, no entanto, é que a significação analítica e a utilidade explicativa constante ao sistema global de relações do qual foi recortada.*¹⁶

Os acontecimentos políticos em âmbito nacional refletiam-se de forma diferenciada na Região Alto Uruguai, onde a baixa escolaridade e a precária compreensão a respeito da política vigente, bem como uma credibilidade inabalável dessa parcela da população, conferiam-lhes certa ingenuidade. Acreditavam que os apelos de Leonel Brizola eram apenas para formar os grupos, e que isto lhes traria benefícios agrícolas como sementes, implementos e terras, que seriam conseguidas através da reforma agrária. Não tinham a exata dimensão da complexidade daquele momento político, e nem de que atos como assinar uma lista de Grupos de Onze poderiam ter conseqüências nefastas.

No contexto nacional, a formação desses Grupos, conforme Brizola apregoava, possuía o objetivo de pressionar a realização das Reformas de Base, as quais não eram bem esclarecidas nem compreendidas pelos que, na região, inscreveram-se como membros e assinaram as listas. O caso específico dessa região também se diferencia de outros devido à perseguição empreendida sobre os membros dos Grupos de Onze, uma vez que vários casos de torturas foram relatados no local. Isso não ocorreu, por exemplo, na região de Santa Maria. Assim, o estudo da história regional, através da análise do caso dos Grupos de Onze na Região Alto Uruguai, proporciona uma nova luz para essa temática, também em âmbito nacional, possibilitando uma melhor compreensão do fenômeno em suas peculiaridades regionais.

Pode-se afirmar que o grande mérito da história regional é tornar válidas ou não as grandes teses aplicadas em escala nacional, através da focalização particular e considerando as diferentes possibilidades que desencadeiam os fatos em cada local.

No que refere-se ao grande poder de persuasão que alguns seres exercem sobre outros, Max Weber afirma que as relações de mando e obediência, mais ou menos confirmadas no tempo e que se encontram tipicamente na política, tendem a se basear não só em fundamentos materiais ou no mero hábito de obediência dos súditos, mas também num específico fundamento da legitimidade: *para que os dominados obedeçam é*

¹⁶ SILVA, Vera Alice Cardoso. "Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica". In: SILVA, Marco A. da (coord). *República em migalhas*. História Regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990. 43.

*necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima.*¹⁷

Essa legitimidade era conseguida pelo carisma de Brizola. O poder carismático, que se pode identificar em Brizola, para Max Weber:

*A dominação carismática é um tipo de apelo que se opõe às bases da legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário, na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido da sociedade em que atua. Para que se estabeleça uma autoridade desse tipo, é necessário que o apelo do líder seja considerado como legítimo pelos seus seguidores, os quais estabelecem com ele uma lealdade do tipo pessoal.*¹⁸

Brizola, desde os tempos de deputado estadual no Rio Grande do Sul –1947 a 1951 – tinha grande capacidade de comunicação com o povo. Era líder nato, sem muita base teórica, empírico, tendo aprendido por observação e por sua vivência, como nos demonstra muito bem Paulo Schilling:

*Das qualidades positivas de Brizola, seguramente a mais valiosa é a sua capacidade de traduzir a um linguajar acessível às grandes massas, as mais complexas teorias econômicas e sociais. Ele dava explicações que escandalizavam especialistas (...) que porém, correspondiam com a realidade e eram entendidas pelo povo.*¹⁹

Ainda Schilling:

*Entre agosto e março de 1964 ele encarnou as esperanças das classes trabalhadores, dos setores humildes da população, os anseios de libertação do povo brasileiro.*²⁰

Assim, era seguido e admirado, principalmente no Rio Grande do Sul e no Estado da Guanabara, pelo qual havia sido eleito deputado federal em outubro de 1962, com uma votação jamais vista até então: 269 mil votos.

Tornou-se a figura central do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB devido à sua

¹⁷ WEBER, Max . “Textos selecionados”. Seleção e tradução de Maurício Tragtenberg. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. XXII

¹⁸ Idem, *ibidem*

¹⁹ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. p.219

²⁰ Idem, p. 226.

atuação como líder da ala mais radical²¹, fazendo do seu mandato uma luta sem tréguas contra o imperialismo e a favor das Reformas de Base, propostas pelo presidente João Goulart. Acreditava que o Congresso Nacional somente votaria as reformas, entre elas, a polêmica Reforma Agrária, sob uma forte pressão popular. Devido a essa crença, no final do ano de 1963, passa a conclamar a população a organizar-se, formando grupos de onze integrantes, semelhante a um time de futebol: os Grupos de Onze, que seriam como um exército popular na tentativa de pressionar o presidente e o Congresso para a votação das reformas.

A hipótese dessa pesquisa é de que os Grupos de Onze não configuravam grupos paramilitares, guerrilheiros ou grupos revolucionários como foram representados. Na região estudada, os envolvidos eram pessoas inocentes, ingênuas, a maioria constituída de pacatos colonos, sem espírito revolucionário.

A metodologia utilizada nesta pesquisa, constitui-se de pesquisa bibliográfica, notícias veiculadas na imprensa da época e também alguns exemplares de fase posterior. Também foram utilizados como fonte os processos do departamento de Supervisão de Ordem Política e Social (SOPS) relativos aos Grupos dos Onze, que se encontram aos cuidados da Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Algumas pessoas, amparadas na lei 11042 de 18 de novembro de 1997²², estão, atualmente, pleiteando na Justiça ação indenizatória por terem sido presas como integrantes dos Grupos, serão utilizados como fonte para pesquisa três desses processos, pois neles constam os depoimento dos envolvidos, além de outros depoimentos de testemunhas para comprovação, visto que não há nenhum tipo de registro de algumas prisões.

As fontes revelaram-se um tanto limitadas, pois, além da carência de obras específicas sobre a temática, o acesso à documentação foi restrito, sendo que os processos do SOPS ainda se encontram sob sigilo, o que impede que sejam divulgados os nomes dos

²¹ O PTB encontrava-se dividido. Enquanto uma ala apoiava a política de conciliação de João Goulart, outra, liderada por Leonel Brizola, exigia do presidente uma atuação mais incisiva quanto a questão das Reformas de Base, nem que para isso fosse preciso passar por cima do Congresso Nacional. Ver: DÁRAÚJO, Maria Celina. “Raízes do Golpe: ascensão e queda do PTB”. In: SOARES, op. cit. p.52 a 70.

²² Lei nº 11.042, de 18 de novembro de 1997. Reconhece a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas.

envolvidos. Outras fontes encontram-se dispersas. Os acontecimentos relativos à formação dos referidos grupos são muito recentes – 37/38 anos atrás – esbarrando a pesquisa na questão do sigilo e no interesse de alguns em não divulgar os fatos. Tal fator, ao mesmo tempo que é restritivo, apresenta a possibilidade da utilização da história oral, trazendo depoimentos dos participantes dos acontecimentos e demonstrando como vivenciaram esses fatos tão dramáticos.

Através da história oral, buscou-se esclarecer fatos ocorridos no período anterior ao golpe militar relativos à formação dos Grupos dos Onze e ao modo como os acontecimentos se refletiram na vida de pessoas simples – na região estudada, a grande maioria dos integrantes das listas eram agricultores –, além das modificações que provocaram e como foram entendidos pela sociedade local da época.

Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy:

*Não se deve considerar a história oral como mero substitutivo para a carências documentais, quer sejam qualitativas, quer sejam quantitativas. Ela pode até vir a complementar algum conjunto documental a fim de explicar percepções de problemas, mas isso depende de sua qualificação definida no projeto.*²³

Nesse trabalho, a história oral foi utilizada como técnica, sendo que o uso do documento oral foi de vital importância para esclarecimentos de fatos e percepções da época estudada. Apesar das fontes documentais escritas serem escassas, existe uma documentação paralela – processos judiciais e jornais da época - que foi utilizada como objeto central da pesquisa. Os depoimentos foram de grande valia como complementação das fontes escritas e forneceram as percepções das pessoas sobre o momento e o fato estudados. A história oral prestou-se para o cotejo com as fontes formais, propiciando uma pesquisa comparativa, permitindo aprofundar e, até mesmo, esclarecer o que está na documentação escrita.

Sabe-se que processo de geração de documento oral pode apresentar alguns problemas, pois muitas vezes atinge o aspecto emocional do indivíduo. O historiador deve ter sensibilidade ao realizar a pesquisa, pois muitas vezes pode trazer à tona episódios traumáticos da vida do entrevistado no processo de rememoração. Marco Aurélio Santana explica:

²³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p.27

Exemplo claro é o trabalho de entrevistas com indivíduos que passaram por experiências-limite, marcadas por violência física e/ou psicológica, e que têm no campo aberto da entrevista a chance de falar e/ou calar sobre os intensos traumas que sofreram. Isto traz ao pesquisador, entre outras questões, o lidar não só com as resistências conscientes e inconscientes do entrevistado, mas também com a forte emoção que pode aflorar ao longo do processo.²⁴

No entanto, o fato de trabalhar com a memória, que é seletiva e sujeita a esquecimentos, e, muitas vezes, com fortes emoções dos entrevistados não invalida o documento oral, pois ele não representa a verdade absoluta, mas como tal evento foi sentido, vivido, que representações teve para um grupo ou para o indivíduo em questão.

Aspásia A. de Camargo nos dá a dimensão do documento oral:

Assim, o documento obtido após a transcrição é mais do que uma simples memória – pois foi em grande parte induzido pela presença ativa de pesquisadores – e mais do que uma mera compilação de opiniões e dados informativos – uma vez que revela o clima de uma época, ou de uma problemática, obtido a partir do diálogo espontâneo que sugere a trama de relações e de processos subjacentes aos acontecimentos narrados. Desta forma preserva-se a integridade do depoimento, transformando-o no documento histórico que seja a síntese do período e revele, com o máximo de coerência, a posição que nele ocupou o ator estrategicamente selecionado como informante.²⁵ (grifos da autora)

Faz-se necessário ressaltar aqui a seriedade e a responsabilidade na utilização desse recurso, pois algumas das pessoas procuradas demonstraram medo de falar sobre o assunto, necessitando de convencimento para dar as entrevistas. Outros, negaram-se. Houve, ainda, os que preferiram não se identificar, pois o fato até hoje lhes traz constrangimentos.²⁶

Além de entrevistas, foram analisados depoimentos do Laboratório de História Oral, do Centro Universitário Franciscano, em Santa Maria, cidade que se constituiu em grande centro de formação de Grupos de Onze. Esse laboratório possui documentação relevante, apresentando importante contribuição para a pesquisa. Os depoimentos orais da região de

²⁴ SANTANA, Marco Aurélio. “Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*. n° 3, junho de 2000. p. 35

²⁵ CAMARGO, Aspásia A. de; NUNES, Marcia B. M. *Como fazer uma entrevista?* Rio de Janeiro: Doc. CPDOC. 714. p.5

²⁶ Ver pág. 163 – Fontes Oraís

Santa Maria são diferenciados dos da Região Alto Uruguai porque as pessoas envolvidas eram da área urbana, normalmente ligadas a uma atividade sindical ou com cargo político. Logo, eram mais politizadas e prestaram depoimentos mais esclarecedores dos que foram colhidos na Região Alto Uruguai, onde a maioria dos envolvidos eram colonos com pouca alfabetização e menor compreensão do contexto político da época.

Para fins de organização desse trabalho, optou-se por dividi-lo em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda o panorama político nacional e estadual, analisando, através da revisão bibliográfica, o contexto político, social e econômico que propiciou a formação dos Grupos de Onze.

No segundo capítulo, privilegia-se a formação dos Grupos de Onze, sendo utilizadas como fontes de pesquisa a imprensa, depoimentos orais e os processos do SOPS. Esse capítulo, também irá falar do imaginário militar sobre os Grupos, sendo utilizadas obras que trazem depoimentos de militares e obras escritas pelos próprios militares, revelando sua visão sobre esse fenômeno.

Como a imprensa teve papel preponderante em todos os acontecimentos da época e constituiu-se numa das fontes para reconstituição das representações da realidade, o terceiro capítulo contemplará a visão da imprensa sobre os Grupos de Onze. Serão objeto de pesquisa a revista *O Cruzeiro*, de circulação nacional, os jornais de circulação estadual *O Estado de São Paulo*, *O Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *A Última Hora*, *Zero Hora* e os jornais *A Voz da Serra* e *O Nacional* de circulação regional, abrangendo os anos de 1963 e 1964. A imprensa de anos posteriores também foi verificada, sendo que, em reportagens sobre a volta de Leonel Brizola ao Brasil, com a Lei da Anistia, em 1979, houve referências aos Grupos de Onze nos jornais *Coojournal* e *O Rio Grande*.

O quarto capítulo detém-se na perseguição desfechada aos membros dos Grupos de Onze pelo regime militar, centrando o estudo na região do Alto Uruguai. Como fonte de pesquisa para esse capítulo utilizou-se os Inquéritos Policiais Militares do SOPS, que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, obras bibliográficas, a imprensa da época e os depoimentos orais dos envolvidos na formação dos Grupos de Onze que foram possíveis ter acesso.

Ciente de que este não é um trabalho definitivo sobre o tema, em função de limites que se impõem, entende-se que o mesmo constitui uma tentativa inicial de avanço no

conhecimento sobre a histórica política do período em um aspecto que ainda não havia sido abordado nessa perspectiva: os Grupos de Onze.

CAPÍTULO I

GRUPOS DE ONZE – RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Busca-se, nesse primeiro capítulo, fazer uma análise do contexto histórico que propiciou a formação dos Grupos de Onze num plano geral, ou seja, a conjuntura nacional, observando também o contexto regional que influenciou a formação do PTB e forjou lideranças como João Goulart e Leonel Brizola. Esse conjunto, será estudado, mais especificamente, a partir da renúncia de Jânio Quadros até a eclosão do Golpe Militar, a partir de fontes bibliográficas e notícias publicadas na imprensa da época. Essa análise se faz seguindo a trajetória de Leonel Brizola, articulador dos Grupos de Onze, não podendo a história desses grupos ser dissociada da figura do ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado federal no período de 63/64.

Os Grupos de Onze foram organizados somente a partir de outubro de 1963, quando se agrava a crise político-econômica: inflação em ritmo acelerado e crescimento econômico em declínio. O momento é crítico: tanto a esquerda²⁷ – representada pelos trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, tendo como partido mais representativo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e em menor grau, porém com relevância, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) - quanto a direita²⁸ - onde se agrupavam a União Democrática Nacional (UDN), setores do Partido Social Democrata (PSD), grande parte da classe média e da classe alta da sociedade - se organizam para a defesa de seus

²⁷ Como “Esquerda” entende-se a força que persegue a limitação da lógica de mercado, ou, mais prudentemente, a busca de uma racionalidade compatível com a economia de mercado; a sensibilidade para com a questão social, isto é, o apoio ao Estado Social e a certas instituições democráticas” GLOTZ, Peter ou como conceitua Eliaz Diniz “uma maior predisposição às políticas econômicas redistributivas e de nivelamento proporcional, baseadas mais no trabalho do que no capital; uma maior consideração com o que é público e comum, do que para o que é privado e individual(...) Apud: BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 116 (nota 1) Não nos esquecendo, no entanto, que boa parte das esquerdas, no período estudado tinham uma forte conotação marxista, de cunho socialista.

²⁸ Conforme Confrancesco, *Destra/Sinistra. Se cade lo spartiacque: A direita ‘representa uma modalidade do humano’, na medida em que exprime o enraizamento no solo na natureza e da história, a defesa do passado, da tradição, da herança”, ou “O homem de ‘direita’ é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição*. Apud: BOBBIO. Op.cit. p.79 e p. 81

interesses. A esquerda, defende as reformas ; a direita, a manutenção do latifúndio, além de contrapor-se à política nacionalista, às reformas e à participação das camadas populares no poder através da pressão e das greves. Pressentindo um golpe direitista²⁹ e tentando pressionar o presidente João Goulart a tomar uma posição mais firme no tocante ao encaminhamento das reformas, Brizola faz pronunciamentos inflamados, conclamando a população à formação dos Grupos de Onze.

No início dos anos 60, as contradições internas brasileiras, políticas e econômicas, se acirram. Até então, através do populismo³⁰ a burguesia tinha conquistado o controle e a cooperação da classe operária para a construção de uma nação burguesa. Os interesses eram, ou pareciam, comuns, sempre orientados por uma liderança carismática: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek,... No entanto, por trás do desenvolvimentismo, cresciam elementos de uma profunda crise, que estouraria no governo Goulart: inflação ascendente, dívidas externas a pagar, balança comercial deficitária, dificuldade de importação de bens essenciais.³¹ Ademais, a classe trabalhadora cresceu numérica e ideologicamente, fazendo reivindicações que iam além da política populista. Para Jacob Gorender:

Até o início dos anos 60, o populismo foi a política do Estado que, bem ou mal, permitiu levar à frente a industrialização pela via dos atoleiros e conflitos. Mas o desenvolvimento alcançou o ponto em que aos trabalhadores interessava ultrapassar o populismo, enquanto à burguesia interessava desfazer-se dele. Do ponto de vista da burguesia, o sedativo

²⁹ SCHILING, op. cit. p.9

³⁰ O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados. Ao mesmo tempo que os governantes atendem a uma parte das reivindicações do proletariado urbano, vão se elaborando as instituições e os símbolos populistas. (...) Trata-se de uma política de massas específica de uma etapa de transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Ver: IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. O populismo é uma política baseada no aliciamento das camadas sociais de menor poder aquisitivo. Trata-se de uma prática política paternalista, clientelista e cartorial, em que o Estado exerce a tutela da sociedade – e sobre os sindicatos e demais organizações, regulando a vida de tudo e de todos. O Estado, pretensamente neutro, assume uma atitude benevolente, de protetor dos mais fracos. As ações do governo são apresentadas, não como um direito dos destinatários, mas como dádiva e favor dos poderosos aos menos capazes, necessitados de proteção. BRUM, op. cit. p. 198. Uma discussão sobre o conceito de populismo e sua abrangência encontra-se em FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, onde se contesta a idéia de que a massa de trabalhadores apenas seria conduzida e manipulada pela classe burguesa, pelo Estado e/ou pelos líderes, e se trabalha a questão de massa participativa, cooptada talvez, porém não como seres inconscientes, apoiavam o líder porque recebiam em troca algo que lhes interessava, mas mantendo sua autonomia e passando, cada vez mais, a participar do processo político.

³¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p.21

*populista havia perdido a eficácia para o mal específico da luta de classes”.*³²

As massas trabalhadoras, que desde a época de Getúlio Vargas desempenham papéis políticos reais, ainda que secundários³³, parecem organizar-se sistematicamente nesse período. Tanto no campo, com as Ligas Camponesas³⁴, como na cidade, com agremiações partidárias e/ou suprapartidárias, passam a exigir reformas. Tais reformas acarretariam uma melhor distribuição do capital e, em conseqüência, melhorariam a vida da maioria da população. Crescem as mobilizações, seja sob a égide do Partido Comunista Brasileiro - que mesmo na legalidade tinha grande influência sobre o proletariado -, de organizações trabalhistas como o Comando Geral dos Trabalhadores, ou ainda, galvanizadas por líderes carismáticos como Leonel Brizola, Julião e Arraes³⁵.

A renúncia de Jânio Quadros e a recusa³⁶ da posse do vice-presidente João Goulart geram uma grave crise política. Sucodem-se à ela outras crises como a Legalidade³⁷, a

³² Idem, p. 18

³³ IANNI, op. cit. p.177

³⁴ A história das Ligas Camponesas começa em 1945, após a queda do governo Vargas, estimuladas pelo Partido Comunista, na ilegalidade. Desenvolveram-se diante da impossibilidade da instituição de sindicatos rurais, cuja existência dependia de uma série de fatores. Organizaram-se, primeiramente, no Recife, nos bairros tipo horticultores, que já se achavam organizados em cooperativas criadas por Agamenon Magalhães. A intervenção do Estado nessas cooperativas afastara delas os agricultores, cujo objetivo principal era defenderem-se contra os proprietários de terrenos urbanos, na medida que eles empreendiam a construção civil, desenvolvendo a cidade, em detrimento dos horticultores. As Ligas Camponesas desenvolvem-se criando escolas e outras formas de assistência. Expandem-se pelo interior do Estado (...) constituindo um sistema de autodefesa dos trabalhadores do campo sobre os quais houvesse ameaça de expulsão. (...) Numa questão de posse de terra da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, o advogado Francisco Julião consegue ganho de causa contra o filho do presidente e queria que a terra fosse desocupada. Julião funda novas Ligas, expandindo o movimento e politizando a massa camponesa de modo a constituí-la em uma força disposta a lutar contra as desigualdades sociais e a negociar com o Governo, tendo em mira obter recursos. Ver SILVA, Hélio. *1964:golpe ou contragolpe?*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978. p. 276-277.

³⁵ Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco nas eleições de 1962, apoiado por uma coalizão de partidos esquerdistas, inclusive o pequeno Partido Comunista. A eleição de Arraes representou a primeira vitória de um eleitorado urbano de orientação esquerdista num estado relativamente atrasado do ponto-de-vista econômico. Arraes conseguiu mobilizar os trabalhadores de cana-de-açúcar da faixa costeira (suficientemente alfabetizados para terem direito ao voto, e pôde, assim, sobrepujar o domínio eleitoral da oligarquia política tradicional. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.282

³⁶ Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares: marechal Odílio Denis, da Guerra; vice-almirante Silvio Heck, da marinha e o brigadeiro Gabriel Grun Moss, da Aeronáutica, recusam-se a aceitar a posse do vice-presidente, que no momento encontrava-se em visita oficial na China comunista. Esse fato gera uma grave crise política no Brasil, fato que será melhor detalhado no subtítulo 3.1 – A LEGALIDADE.

³⁷ À recusa da posse do vice presidente, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – que era cunhado de Goulart – se insurge e lidera um movimento de defesa da Constituição. A Legalidade será tratada nas páginas a seguir.

adoção do parlamentarismo, o plebiscito em favor do presidencialismo, a luta pelas Reformas de Base, culminando, finalmente, no Golpe Militar.

A formação dos Grupos de Onze se dá nesse momento de intensa mobilização de ambos os lados, direita e esquerda. Na defesa de seus interesses, a radicalização política intensifica-se e a capacidade de negociação torna-se nula, culminando em um levante militar que, sob a argumentação de defender a democracia, suprime-a.

1.0 – O PTB NO ÂMBITO NACIONAL

Fundado em maio de 1945, por Getúlio Vargas, o PTB arregimentava os trabalhadores urbanos e os sindicalizados. A criação do PTB foi promovida pelo governo, *através do Ministério do Trabalho e de seu poder sobre os sindicatos constituídos de acordo com a legislação do Estado Novo.*³⁸

O partido foi identificado por Vargas como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro³⁹, que também poderia optar pelo PCB⁴⁰, nessa época legalizado pela abertura democrática promovida por Vargas. Segundo Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo: *a presença marcante de lideranças sindicais operacionalizaria, em termos práticos, a participação dos sindicatos na política institucional e, nesse sentido, acionaria diretamente aquilo que era matéria prima por excelência do trabalhismo getulista: o trabalhador organizado.*⁴¹

³⁸ ABREU, Alzira Alves de, e outros. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, v.1. p. 837.

³⁹ GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. p. 16

⁴⁰ O PCB teve curta duração legal. Em 10 de novembro de 1945 obtivera seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. Seu objetivo, desde a fundação foi promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. Nas eleições de dezembro daquele ano, os comunistas conseguiram eleger um senador, quinze deputados federais e um prefeito. A penetração do PCB, principalmente nos centros de maior concentração operária, como São Paulo e Rio Grande do Sul, começou a preocupar o governo. O PCB, por exemplo, liderava a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e tinha influência em quatrocentos sindicatos. Em maio de 1947, a pedido do governo, depois de um ano e meio de legalidade, o PCB foi declarado ilegal por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, por ter sido considerado uma organização internacional e de caráter subversivo, fomentando greves e lutas de classe. Apesar de funcionar secretamente, continuou sendo uma força importante junto a intelectuais, estudantes e sindicalistas. O PCB conseguia inscrever, através de vários partidos, principalmente do PTB, candidatos que se apresentavam como representantes e defensores das idéias nacionalistas. ABREU, op. cit. Ver também: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

⁴¹ GOMES; D'ARAÚJO, op. cit. p. 37.

Getúlio Vargas criou dois partidos: o PTB, para aglutinar as massas trabalhadoras, e o PSD, para a burguesia nacional que o apoiava e para os donos de terras. Verificou não ser possível unir num mesmo partido grupos com interesses tão díspares. Diz-se que criou o PSD com a “mão direita” e o PTB com a “mão esquerda”.⁴² Maria Victória Benevides afirma que:

*Ao PSD caberia continuar a obra administrativa de Vargas e preservar os compromissos com as ‘classes conservadoras’ – e daí, articular um pacto social baseado nas teses de conciliação e ‘união nacional’. Ao PTB caberia continuar a obra da legislação trabalhista, propiciar canais de expressão para o proletariado emergente e ‘ideologizar’ um discurso reformista e nacionalista que ao mesmo tempo sensibilizasse a burguesia progressista e os setores populares.*⁴³

O PTB sempre esteve ligado à imagem de Vargas, *o pai dos pobres, aquele que merecia toda a fidelidade da nação*⁴⁴. Tal imagem, já se encontrava consolidada perante as classes trabalhadoras desde a criação do PTB, sendo um forte fator de aglutinação do proletariado.

No plano nacional, Raul Pont nos mostra que o PTB:

*...seguia sob a vontade pessoal de Getúlio Vargas, na defesa de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, cuja expressão política mais acabada constituía-se no pacto nacional-populista. Isto é, uma aliança da burguesia nacionalista com as classes populares, notadamente de trabalhadores, na defesa dos ‘interesses maiores de um nacionalismo econômico’ que beneficiaria a todos.*⁴⁵

O PTB defendia um desenvolvimento capitalista autônomo, nacionalista⁴⁶, o que acaba por conduzir os trabalhadores sindicalizados, através de seus representantes, a uma

⁴² BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo – 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 34.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem. p. 47.

⁴⁵ PONT, Raul. “Um ensaio sobre o brizolismo”. *Coojornal*. Outubro de 1977. p.4.

⁴⁶ O projeto populista de Vargas incluía também a idéia de promover o desenvolvimento autônomo do país, com base na empresa nacional e sob a liderança da burguesia nacional. A posição nacionalista do governo Vargas e de seus herdeiros políticos conseguiu êxitos relativos em alguns setores considerados fundamentais, na época, para a segurança do país, como siderurgia, petróleo, energia elétrica e comunicações, através de empresas estatais. A ideologia do nacionalismo ganha adeptos, sendo uma das linhas do PTB. Para a superação do subdesenvolvimento e a transformação do Brasil em potência autônoma, os nacionalistas sustentavam a necessidade de controle pelo Estado da infra-estrutura (transportes, comunicações, energia) e da indústria básica, ficando as outras áreas da atividade econômica nas mãos da empresa privada nacional. Não rejeitavam completamente o capital estrangeiro, mas insistiam em estabelecer-lhe fortes restrições,

aliança com o Partido Social Democrático (PSD). A coalizão PSD/PTB representava uma união de vários setores em prol de uma política nacionalista: a burguesia nacional, a classe média progressista e o proletariado.⁴⁷

2.0 – O PANORAMA POLÍTICO RIO-GRANDENSE – O PTB

No Rio Grande do Sul, estado Natal de Vargas, o PTB foi mais representativo, estruturou-se melhor como partido, como nos mostra Angela de Castro Gomes:

No Rio Grande do Sul era o partido hegemônico e esta seção regional era a mais importante de todo o país. Nem o PSD, nem a UDN conseguem se articular como forças significativas de situação ou oposição nesse Estado. A fonte desse poder era oriunda fundamentalmente da liderança e do controle que Vargas exercia sobre a política de seu Estado Natal..⁴⁸

Além de ser hegemônico no Rio Grande do Sul, o partido se diferencia da linha nacional, adquirindo singularidades regionais. Isto, porque no estado, devido à fraqueza dos industriais e à forte oposição dos setores agrários, o pacto populista era mais difícil⁴⁹. Apesar da situação problemática, o PTB se organizou melhor, com maiores tradições populares que em outros estados e sem o respaldo da burguesia. Segundo Raul Pont:

O trabalhismo gaúcho formara-se absorvendo vertentes sindicalistas, o que lhe dava um sólido vínculo popular. Participa também, desde os primeiros momentos, um núcleo de socialistas-humanistas liderados por

definindo as áreas em que poderia atuar e limites à remessa de lucros para o exterior. BRUM, op. cit. Para FONSECA, a questão da ideologia do nacionalismo ficava mais na questão do discurso, pois não havia um objetivo de rompimento com o capital estrangeiro. “Aos comprometidos de alguma forma com o desenvolvimento – Vargas, suas sucessivas equipes, a burguesia industrial – parece ter ficado claro desde o início que a luta pela industrialização brasileira por certo encontraria obstáculos externos, mas de forma alguma poderia prescindir de capitais internacionais, inclusive para suplementar o programa industrializante concentrado no tempo, por sua natureza exigidor de fontes de financiamento e tecnologia externos. Assim, o discurso ideológico apelava à autonomia e à independência econômica do país, mas nenhuma delas supunha a busca da autarquia ou o fechamento para o mundo exterior. Autonomia e independência econômica significavam industrialização, ou seja, desenvolvimento das forças produtivas capitalistas inserido em nova divisão internacional do trabalho que não condenasse o país a perpetuamente exportar matérias-primas e importar produtos industrializados. Significavam, ainda, a possibilidade de governo e classes dominantes locais levarem adiante tal processo com o mínimo de interferência externa contrária à sua efetivação”. FONSECA, Pedro Cezar. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 424.

⁴⁷ CHACON, op. cit. p.154

⁴⁸ GOMES. op. cit. p.38

⁴⁹ PONT. op. cit. p. 4

*Alberto Pasqualini na União Social Brasileira, o que dá ao partido uma conotação programática e compromissos ideológicos que não alcançou em outros estados. Essas correntes foram suficientemente fortes no interior da agremiação para equilibrar a presença das oligarquias e burocratas egressos do Estado Novo, que, por sua vez, entraram no PTB pelas ligações anteriores que possuíam com a figura paternalista de Vargas.*⁵⁰

A figura de Vargas, que ainda seria o ponto forte do PTB nacional, seria muito mais forte no Rio Grande do Sul. Todavia, nesse Estado, o PTB adquire uma melhor organização e formação ideológica, evoluindo, graças à atuação de Alberto Pasqualini, para um nacionalismo reformista, que supera a bandeira da legislação trabalhista do PTB nacional.

Pasqualini representou *um dos esforços mais marcantes de construção de uma doutrina trabalhista para o partido.*⁵¹ Natural de Júlio de Castilhos, foi vereador em Porto Alegre pelo Partido Libertador (PL), secretário do Interior e da Justiça do Rio Grande do Sul durante o governo de Ernesto Dornelles, em 1943. Em 1945, criou a União Social Brasileira (USB). No ano seguinte, ingressou no PTB levando consigo correligionários da USB e suas concepções trabalhistas, sendo, portanto, um dos maiores colaboradores para a elaboração de programa do partido.⁵²

Sua atuação doutrinária foi notável para que o PTB gaúcho pudesse ocupar *o lugar de destaque na política nacional, sendo o Rio Grande do Sul o Estado onde o partido atingiu o mais elevado nível de organização, não só orgânica, mas principalmente ideológica.*⁵³

As influências mais marcantes em seu pensamento partiam da doutrina expressa pelas encíclicas papais⁵⁴ e pelo trabalhismo inglês⁵⁵

⁵⁰ Idem, ibidem.

⁵¹ GOMES. op. cit. p.38

⁵² RUAS. Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945 – 1964)*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1996. p. 24.

⁵³ Idem. p.25.

⁵⁴ Condenando o capitalismo individualista, ao defender a igualdade social, utiliza como ponto de apoio as encíclicas papais (leão XIII e Pio XI), citando freqüentemente a doutrina cristã para mostrar ao leitor que o Programa Trabalhista não possui relações com o Comunismo, mas sim com as doutrinas da Igreja. Ver: RUAS, op. cit. p.30.

⁵⁵ Trabalhismo:” termo mundialmente conhecido para conceituar a trajetória dos trabalhadores em busca de seus direitos econômicos, políticos e sociais. Esse movimento, datado basicamente do século XIX, incluía a luta pelo reconhecimento dos sindicatos enquanto interlocutores legítimos, a defesa do direito de representação política dos trabalhadores e a criação de partidos de trabalhadores. O caso mais célebre é o do

Dizendo-se totalmente contrário ao comunismo, o qual considerava um sistema onde o Estado se tornaria todo poderoso e seria difícil encontrar homens perfeitos para dirigi-lo,⁵⁶ e o operário apenas trocava de patrão, defende que o Brasil permaneça no capitalismo. Entretanto, um capitalismo mais justo, onde a burguesia deixasse de ser tão egoísta⁵⁷ em prol da redução das desigualdades sociais. Mostrando que também as doutrinas da Igreja Católica desejavam uma crescente igualdade de todos os homens, cita em seus discursos constantemente as encíclicas papais de Leão XIII e Pio XI.⁵⁸

Pasqualini defende a redistribuição de terras feita pelo Estado por meio da desapropriação, para que a mesma possa vir a ter um rendimento social citando o Papa PIO XII, demonstrando que a reforma agrária pode ser cristã e não comunista.⁵⁹

Assim, o programa do PTB passou a pregar a justiça social, com idéias do pensamento socialista democrático, sem ser, no entanto, socialista, pois não prega a extinção da propriedade privada, e sim que ela se torne acessível a toda a população. Em vários pronunciamentos, Pasqualini deixa claro que considerava inviável a implantação do sistema socialista no Brasil.⁶⁰

Na questão do imperialismo, adota uma postura moderada, muito diferente daquela proposta posteriormente por Leonel Brizola⁶¹. Para ele, o capital estrangeiro é necessário para o desenvolvimento do país, mas seus efeitos maléficos precisam ser combatidos pela sociedade, assim como devem ser combatidos os efeitos maléficos do capitalismo.⁶²

Pasqualini ressalta a importância da educação política das massas, da necessidade de politizar e educar o homem para se chegar às transformações sociais, *doutrinação das classes trabalhadoras e de sua conscientização acerca da realidade nacional e de seus*

trabalhismo inglês, do qual derivou no início do século XX o *Labour Party*. No Brasil, contudo, trabalhismo esteve sempre mais associado a uma política pública estatal do que a uma intervenção autônoma do movimento dos trabalhadores.” GOMES. Op. cit. p.81

⁵⁶RUAS. op. cit. p.33

⁵⁷ CHACON, op. cit. p. 176.

⁵⁸ RUAS. op. cit. p.31

⁵⁹ Idem. p. 31.

⁶⁰ ABREU. op. cit. p.4438

⁶¹ A atuação de Brizola, no que diz respeito ao imperialismo, foi considerada radical. Partindo de algumas idéias sociais e antiimperialistas lançadas por Vargas em seus últimos discursos e na *Carta Testamento*, Brizola se lança em luta feroz contra o capital estrangeiro e empresas multinacionais, debitando a eles todos os males existentes no país. Usando termos como “processo espoliativo”, trava uma insistente campanha contra o imperialismo. Ver: MORAES, Dênis de: *A Esquerda e o Golpe de 64*: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

⁶² RUAS. op. cit. p. 39

*próprios problemas, para que seja possível realizar as mudanças propostas no PTB*⁶³, idéia incorporada e levada a termo por Leonel Brizola.

Desse modo, o PTB torna-se um partido com idéias reformistas para a época, legando à nação líderes como João Goulart e Leonel Brizola. Figuras estas, que vão desafiar a ordem política brasileira na sua luta por mudanças na Constituição e pela realização das Reformas de Base.

3.0 – A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LEONEL BRIZOLA

Nasceu em 1922, em Carazinho, no Rio Grande do Sul. De origem humilde, aos treze anos, mudou-se sozinho para Porto Alegre, onde, para sustentar seus estudos, trabalhava como ascensorista e operário. Nos primeiros anos da década de 40 decidiu ser engenheiro e, para isso, começou a estudar à noite na principal escola pública da cidade, o Colégio Júlio de Castilhos, onde ensaiou seus primeiros passos no terreno da política, ajudando a fundar o grêmio estudantil.⁶⁴ Convivendo com líderes da política estudantil, passa a se interessar pela política partidária.

Admirador de Vargas⁶⁵, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945, fazendo parte do primeiro núcleo gaúcho do partido,⁶⁶ adquire, então, sua experiência política e formação ideológica.

Com uma grande capacidade de comunicação com as massas trabalhadoras, por falar uma linguagem simples e entendível pelo povo, Brizola tem uma carreira política meteórica. Em 1947, elegeu-se deputado estadual na legenda do PTB, em 1955, prefeito de Porto Alegre e em 1958, governador do Rio Grande do Sul⁶⁷, onde procura colocar seu discurso em prática. Como nos explica Raul Pont:

A prefeitura de Porto Alegre, na gestão de Brizola, é um bom exemplo de que a penetração do trabalhismo no meio popular não era fruto apenas

⁶³ Idem. p.35

⁶⁴ “Brizola.” *O Rio Grande*. 06 a 12 de setembro de 1979.

⁶⁵ Devido à sua origem popular, Brizola sentiu atração pelo nascente PTB. Não se coadunava com o sectarismo do PCB (“eles se consideravam os donos da verdade”) nem com os “grã-finos” da UDN e do Partido Libertador. Entre o PSD e o PTB, este último muito popular no sul por representar os “ideais sociais do dr. Getúlio” ele se filiou ao segundo. Ver: LABAKI, Amir. *1961 A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986; FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, MEC/ SESUL/PROEDI, 1988.

⁶⁶ ABREU, op. cit. P. 837.

⁶⁷ Idem, ibidem

*de lideranças carismáticas ou de pura mistificação ideológica. O atendimento das reivindicações das massas trabalhadoras como saneamento básico, escolas primárias, transportes coletivos foram elementos chaves para Brizola ratificar seu prestígio popular.*⁶⁸

A atuação de Brizola como prefeito de Porto Alegre vai lhe valer uma vitória para o governo do estado em 1958, derrotando a Frente Democrática, formada pelo Partido Social Democrático (PSD), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Libertador (PL).⁶⁹

De acordo com reportagem publicada no jornal *O Rio Grande*, foi no governo do estado que Leonel Brizola revelou-se um impetuoso discípulo de Getúlio Vargas nas questões de administração pública:

*Vargas acreditava que para resolver os problemas econômicos mais urgentes do país era preciso liquidar com os resquícios da doutrina liberal (...) Quer dizer, o governo deveria ser forte e centralizado, para poder por em prática seus planos. Para conseguir isso, Brizola reformou toda a estrutura do estado, criando cinco novas secretarias (Saúde, Economia, Transportes, Trabalho e Habitação, Energia e Comunicações).*⁷⁰

Um dos setores que recebeu maior atenção de Brizola foi a educação. Durante sua administração houve uma extraordinária expansão da rede escolar. Construiu mais de seis mil escolas em todo o estado, a maioria, pequenos prédios de madeira, pré-fabricados, *milhares de pequenos colégios, de tijolos ou de madeira (quase sempre de madeira, então material bastante barato) foram espalhados pelo território gaúcho.*⁷¹ Ao final de quatro anos foram criadas seiscentas e oitenta mil novas matrículas e admitidos quarenta e dois mil professores.⁷² Conforme reportagem publicada no jornal *O Rio Grande*:

Para atingir suas metas, Brizola lançou mão da técnica dos mutirões, mobilizando as comunidades para elas próprias construírem suas escolas nas localidades distantes. O estado dava o material, as prefeituras

⁶⁸ PONT, op. cit. p. 4

⁶⁹ Idem, ibidem

⁷⁰ “Brizola”. *O Rio Grande*, op. cit. p.18

⁷¹ FELIZARDO, op. cit. p.27

⁷² “Brizola”. *O Rio Grande*. op. cit. p. 18.

*forneciam terrenos, transporte e a população se encarregava de erguer os prédios.*⁷³

Considerando a reforma agrária *uma questão de justiça social e um imperativo de desenvolvimento econômico*⁷⁴ Brizola toma medidas que visavam ao encaminhamento da reforma agrária no estado, como nos explica Alzira Alves de Abreu:

*Brizola apoiou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). A Secretaria do Trabalho criou um setor para assessorar as associações dos agricultores e camponeses sem terra, enquanto outros órgãos do governo faziam um levantamento das áreas disponíveis no estado, públicas ou particulares, para sua distribuição entre os necessitados. O governo apoiou ainda os movimentos que organizaram acampamento de milhares de agricultores em latifúndios e terras devolutas, como na Fazenda Sarandi, onde se reuniram mais de dez mil pessoas, reivindicando terras, lá permanecendo de forma pacífica, ou ainda na região de Banhado do Colégio, onde foi formado outro acampamento, também com mais de dez mil pessoas, muitas de origem polonesa e alemã. **Brizola decretou a desapropriação de ambas as áreas, declarando-as de interesse social, distribuindo-as entre os agricultores e oferecendo assistência técnica.***⁷⁵ (grifos nossos)

Pode-se inferir pelo exposto que, enquanto no Brasil começava-se a discutir as “reformas de base”, aqui, pela ação do governo gaúcho, algumas estavam sendo efetivadas.⁷⁶ Brizola mexe com o tabu da propriedade privada, gerando uma reação intensa e generalizada entre os proprietários rurais.⁷⁷

⁷³ Idem, p. 14

⁷⁴ Idem, p. 16

⁷⁵ ABREU, op. cit. p.839. Entretanto, há discordâncias quanto a esse apoio de Leonel Brizola e quanto às medidas tomadas em relação a efetivar mesmo a reforma agrária. Segundo Telmo Marcon, Brizola mais neutralizava o Master do que propriamente o ajudava: “Os métodos do Master, segundo a avaliação do Movimento dos Sem-Terra do Rio Grande do Sul na década de 1960, consistiam em reunir os sem-terra num determinado acampamento porque o ‘Brizola vinha, conversava, prometia terra e reforma agrária, pedia para o pessoal voltar para seus ranchos nas terras dos patrões e todo mundo voltava acreditando nas promessas’. Dessa forma, não havia um processo de resistência mais sistemático nem um avanço na consciência dos sem-terra em relação ao problema fundiário.” MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997. p. 42

⁷⁶ PONT, op. cit. p.5

⁷⁷ “Brizola”. *O Rio Grande*, op. cit. p.16. Apesar dessas medidas, verifica-se que Brizola não era contra a propriedade privada, pois as reformas encaminhadas no Rio Grande do Sul não foram em grandes propriedades privadas, ou eram de sua família ou áreas indígenas, não mexendo no latifúndio. “A primeira área-piloto foi a metade de uma fazenda da propriedade de Neuza Brizola, localizada no município de Osório, onde foram assentadas 30 famílias. (...) Seguiram-se outros três projetos de *colonização orientada*:

Seguindo a política de educação das massas, de Alberto Pasqualini, Brizola mantinha constante contato com o povo que o elegeu. Conforme publicação no jornal *O Rio Grande*:

*Seu forte era o rádio, onde falava todas as sextas-feiras, às vezes por duas horas seguidas, expondo seus planos, defendendo-se das críticas e pedindo apoio da população para sua administração. Cada plano, cada estudo, cada projeto ou realização sua merecia uma publicação, um livreto em linguagem simples, com desenhos e gráficos para serem acessíveis a qualquer pessoa. E com esse material ele alimentava as palestras e conferências que dava permanentemente em sindicatos, colégios ou qualquer lugar que fosse convidado.*⁷⁸

No entanto, dois acontecimentos é que vão projetar Brizola no cenário nacional: sua atuação no episódio da Legalidade, em 1961, e a encampação de subsidiárias de empresas estrangeiras no Rio Grande do Sul, em 1962, que analisaremos a seguir.

3.1 – A LEGALIDADE

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros⁷⁹ renunciou à presidência, alegando não ser possível governar com “aquele Congresso”, pois enfrentava fortes barreiras às suas propostas. Conforme Vanderley Santos:

Ainda não está bem claro quando Jânio Quadros chegou à conclusão de que o Brasil era ingovernável com aquele Congresso (...) o presidente

Banhado do Colégio, Itapoã e a Fazenda Sarandi que foi invadida pelos chamados camponeses sem terra e que não passou de um plano.” “Brizola”. *O Rio Grande*. 06 a 12 de setembro de 1979, p. 16.

⁷⁸ Idem. p. 17

⁷⁹ Jânio Quadros havia sido candidato pela UDN, que pela primeira vez chegava ao Governo. Porém, ao mesmo tempo que adotava uma política de contenção de acordo com os ditames do FMI, partia para uma política externa independente, procurando contatos mais íntimos com os países subdesenvolvidos – África, com destaque - e “socialistas”. Jânio, alegando respeito “ao princípio de autodeterminação dos povos”, se recusa a participar da Invasão da Baía dos Porcos, e, condecora, no Brasil, “Che” Guevara”, o segundo homem forte de Cuba. Jânio perdia o apoio da UDN devido à sua política externa, do PTB e do PDS devido ao seu moralismo pseudojusticeiro, instaurando diversas sindicâncias em órgãos da burocracia estatal que os atingiam diretamente, inclusive ao vice-presidente João Goulart. Ainda, a política do FMI atingiam principalmente as classes médias e baixas, com o aumento do custo de vida (alimentos, transportes, serviços públicos, etc.) como sempre, não sendo acompanhado por elevação proporcional dos salários, parcialmente congelados. Ver LABAKI. op. cit.

*veio a se convencer que nenhum chefe de Executivo poderia governar com sucesso sob as restrições impostas pelo Congresso brasileiro.*⁸⁰

A eleição presidencial não havia sido acompanhada de uma renovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, onde eram francamente minoritários os partidos que ajudaram a levar Jânio Quadros ao Poder Executivo, apoio esse que não logrou aumentar através de negociações. O restrito apoio que possuía, perdia rapidamente devido à sua política externa independente e interna moralizante, com sucessivas sindicâncias nos órgãos públicos. Faltava-lhe, por conseguinte, a base parlamentar necessária para a implementação de seu programa de governo.⁸¹

Edgard Carone nos explica que *na ótica de Jânio, o Legislativo é um poder retrógrado, dominado pelas oposições, o que torna difícil qualquer ação governamental.*⁸² Ele também informa que Jânio Quadros tinha intenções de reformar a agricultura.⁸³ Não se tratava de um plano de reforma agrária, mas de racionalização, com remanejamentos e com a obrigatoriedade dos grandes proprietários fazerem produzir suas terras. É ainda Edgard Carone que ressalva que *desde que se tratava da reforma da terra, uma coalizão se formava no Congresso para bloquear todo o projeto - coalizão heterogênea que ia dos príncipes da UDN a determinados deputados trabalhistas, mais reacionários na matéria que seus colegas de direita e mais irredutíveis.*⁸⁴

Isso se dava pela força política que ainda detinham as oligarquias agrárias e pela desconfiança do Congresso no Executivo, desde a decretação do Estado Novo por Vargas. A rejeição da ditadura experimentada durante o Estado Novo refletiu-se nos anos subsequentes, em que o Executivo tinha suas ações muito mais limitadas pelo Congresso. A Constituição de 1946 restabeleceu o equilíbrio entre os poderes, o que significava que o Executivo teria de dialogar com o Legislativo. A falta de apoio parlamentar de Jânio Quadros teria que ser contornada por uma paciente articulação nos bastidores do Congresso. Wanderley Santos informa que:

Entre 1946 e 1964 os políticos brasileiros deviam atuar dentro de uma

⁸⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986. p. 40.

⁸¹ LABAKI. op. cit. p. 30

⁸² CARONE, Edgard. *A República Liberal II: evolução política, 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1985. p. 156

⁸³ Idem, ibidem.

⁸⁴ Idem, ibidem.

*estrutura institucional estabelecida por um grupo de pessoas que acabavam de experimentar a ditadura. De vez que as ações do Executivo dependiam de lei escrita, estavam sujeitas à contínua fiscalização do Legislativo. Em praticamente nenhuma área o Executivo tinha carta branca para agir. Até mesmo medidas de curto prazo deviam ser autorizadas pelo Legislativo antes de serem postas em funcionamento, e a implementação de políticas era acompanhada de perto por desconfiadas comissões do Congresso.*⁸⁵

Jânio, no entanto, não negociou com os partidos, não quis seguir as regras do jogo político e tentou governar ignorando o Legislativo⁸⁶. Ficaram famosas suas desrespeitosas referências ao Congresso, chamando-os de *um clube de ociosos*.⁸⁷

Renunciando, talvez numa tentativa frustrada de adquirir maior parcela de poder⁸⁸, Jânio Quadros deixa vago o cargo de presidente, que deveria ser ocupado, segundo a constituição, pelo vice-presidente João Goulart . Goulart havia sido Ministro do Trabalho no segundo governo Vargas – de junho de 1953 a 22 de fevereiro de 1954 – e derrubado por um Manifesto dos Militares em 1954.⁸⁹ Para agravar a situação, Goulart encontrava-se em viagem oficial pela China Comunista, *fato que não poderia deixar de concorrer mais dramaticamente perante os militares anticomunistas a sua possibilidade de acesso ao cargo*.⁹⁰

Os ministros militares - marechal Odílio Denis, da Guerra; vice-almirante Sílvio Heck, da Marinha e brigadeiro Gabriel Grun Moss, da Aeronáutica⁹¹ - mobilizam-se para evitar a posse do vice-presidente, o qual era um herdeiro político de Getúlio Vargas⁹² e

⁸⁵ SANTOS, op. cit. p. 42, 43.

⁸⁶ LABAKI. op. cit. p. 33

⁸⁷ Idem, ibidem.

⁸⁸ SKIDMORE, op. cit. p.261

⁸⁹ A nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, no segundo governo Vargas, causou uma grande inquietação. Por parecer o primeiro passo de uma nova campanha para cortejar o proletariado, a sua nomeação alarmou os industriais, os eleitores da classe média e os militares de inclinações conservadoras. Em seus espíritos, Goulart estava ligado à ameaça de um regime sindicalista, do tipo que Perón havia criado na Argentina. Bastava aos brasileiros olhar para o sul para verificar o poder político de um movimento operário bem manobrado. Aos olhos dos antigetulistas, Goulart era um “agitador demagógico” que para obter proveito pessoal, organizaria uma falange proletária, capaz de derrubar a ordem social vigente. SKIDMORE, op. cit. p.149

⁹⁰ SKIDMORE, op. cit. p. 250

⁹¹ ABREU, op. cit. p. 840

⁹² João Goulart fez sua carreira baseado no sistema de sindicatos e dos tribunais trabalhistas criados em toda a federação. Era este o sistema que herdara de Getúlio , cujo poder os militares olhavam com suspeita. Tendo recebido de Vargas um empurrão indispensável em princípios de 1950, Jango era seu herdeiro natural (em mais de um sentido segundo sugeriam seus detratores). Ver: SKIDMORE. op. cit.

considerado perigoso devido à sua atuação junto aos sindicatos⁹³ e à capacidade de mobilização das massas populares. Contudo, isso vai gerar reações até mesmo dentro do Congresso, que pretendia respeitar a Constituição. Em várias regiões surgem movimentos para garantir a posse do presidente, sendo que a mais organizada tem lugar no Rio Grande do Sul, sob a liderança do governador Leonel Brizola, cunhado de João Goulart.⁹⁴

Devido à sua atuação no governo do Rio Grande do Sul, Brizola detém um crédito elevado junto à população do estado. Portanto, quando conclama o povo para defender o regime constitucional e a posse de João Goulart, é prontamente atendido. Joaquim Felizardo afirma que ... *quando rebenta a crise de agosto de 1961, o governador Leonel Brizola desfrutava de um crédito aberto da maioria significativa da população. Portanto existia condições objetivas para que o mesmo convocasse o povo para defender o regime constitucionalista. O povo saberia atendê-lo.*⁹⁵ Rapidamente se organizam demonstrações populares em Porto Alegre, prontos para defender a Constituição e a posse de João Goulart. Como informa Thomas Skidmore *O Rio Grande do Sul estava pronto para a luta.*⁹⁶

O movimento, além do forte apoio popular, consegue adesões de outros estados⁹⁷, graças à *rede da legalidade*, comandada por Brizola, que passa a transmitir programas radiofônicos a todo o país, chamando à resistência e à defesa da Constituição. O comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, Machado Lopes, adere ao movimento da Legalidade e declara sua disposição de ir à luta para garantir a posse do presidente.⁹⁸

As mobilizações populares, lideradas por Brizola – milhares de pessoas ocupavam a Praça da Matriz, defronte ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, prontos para a luta⁹⁹ - e as

⁹³ A estada de João Goulart no ministério, embora curta, foi suficiente para causar impactos de várias ordens. Passou-se a temer, ainda mais a participação política dos trabalhadores, o crescimento do trabalhismo e do PTB e a possibilidade de instauração de uma república sindicalista no Brasil. Ver: GOMES. op. cit. p.64

⁹⁴ ABREU, op. cit. p. 840.

⁹⁵ FELIZARDO, op. cit. p.28

⁹⁶ SKIDMORE, op. cit. p.258

⁹⁷ A maior mobilização fora do Rio Grande do Sul, sem qualquer dúvida, foi a liderada pelo governador de Goiás.(...)Celso Peçanha, governador do estado do Rio de Janeiro, trabalhou nos bastidores da crise, articulando uma tentativa de solução pacífica. (...) As Assembléias Legislativas de quase todos os estados, muitos prefeitos e vereadores se declararam também contrários ao veto a Jango. Uma frente amplíssima hipotecou solidariedade ao vice-presidente. LABAKI, op. cit. p. 99-100.

⁹⁸ Idem, p.109.

⁹⁹ Idem, p.93

divisões nas Forças Armadas levaram o país a um impasse¹⁰⁰, superado pela adoção do regime parlamentarista. João Goulart assumiria a presidência, mas com os poderes reduzidos. Thomas Skidmore explica que *no momento, o sistema político brasileiro fora suficientemente flexível para conciliar o conflito entre os árbitros tradicionais do poder e os novos políticos populistas, dos quais Jango era um exemplo.*¹⁰¹

Brizola posicionou-se contra o parlamentarismo, denunciando-o como uma violação à Constituição. Acreditava que prolongando a resistência, os militares capitulariam para evitar a guerra civil e Goulart assumiria o governo do país, no regime presidencialista.¹⁰²

Apesar de não ter atingido completamente seu objetivo, o episódio da Legalidade - que era João Goulart assumir a presidência no regime presidencialista - mostrou a força do povo organizado e projetou nacionalmente Brizola como líder popular. Schilling mostra que *a crise havia produzido e projetado nacionalmente um líder popular (...) Brizola emergiu do episódio como o grande líder nacional.*¹⁰³ No Rio Grande do Sul, passou a ser considerado um herói¹⁰⁴.

O episódio contribuiu para dar às esquerdas e ao próprio Brizola uma impressão falsa de poder. Essa avaliação equivocada vai contribuir para uma superestimação da força das esquerdas e da mobilização popular, nos momentos que antecedem o golpe militar.

Embora a adoção do parlamentarismo tenha sido consensual, o desfecho do episódio da Legalidade deixou ressentimentos no seio das Forças Armadas. O coronel Golbery do Couto e Silva, maior ideólogo da Escola Superior de Guerra (ESG), deu um dramático e pessimista desabafo: *1961 foi um desastre para o Exército.*¹⁰⁵ A partir de 1961, começa a conspiração militar contra Goulart, clandestinamente, liderada pelos mesmos militares que não conseguiram impedir a sua posse.¹⁰⁶

3.2 – AS ENCAMPAÇÕES

¹⁰⁰ Os militares moderados refletiram a opinião do grande número de civis empenhados na continuidade da Constituição, os quais recuavam frente à idéia de renunciar a um político popularmente eleito, em virtude de suas opiniões serem “consideradas” inaceitáveis. Ver SKIDMORE. op. cit.

¹⁰¹ Idem. p. 261

¹⁰² LABAKI. op. cit. p. 119

¹⁰³ SCHILING, op. cit. p. 226

¹⁰⁴ Idem, p. 241.

¹⁰⁵ LABAKI. op. cit. p. 139

¹⁰⁶ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil. 1961-1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 124.

Outros acontecimentos vão trazer a figura de Brizola para o centro das discussões políticas em âmbito nacional: as encampações de subsidiárias de empresas dos Estados Unidos, enquanto estava no governo gaúcho. Tal procedimento quase provoca uma crise internacional. Jacob Gorender explica:

Em fevereiro de 1962, o governo de Brizola desapropriou, sem indenização, a companhia telefônica de Porto Alegre, subsidiária da ITT norte-americana. Seguindo-se à desapropriação da AMORF, o que provocou inquietação à Light an Power e demais concessionárias de serviços públicos no Brasil. Em resposta a essa inquietação o Congresso dos Estados Unidos aprovou a emenda Hickenlooper à lei de ajuda externa, que proibiu empréstimos e outras formas de ajuda a governos expropriadores de firmas norte-americanas sem indenização considerada justa.¹⁰⁷

Essas intervenções não causaram danos, pois foram indenizadas pelo governo federal. Entretanto, como refere Raul Pont *mesmo que para essas empresas não tenha muito significado econômico a intervenção, pois foram ressarcidas, a medida assumiu conotação de grande radicalismo político dentro do clima político nacional.*¹⁰⁸ Em consequência, aumentaram as desconfianças dos Estados Unidos em relação ao Brasil e ao seu governo populista/trabalhista, e dos militares e burgueses em relação à Brizola, que acusam ser um líder comunista.¹⁰⁹ Além disso, pregava a favor das encampações quando atuava como deputado federal, como informa D'Araújo: *...segundo o que fora realizado durante seu governo no estado gaúcho, Brizola pregava uma política agressiva de encampações nesses setores estratégicos,*¹¹⁰ como luz, telefone, etc.

Paulo Schilling, que foi um dos mais próximos e atuantes assessores de Leonel Brizola, acompanhando toda a sua luta pelas reformas e contra o imperialismo, mostra como Brizola realizava sua campanha, conscientizando a população:

Esse negócio de imperialismo, até então considerado uma invenção dos comunistas, tornou-se evidente para uma porção considerável do povo brasileiro. Principalmente quando tendo conseguido a utilização da Rádio Mayrink Veiga (à qual se somavam várias outras estações que

¹⁰⁷ GORENDER, op. cit. p. 43

¹⁰⁸ PONT, op. cit. p.5

¹⁰⁹ RUAS, op. cit. p.71

¹¹⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina. "Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB". In: SOARES; D'ARAÚJO. op. cit. p.57

cobriam quase todo o país) Brizola chegou a ter uma audiência de cerca de dez milhões de pessoas. Expressões como 'processo espoliativo' (Brizola evitava utilizar o vocabulário marxista), 'bombas de sucção', 'reforma agrária', etc., passaram a incorporar o reduzido vocabulário das classes mais humildes.¹¹¹

Assim, Brizola, que tomou atitudes inéditas em relação às empresas estrangeiras, encampando-as, promovia uma intensa campanha de esclarecimento a respeito do que considerava efeitos maléficos do imperialismo sobre a economia do país. Pressionava, assim, o Presidente Goulart a tomar atitudes semelhantes em nível nacional, o que alarmava as classes conservadoras, os militares e os Estados Unidos¹¹², que o denunciaram como *o novo Fidel*, como informa Paulo Schilling, *cujo principal 'hobby' era expropriar bens norte-americanos.*¹¹³

4.0 – O PANORAMA POLÍTICO NACIONAL

O período que vai de 1960 até 1964 é de intensa participação das massas populares, que, em decorrência do processo inflacionário, passam a reivindicar aumentos salariais mais frequentes, fazer greves e organizar-se em sindicatos e/ou agremiações de esquerda. Isso constitui um reflexo da política populista, a qual incorporou, em papel secundário, inicialmente, as massas trabalhadoras na política. Estas, devido a crises sucessivas, vão conscientizando-se e tendo um papel cada vez mais importante¹¹⁴. Em 1962, Brizola elegeu-se deputado federal pelo estado da Guanabara, onde prossegue com sua luta

¹¹¹ SCHILLING, op. cit. p.220. As obras de Paulo Schilling representam um depoimento de sua vivência nos acontecimentos ocorridos durante a época da projeção de Leonel Brizola como líder esquerdista nacional e a eclosão do Golpe Militar de 1964. Ele era um importante assessor de Brizola, tendo participação significativa nos fatos ocorridos e apresenta a sua visão do momento e dos acontecimentos. São publicadas enquanto Schilling se encontrava no exílio e a Editora Global é conhecida por publicar livros de cunho marxista no final de 1970.

¹¹² “O Departamento de Estado norte-americano acompanhava os acontecimentos no Brasil, pois havia receios de que Goulart se voltasse decididamente para a esquerda” BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994. p. 50. “Os Estados Unidos se preocupavam mais com a instabilidade política do governo Goulart do que com a instabilidade econômica do Brasil, que passava por um processo inflacionário acelerado. A embaixada norte-americana em Brasília estava particularmente irritada com Leonel Brizola, considerado ultranacionalista. MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. “A política externa brasileira de 1961 – 1967”. *Cadernos de Pesquisa*. Goiânia: Ed. UCG, 2000, nº19 p. 25. Ver também: GORDON, Lincon: *A segunda chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo: SENAC, 2002.

¹¹³ SHILLING, op. ci. p. 216.

¹¹⁴ IANNI, p.94

antiimperialista, de forma cada vez mais radical, e pelas Reformas de Base, principalmente pela reforma agrária.

4.1- A LUTA PELAS REFORMAS DE BASE

As Reformas de Base faziam parte do programa de governo de João Goulart. Entretanto, devido ao fato de tais reformas enfrentarem forte resistência pelas camadas conservadoras e seus representantes políticos, necessitaria de muito apoio popular para implementá-las e de alianças políticas no Congresso.

Essas reformas eram essenciais para minorar a situação aflitiva da classe trabalhadora, que se encontrava com as rendas corroídas pelo custo de vida. Ademais, era preciso reduzir os índices inflacionários e tentar fazer o Brasil recuperar o crescimento econômico, que estava em declínio.

No 1º de Maio de 1962, em Volta Redonda (Rio de Janeiro), o presidente João Goulart apresenta ao país as Reformas de Base, o que trouxe novo alento às esquerdas, renovando suas esperanças de que o Presidente conduzisse o processo reformista que lhes traria melhores condições de vida. Estas reformas, se implantadas, promoveriam uma melhor distribuição de renda, pois abrangiam diversas áreas, entre elas, o mais inquietante dos problemas:

*“A reforma agrária não pode mais ser protelada. Há sintomas de impaciência popular (...) O homem do campo precisa de assistência técnica e financeira para torná-la produtiva. Devemos ir ao encontro das legítimas aspirações das populações rurais, ajudando-as a se libertarem das condições de extrema penúria em que vivem”.*¹¹⁵

No entanto, a reforma agrária foi alvo de poderosas resistências. Ainda que ela fosse realizada dentro de um sentido estritamente capitalista, visando a aumentar o número de proprietários rurais, a produção de alimentos e, em contrapartida, a reduzir as tensões no campo que estavam atingindo níveis insuportáveis¹¹⁶.

Ainda o discurso de Goulart:

(...) Outras reformas também são imperiosas. O sistema bancário precisa ser atualizado para assegurar uma organização de crédito e

¹¹⁵ Idem, ibidem.

¹¹⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 55

financiamento capaz de alimentar o progresso econômico do país. A indústria, a agricultura e todas as forças de produção precisam de crédito largamente difundido a juros normais.

(...) A reforma eleitoral também, trabalhadores, impõe-se para que se torne cada vez mais autêntica a voz do povo dentro dos nossos parlamentos, evitando-se junções estranhas e inadmissíveis, demagógicas ou financeiras, na formação das assembleias populares.¹¹⁷

A questão do voto dos analfabetos foi bastante discutida. A possibilidade de candidatura e mandato de setores da baixa oficialidade – e não oficiais - das Forças Armadas despertou uma visível inquietação nos setores da alta oficialidade. A quebra da hierarquia, tão vital ao funcionamento das Forças Armadas, poderia advir da participação política destes setores.

A questão da tributação, que recaía com mais intensidade sobre as camadas populares, e do dinheiro que saía do país sem regulamentação pelas empresas estrangeiras, também era objeto de reforma. Isto inquietou os setores da burguesia nacional aliados a firmas multinacionais e também, novamente, às Forças Armadas, interessadas na interdependência política e econômica do Brasil com os Estados Unidos.

Essas reformas, de cunho capitalista - apesar de tachadas de comunistas -, para serem realizadas, necessitariam da modificação de alguns itens da Constituição de 1946. Isto esbarrava na “barreira intransponível” formada pelo Congresso Nacional, que não admitia a possibilidade de qualquer mudança constitucional. Como informa Wanderley Santos:

Efetivamente, algumas das reformas econômicas e políticas, tais como a reforma agrária e a extensão de voto aos analfabetos, só poderiam ser implantadas através de complexas emendas constitucionais. Todavia, para a maioria dos membros do Congresso, admitir alterações na Constituição parecia uma estratégia perigosa e insegura (...) simplesmente se opunham a todas as propostas constitucionais.¹¹⁸

Mas essas idéias vieram ao encontro das aspirações das massas trabalhadoras e de outros setores da sociedade. Segundo Jacob Gorender:

¹¹⁷ “Goulart prega em volta Redonda pronta reforma da Constituição”. *Diário de Notícias*. 3 de maio de 1962, p. 14

¹¹⁸ SANTOS. op. cit. p. 135

Apesar da indefinição, de certa imprecisão e de certa inclinação populista, as idéias das Reformas de Base correspondia a aspirações das massas trabalhadoras, de vastos setores das classes médias e do setor nacionalista da burguesia. Tornou-se uma idéia mobilizadora formidável.¹¹⁹

A luta pelas Reformas de Base foi incorporada por setores diversos, que se unem em organizações suprapartidárias, como a Frente de Mobilização Popular (FMP), e conseguem adeptos até mesmo dentro de partidos mais conservadores, como o PSD e a UDN.

A situação do país e a pressão das massas trabalhadoras por aumentos salariais exigem do Presidente uma atuação mais incisiva quanto ao encaminhamento das Reformas de Base, o que lhe era limitado pelo parlamentarismo. O regime parlamentarista revelou-se ineficaz para “amaciar” as contradições entre burgueses e trabalhadores e para uma volta de crescimento econômico, apesar das sucessivas trocas de gabinetes. As esquerdas e o próprio Presidente passam a exigir a antecipação do plebiscito sobre a volta ou não do presidencialismo, marcado para 1965. Uma vasta propaganda é desfechada pela volta ao presidencialismo, vinculando as Reformas de Base à recuperação dos poderes presidenciais.¹²⁰ Na pressão pela antecipação do plebiscito, a atuação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), através de uma greve geral, foi decisiva para que o Congresso aceitasse e votasse o plebiscito para 6 de janeiro de 1963.¹²¹

A campanha pelo presidencialismo, com forte pressão popular, foi vitoriosa.

Com os poderes restaurados pelo “não ao parlamentarismo”, chegava o momento de solucionar os problemas econômicos e sociais. A inflação atingira 52% em 1962¹²², a população urbana crescera vertiginosamente, exigindo medidas urgentes nas questões de habitação, saneamento, saúde e educação. Goulart tenta enfrentar esses problemas com o Plano Trienal.¹²³ As medidas antiinflacionárias são impopulares, pois implicavam não

¹¹⁹ GORENDER, op. cit. p.56

¹²⁰ Idem. p. 49.

¹²¹ “Tempos de populismo e Agitação”. *Nosso Século*. p. 24

¹²² MORAES. op. cit. p. 112

¹²³ “O Plano Trienal oferecia mais uma versão de estabilização financeira recessiva, desta vez combinada a certa dose de desenvolvimento. Propunha a verdade cambial, ou seja, a desvalorização do cruzeiro, com vistas ao incremento das exportações; o corte dos subsídios ao consumo de trigo e de derivados de petróleo, a elevação das tarifas de serviços públicos; a contenção do crédito e das emissões de papel moeda; a disciplina dos salários e preços, etc. Ao mesmo tempo prometia a recuperação de taxas elevadas de crescimento. O Plano foi imediatamente combatido pelo CGT, PCB e outras forças de esquerda.” GORENDER, op. cit. p.60

aumento de salário, contenção do crédito e do orçamento federal. E a política de reformas, que dificilmente apresentaria resultados a curto prazo, era retardada e bloqueada pelo Congresso.¹²⁴ O Plano Trienal enfrenta pesadas críticas das esquerdas e à medida que percebe a inviabilidade do plano, Goulart se volta, com maior ênfase, às Reformas de Base, centralizando na Reforma Agrária o foco de sua campanha reformista.¹²⁵

4.2 – A REPERCUSSÃO DA REFORMA AGRÁRIA

De todas as questões apresentadas pelo Plano de Reformas de João Goulart, a que mais suscitou ações e reações foi a Reforma Agrária.

Conforme Wanderley Santos:

A mudança de ênfase da agricultura para a indústria, a construção de estradas e a produção de energia elétrica acarretou pesada carga de impostos para o setor rural, o que significou aumento substancial nos desequilíbrios regionais.

Com o crédito limitado e crescentes problemas de comercialização, os proprietários de terras começaram a pressionar a mão-de-obra rural como um meio de manter constantes a sua taxa de lucros. As tensões daí advindas deram impulso à rápida disseminação de ligas camponesas no final da década de 50 e a migrações maciças para as grandes cidades, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto crescia a violência no campo, a proliferação de favelas e a marginalização social eram os contrapontos do setor rural.¹²⁶

E é no início dos anos 60 que esta questão da terra vai se tornar mais crítica. Os trabalhadores rurais, organizados em sindicatos ou Ligas Camponesas, pressionam para a realização da Reforma Agrária através da ocupação da terra pela força. Como nos mostra Gorender, *a reivindicação da posse da terra deixou de ser retórica urbana e se concretizou em choques armados, invasões de fazendas e desfiles de trabalhadores rurais pelas ruas da cidade.*¹²⁷

¹²⁴ *Nosso Século*, op. cit. p.28

¹²⁵ SANTOS, op. cit. p. 64

¹²⁶ SANTOS, op. cit. p.38

¹²⁷ GORENDER, op. cit. p.47

Em novembro de 1961, com a presença de 1600 delegados, realizou-se em Belo Horizonte o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.¹²⁸ Em sua declaração final, os Congressistas proclamavam: *A Reforma Agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra pelo latifúndio.*¹²⁹

Em 1962, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, que pregava “Reforma Agrária na lei ou na marra”¹³⁰, estavam implantadas em todos os estados do Nordeste e já podiam ser consideradas um fenômeno nacional. As lutas camponesas eram constantes, provocando reação violenta dos proprietários de terras.

A proposta de reforma agrária pelo Presidente Goulart nada tinha de ousado, nem de radical, não possuía relação com o socialismo ou o comunismo como seus adversários o acusavam. Fazer o Brasil retomar o crescimento econômico e minorar as tensões sociais eram os objetivos da proposta de Goulart. Como refere Caio Navarro Toledo:

*De um lado era preciso aumentar a produção agrícola (alimentos que suprissem as demandas da população urbana em crescimento, matérias primas para as indústrias, etc.) ao mesmo tempo que se buscava criar um mercado interno mais amplo para os bens manufaturados. De outro lado, prevendo-se situações incontroláveis de tensões e distúrbios sociais, propunha-se uma melhor redistribuição da terra (em mãos de um reduzido número de latifundiários e freqüentemente de maneira improdutiva).*¹³¹

Contudo, as classes conservadoras não estavam dispostas a esperar para ver o que iria acontecer. Segundo Thomas Skidmore:

*Obviamente, uma medida de tão profundas implicações sociais como a reforma agrária, destinava-se a despertar paixões. Os proprietários rurais, por exemplo, tentavam convencer eleitores da classe média nas cidades de que uma emenda constitucional permitindo indenização em títulos, ao invés de em dinheiro, pelas desapropriações de terras seria um atentado a todo princípio da propriedade privada.*¹³²

¹²⁸ Idem, *ibidem*

¹²⁹ *Nosso Século*, op. cit. p. 34

¹³⁰ SCHILLING, op. cit. p. 141

¹³¹ TOLEDO, op. cit. p. 55.

¹³² SKIDMORE, op. cit. p.317

Mesmo sendo uma necessidade para a consolidação do capitalismo, a Reforma Agrária proposta por Goulart é, neste momento, objeto de intensa e constante oposição por parte dos proprietários rurais e seus setores políticos e de setores da Igreja Católica.¹³³ Semanalmente, o deputado udenista Armando Falcão dirigia-se, num programa de rádio, aos proprietários rurais, perguntando: *Foi para tomar suas terras que você elegeu o deputado de sua região?*¹³⁴

A UDN, que nasceu do combate à ditadura de Vargas, constituía o carro chefe da oposição a Goulart. A base política da UDN é a classe média urbana, especialmente os setores mais radicais e as camadas altas e mais tradicionalistas desta classe média. Ao mesmo tempo, a cúpula udenista está ligada às grandes firmas, nacionais e estrangeiras. Pode-se afirmar, ainda, que a UDN também representa interesses agrários tradicionais, especialmente em diversos Estados do Nordeste, em São Paulo e em Minas Gerais.¹³⁵ Ferrenhamente conservadores, os setores udenistas se posicionam radicalmente contra as Reformas de Base, especialmente contra a reforma agrária, invocando contra o “comunismo que estava invadindo do Brasil” os lemas “Deus, Pátria e Família”, ou “Família com Deus pela Liberdade”¹³⁶

A Reforma Agrária e as demais Reformas de Base eram amplamente discutidas por todas as classes sociais. Elas correspondiam às necessidades e às aspirações não só das massas trabalhadoras, como também de vastos setores das classes médias e do setor nacionalista da burguesia. Em torno das Reformas de Base, mobilizavam-se setores com interesses diversos, às vezes contraditórios, havendo dissensões ou até mudanças dentro

¹³³ Apesar de ter um setor reformista e um pequeno setor revolucionário, que atuava a favor da reforma agrária, a Igreja Católica teve uma atuação marcante ao lado dos setores dominantes. A ala conservadora, era liderada pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, pelo cardeal da Bahia, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, por monsenhor Sigaud, coautor do mais reacionário e mais divulgado livro sobre reforma agrária editado no Brasil: Reforma Agrária: Questão de Consciência. Esse setor, caracteriza-se por uma defesa intransigente do *status quo* (considerado eterno e imutável como os dogmas da Igreja) e das classes dominantes. (...) Em nome da civilização ocidental e cristã, defendia os interesses das classes dominantes, a intervenção e a ocupação imperialistas, dando inclusive, amplo apoio ao golpe de 1º de abril. Ver: SCHILLING. op. cit.

¹³⁴ *Nosso Século*, op. cit. p.28

¹³⁵ PEDREIRA, Fernando. *Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro : José Álvaro Editor, 1964. p. 85.

¹³⁶ Sob o lema “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” foi feita uma grande marcha da direita, largamente apoiada pela classe média, preparando a opinião pública para o golpe, dez dias depois do comício da Central do Brasil, em 13 de março. Ver: IANNI. op. cit. p.116.

dos setores conservadores, como a Ala Moça, no PSD e a Bossa Nova, na UDN¹³⁷, o que não vai mudar a situação de oposição a elas dentro do Congresso Nacional.

4.3 – A PRESSÃO DAS ESQUERDAS

João Goulart tenta, sem muito sucesso, fazer um governo de equilíbrio entre forças antagônicas. Pressionado pela direita - preocupada com o rumo das Reformas de Base - e pela esquerda - que fomentava uma verdadeira maré reivindicatória e não concordava com o encaminhamento das Reformas de Base - o governo não consegue contentar nem um nem outro lado.¹³⁸

Brizola, com forte atuação no Congresso Nacional em favor das Reforma de Base, opõe-se à política conciliatória de Goulart. Sua atuação vai lhe valer a pecha de comunista e figurar na lista dos “inimigos da democracia”, de acordo com os militares e setores conservadores. Ainda em novembro de 1961, Brizola foi um dos articuladores da Frente Nacional de Libertação, organizada com a finalidade de congregar as forças antiimperialistas, afirmando que o povo desejava *libertar-se dos seus espoliadores, da miséria e do atraso, do latifúndio e da exploração*.¹³⁹

Na campanha pela antecipação do plebiscito sobre a continuidade ou não do parlamentarismo, Brizola liderava as mobilizações, ameaçando o Congresso com intervenção armada caso não votassem a realização do plebiscito em dezembro.¹⁴⁰

Brizola exerceria constante pressão sobre o presidente Goulart, objetivando que se acelerasse o ritmo das transformações políticas na sociedade e aprofundasse o alcance das Reformas de Base. Com esse intuito, liderava, em 1962, a formação da Frente de Mobilização Popular (FMP). A FMP, era um movimento nacionalista que congregava representantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos

¹³⁷ A questão das Reformas de Base provoca uma divisão no interior dos partidos. No PSD, o grupo da Ala Moça apoiava as reformas, na UDN, a Bossa Nova. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964 – 1992*. São Paulo: Ática, 1996. p. 14.

¹³⁸ Sob permanente desconfiança da direita e da esquerda, o governo Goulart acabaria isolando-se politicamente. Ver: TOLEDO. op. cit. p. 60

¹³⁹ ABREU, op. cit. p.840

¹⁴⁰ Idem, ibidem

Estudantes (UNE), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Pacto de Unidade e Ação (PUA), União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), de entidades camponesas e femininas. Alguns de seus integrantes eram do Partido Comunista Brasileiro.¹⁴¹ Jacob Gorender observa que esses movimentos estavam unificados apenas pelas lutas pelas Reformas de Base, não havendo um programa único aprovado pelas várias correntes.¹⁴²

A FMP atuou no sentido de pressionar o Presidente Goulart a tomar decisões definitivas quanto às Reformas de Base, pelas quais ele ainda não havia tomado nenhuma medida concreta. Maria Celina D'Araújo nos explica que:

*A FMP era (...) séria concorrente das organizações comunistas junto ao movimento popular, e se portou de fato como uma entidade de oposição. Não poupou críticas ao governo em nenhum aspecto. Atacou sua política econômica, sua atuação sindical, a repressão do governo à revolta dos sargentos, enfim, portou-se tanto quanto a UDN, como uma organização disposta a colocar a população contra o governo no que ele tinha de timidez em relação ao reformismo.*¹⁴³

Com a FMP, Brizola torna-se uma figura central para o petebismo, sendo o líder mais proeminente da esquerda radical¹⁴⁴. Promovendo uma campanha nacional pelas Reformas de Base, a FMP adquiriu a Rádio Mayrink Veiga¹⁴⁵, na Guanabara, na qual Brizola fazia suas pregações todas as noites. À Mayrink Veiga se somavam várias outras estações que cobriam quase todo o país. Segundo Paulo Schilling: *Pelos microfones da rádio Mayrink Veiga, Brizola predicava com crescente intensidade e poder de convencimento as medidas que considerava necessárias à libertação do país e do povo.*¹⁴⁶

Também por iniciativa da FMP é criado, em fevereiro de 1964, um semanário chamado “O Panfleto”. Esse jornal, do qual foram publicados apenas sete números, se caracterizaria como *um porta voz da ala esquerda do PTB, servindo de veículo para a divulgação das idéias de Brizola.*¹⁴⁷

Apesar da ilegalidade do PCB, também havia organizações comunistas que representavam uma oposição mais moderada do que a ala brizolista. Em 1961, o PCB era,

¹⁴¹ Idem., p.2.394.

¹⁴² GORENDER., op. cit. p.55.

¹⁴³ D'ARAÚJO, op. cit.

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

¹⁴⁵ *Nosso Século*, op. cit. p.35

¹⁴⁶ Idem, p. 228

¹⁴⁷ ABREU, op. cit. p. 841

juntamente com o PTB (com quem se aliara na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria – CNTI), uma das forças majoritárias do movimento operário.¹⁴⁸ Em muitas questões, apoiavam o presidente e desejavam o continuísmo de Goulart, entendendo que o Brasil ainda não estaria pronto para uma revolução socialista. Dênis de Moraes nos mostra que *o PCB defendia a aliança com as ‘burguesias nacionais’ e achava que ‘na presente situação do país, não há condições para transformações socialistas (...). Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal’*.¹⁴⁹

Desse modo, o brizolismo é a ala de maior pressão sobre o presidente Goulart, já que o pressiona fortemente para a realização das reformas e contra a política conciliatória com os setores da direita¹⁵⁰. Brizola, na sua luta antiimperialista e pela reforma agrária, consegue cooptar setores da baixa oficialidade, como nos mostra Toledo:

*As associações de sargentos de todo o país – muitas delas vinculadas à liderança brizolista – uniam-se aos trabalhadores rurais e urbanos, aos estudantes, aos parlamentares nacionalistas na luta pelas reformas e na denúncia da espoliação imperialista. (Ficou célebre uma declaração pública de um líder do movimento: ‘se os reacionários não permitem as reformas, usaremos, para realizá-las, nosso instrumento de trabalho: o fuzil’).*¹⁵¹

Essa vinculação de Brizola com as associações dos sargentos foi vista como uma conspiração pelas Forças Armadas, que ficou cada vez mais em estado de alerta, prevendo a possibilidade de uma “guerra revolucionária”, onde o comunismo poderia estar infiltrado nos quartéis. Dênis de Moraes relata que um dos assessores mais próximos de Brizola em 1964, que não quis ser identificado, calculou que *dos 40 mil sargentos em serviço, cerca de 22 mil eram brizolistas*.¹⁵²

Brizola, em seu radicalismo, fazia constantes ataques ao Congresso, que acusava de ser um *antro de reacionarismo*¹⁵³ e percorria o país em intensa campanha contra o imperialismo e os *gorilas*.¹⁵⁴

¹⁴⁸ *Nosso Século*. op. cit. p.37

¹⁴⁹ MORAES. op. cit. p.59

¹⁵⁰ GORENDER. op. cit. p. 51

¹⁵¹ TOLEDO, op. cit. p. 80

¹⁵² MORAES. op. cit. p. 97

¹⁵³ D’ARAÚJO, op. cit. p. 62

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*.

Em dezembro de 1963, a FMP – especialmente o seu setor brizolista – cogitou a possibilidade de Brizola ocupar o cargo de Ministro da Fazenda, fazendo para isso intensa campanha com *slogans* como *contra a espoliação, Brizola é a solução*.¹⁵⁵ Isso, causou uma reação da direita, que considerou tal possibilidade uma provocação: *seria a prova definitiva da consolidação da esquerda dentro do governo*.¹⁵⁶ Cedendo às pressões direitistas e contrariando as expectativas da FMP, Goulart nomeia Nei Galvão, um banqueiro, para ocupar a pasta da Fazenda. A FMP acirra a oposição à política conciliatória do governo. Thomas Skidmore cita que *O fato de não ter obtido o Ministério da Fazenda (...) aborreceu Brizola e o convenceu de que devia redobrar seus esforços a fim de mobilizar a pressão popular sobre o governo*.¹⁵⁷

A criação dos Grupos de Onze ocorre no final de 1963, fato que se insere nessa política de pressão sobre o Governo Goulart por uma atitude concreta de realização das reformas, finalmente agradando às esquerdas que o elegeram e garantiram o exercício da Presidência e sobre o Congresso Nacional, pela realização das Reformas de Base.

4.4 – A CONSPIRAÇÃO DA DIREITA

Os setores de direita, representados pelos grandes proprietários, pela grande maioria da oficialidade das Forças Armadas, pelos empresários ligados ao capital estrangeiro e, posteriormente, pelas classes médias, representadas politicamente pela UDN e setores do PSD, organizam-se para a defesa da propriedade, da família e da “liberdade” contra a comunização, que diziam estar acontecendo no país.

Caio Navarro Toledo nos mostra que:

Os empresários – bem como os militares e setores da Igreja Católica – organizaram-se para defender seus interesses e para combater o avanço político dos movimentos sociais de orientação nacionalista de esquerda (...) a atuação político ideológica dos empresários aglutinados em torno do complexo IPES/IBAD, o qual teve um papel decisivo na contra mobilização de direita.¹⁵⁸

¹⁵⁵ TOLEDO, op. cit. p. 66

¹⁵⁶ Idem, ibidem.

¹⁵⁷ SIKIDMORE. op. cit. p.341

¹⁵⁸ TOLEDO, op. cit. p.83.

A organização crescente dos setores esquerdistas, com objetivos nacionalistas/reformistas provoca uma reação de grandes proporções nos setores de direita, que não contavam com milhares de pessoas mobilizadas. Contudo, contavam com a força do capital nacional e estrangeiro, injetado pelos Estados Unidos no complexo IPES/IBAD, - Instituto Brasileiro de Ação Democrática e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – objetivando financiar a campanha anticomunista e políticos ligados aos setores conservadores. Conforme Paulo Schilling:

Com recursos financeiros imensos, conseguido das mais diversas fontes (das grandes empresas nacionais e dos monopólios norte-americanos e europeus, dos fundos originados no Acordo do Trigo norte-americano manejados pela embaixada norte-americana, das dotações da Aliança para o Progresso e das verbas secretas da CIA) esses organismos exerceram um papel importante na liquidação do regime democrático.¹⁵⁹

O IPES/IBAD vai orientar e financiar vários outros grupos como: a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE, ligada ao IPES); a Frente da Juventude Democrática (grupo radical anticomunista); o Movimento Anticomunista (MAC), todos atuantes no movimento estudantil universitário; a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde); e a União Cívica Feminina (UCF)¹⁶⁰

Um desses grupos, o Grupo de Atuação Patriótica (GAP), que congregava jovens estudantes das classes alta e média alta, constava em seu programa de ação um combate às reformas propostas por Brizola e Goulart, que consideravam comunizantes.¹⁶¹ Os grupos conservadores contavam com ampla cobertura da imprensa, sobretudo de *O Globo* e dos *Diários Associados*, sendo que Júlio Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de São Paulo*, era um dos chefes do IPES.¹⁶² Para fazer frente à Cadeia da Legalidade de Brizola, liderada pela rádio Mayrink Veiga, foi criada a Rede da Democracia, onde o presidente do GAP falava todas as semanas, sugerindo inclusive a mobilização armada contra os camponeses de Francisco Julião e do Grupo dos Onze, de Brizola.¹⁶³

Isso demonstrava a crescente inquietação dos empresários e fazendeiros frente à campanha desfechada por Brizola e pela FMP e ao aumento das pressões populares, o que

¹⁵⁹ SCHILLING. op. cit. 273

¹⁶⁰ *Nosso Século*. op. cit. p.30

¹⁶¹ SILVA, Hélio. op. cit. p.257

¹⁶² Idem, p.255.

¹⁶³ SILVA, Hélio. op. cit. p.258.

lhes dava uma idéia de comunização do país. Alguns generais conservadores, como o General Jair Dantas, Ministro da Guerra, e o General Peri Bevilaqua, comandante do II Exército, estavam dispostos a considerar ilegais e reprimir as greves políticas.¹⁶⁴

Todo o processo de mobilização das esquerdas, a crise político-econômica pela qual passava o Brasil, aliados à conjuntura internacional¹⁶⁵, aumentavam a mobilização direitista. Havia ainda a Revolução Cubana¹⁶⁶ *desafiando com êxito o gigante norte-americano e procurando exportar a sua revolução*¹⁶⁷, um “mau exemplo” que poderia ser seguido pelo Brasil, a atemorizar os militares e os grupos conservadores.

Segundo Nelson Werneck Sodré:

O anticomunismo fornecido a granel a tais áreas consistiu sumariamente, em doutrinação simplesmente: o mundo estava dividido em duas partes, ou hemisférios, inconciliáveis: o ocidental ‘democrático’, ‘cristão’, ‘livre’ e o oriental, socialista, a quem eram atribuídos malefícios numerosos: o comunismo representava o materialismo mais grosseiro, a violência, a violação de todos os princípios humanos, a agressão, a catástrofe, uma espécie de ‘inferno bíblico’ ... ‘não havia lugar para neutros ou para posições não alinhadas.’¹⁶⁸

Ainda Sodré:

Não é inimigo estrangeiro, mas nacional, brasileiro – são os próprios brasileiros que são tratados como inimigos nessa doutrina. São aqueles que, não esposando a doutrina, se constituem ‘subversivos’...hipótese da ‘guerra revolucionária’,... Nela, o ‘inimigo’ é responsável por todos os males e tendo todas as culpas. Consequentemente, deve ser tratado com rigor.¹⁶⁹

¹⁶⁴ BANDEIRA, op. cit. p.120

¹⁶⁵ Na conjuntura internacional, havia o contexto de Guerra Fria, em que Estados Unidos, liderando o bloco capitalista, e União Soviética, liderando o bloco comunista, disputavam a hegemonia mundial. Os Estados Unidos utilizava de todas os meios para tentar impedir o avanço do comunismo, que teimava em penetrar nos países pobres da América Latina. A Revolução Cubana vem acirrar os ânimos já desgastados pela Guerra Fria.

¹⁶⁶ A Revolução Cubana, ocorrida no início dos anos 60, transformou Cuba em um país socialista, tirando-o da órbita dos Estados Unidos, e abriu um terrível precedente que poderia ser seguido por outros países latino-americanos, o que não poderia ser tolerado pelos norte-americanos. Ver: BRUIT, Hector H. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Atual, 1988.

¹⁶⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In: SOARES, D’ARAÚJO. op. cit. p. 12

¹⁶⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 23

¹⁶⁹ Idem. p. 25

Esse clima da Guerra Fria influenciou diretamente os acontecimentos desse período no Brasil, contribuindo para agravar a situação de crise política pela qual passava o país.

Segundo Maria Celina D'Araújo:

*A conspiração se dava em meio ao clima de Guerra Fria e que expressava, portanto, o pânico acerca de uma maior participação popular, o temor em relação ao avanço e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso uma intervenção rápida e eficaz não fosse efetuada.*¹⁷⁰

Uma grande campanha anticomunista é desfechada pelas organizações de direita e pelos militares, alarmando a população com a “guerra revolucionária” que estaria em curso no Brasil. Inicia-se, assim, uma guerra psicológica contra o governo constitucional, visando cooptar setores da burguesia nacionalista e a classe média, que apoiavam as Reformas de base. Caio Navarro Toledo nos mostra que:

*...Bilac Pinto, presidente da UDN e porta voz político do chefe do Estado-Maior do Exército, general. Castelo Branco, com grande alarde divulgou um documento onde se declarava que estava em curso no país uma ‘guerra revolucionária’, mais especificamente, a ‘guerra revolucionária’ já teria alcançado sua terceira fase – a da ‘subversão da ordem e obtenção de armas’. Ou seja, o país estava prestes a assistir a ‘tomada de poder pelos comunistas’.*¹⁷¹

Denunciando que a esquerda se armava, aumentavam as apreensões da direita e, até mesmo, daqueles que estavam sem rumo definido. A direita, então, começa a armar-se, conforme nos mostra Carlos Castello Branco:

*Depois de sua denúncia sobre a guerra revolucionária, o sr. Bilac Pinto foi procurado em Brasília por civis do interior de Minas e Goiás, inclusive prefeitos municipais que lhe pediram instruções sobre organização de grupos de resistência e meios de adquirir armas.*¹⁷²

A direita, insegura sobre os rumos que o país tomaria, arma-se e conspira para a deposição de João Goulart. A ESG e o IPES foram os articuladores do golpe para a derrubada de Goulart, estabelecendo vínculos entre o grande empresariado e as forças

¹⁷⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB*. In: SOARES; D’ARAÚJO. op. cit. p. 53

¹⁷¹ TOLEDO, op. cit. p.92

¹⁷² CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à 1964: A queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975, p. 171

armadas.¹⁷³ A ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD formulou a doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, onde se estudava a teoria da guerra subversiva ou revolucionária.¹⁷⁴ A influência norte-americana sobre as Forças Armadas brasileiras se dá a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os militares lutaram nos campos de batalha da Itália sob a coordenação dos Estados Unidos, ficando impressionados com sua máquina de guerra. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) será assimilada através dos cursos que os militares brasileiros faziam nas escolas militares norte-americanas.¹⁷⁵ Vinculando segurança externa com segurança interna, os formuladores da DSN no Brasil propagam que, como informa Nilson Borges Filho:

*...o inimigo está infiltrado em toda a sociedade brasileira, agindo organizadamente para a tomada do poder e assim transformar o Brasil numa república totalitária. Portanto, o inimigo interno seduzido por 'ideologias estranhas' e apoiado por forças externas é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país.*¹⁷⁶

O anticomunismo e a grande preocupação com a subversão têm suas raízes na Intentona Comunista de 1935¹⁷⁷, quando houve uma tentativa de tomada de poder pelos comunistas infiltrados no exército. Ocasão esta, em que ocorreram algumas mortes de militares. Segundo depoimento de Octávio Costa:

*Terrível doutrinação antimarxista, absolutamente intolerante e radical, que não admitia nenhuma meia luz, nenhuma medida de compreensão. Era um dilema maniqueísta: quem pensa como nós é amigo, quem discorda de nós é inimigo.(...) Essa doutrinação vem até nossos dias.*¹⁷⁸

A situação do Brasil, neste momento, apresentava-se como um caos político e econômico para os militares, que sempre prezaram a ordem, a organização e a disciplina.¹⁷⁹

¹⁷³ GORENDER, op. cit. p.56

¹⁷⁴ MARRA, op. cit. p.43

¹⁷⁵ BORGES FILHO, op. cit. p. 61

¹⁷⁶ Idem, p. 62.

¹⁷⁷ A Intentona Comunista foi uma tentativa frustrada dos comunistas tomarem o poder em 1935, mas serviu para gerar, principalmente no Exército brasileiro, um sentimento anticomunista acirrado. Ver: SILVA, Carla Luciana. "1935: organização, repressão, ação e reação". In: *Folha da História*. novembro de 2000. nº 41, Porto Alegre.

¹⁷⁸ D'ARAÚJO; SOARES E CASTRO, op. cit. p. 77.

¹⁷⁹ Durante o Governo Goulart, o antipopulismo e o anticomunismo motivaram o processo de unificação da grande maioria da oficialidade das Forças Armadas contra a minoria de oficiais comprometidos com a frente nacionalista e democrática. No final, teve efeito decisivo a indisciplina crescente dos subalternos, que mesmo a oficialidade menos politizada interpretou como ameaça à sobrevivência organizacional da instituição. GORENDER. op. cit. p. 59.

Além disso, a maioria da oficialidade havia ficado ressentida com o desfecho do episódio da Legalidade e, considerando que o comunismo estava invadindo o Brasil abertamente apregoado por Brizola e referendado pelo presidente João Goulart, a conspiração, já em curso, consegue cada vez mais adeptos para a deposição do governo através de um golpe.

Concluindo, neste capítulo abordamos o contexto histórico anterior à formação dos Grupos de Onze, que nos revelou que o momento era altamente conturbado política e economicamente, passando as massas trabalhadoras a organizar-se mais efetivamente e, conseqüentemente, a exigir melhores condições de vida. A forte mobilização popular desse período e a possibilidade de execução do plano de Reformas de Base, incluindo a realização da Reforma Agrária, suscitou temores nos grupos conservadores. Estes, mobilizam seus setores políticos e formam no Congresso uma barreira intransponível a estas reformas, que consideravam a própria expressão do comunismo. Além disso, esta mobilização, a realização de greves políticas, a participação de grupos da baixa oficialidade entre os defensores das reformas e o perigo da “guerra revolucionária”, desencadearam uma conspiração no seio da alta oficialidade militar, já descontente pelo desfecho do episódio da Legalidade. Pelo contexto de Guerra Fria, tudo era debatido em torno de democracia versus comunismo.

A organização dos Grupos de Onze ocorre nesse momento de intensa disputa entre forças reformistas e forças conservadoras. Sua formação alarmou os grupos conservadores, aumentou a campanha anticomunista e a conspiração para o golpe¹⁸⁰ que derrubaria João Goulart.

No próximo capítulo, analisar-se-á mais detalhadamente a formação dos Grupos de Onze Companheiros e o imaginário militar sobre esses Grupos.

Nos quadros subalternos da hierarquia militar, desencadeou-se um processo de intensa politização. Sobretudo sargentos e marinheiros entraram em efervescência política. Criaram organizações, exerciam pressões, participavam abertamente do debate nacional e tomavam posição a favor das Reformas de Base e do apoio ao governo, com a complacência de alguns superiores hierárquicos e comandantes com posições político-ideológicas afins. Essa conduta, seguida de manifestações concretas de rebeldia, contrariava a disciplina e feria a hierarquia militar, criando *frisson* nos altos escalões das Forças Armadas. BRUM, op. cit. p.283

¹⁸⁰ Ver sobre o período inaugurado com o golpe de 1964: GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CAPÍTULO II

OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS

Decidido a forçar o presidente João Goulart a tomar uma postura mais firme no tocante às Reformas de Base e a pressionar o Congresso a viabilizar a sua votação, Leonel Brizola toma, no final do ano de 1963, além da retórica, atitudes mais concretas, como a formação dos Grupos de Onze. Estava ele convencido de que haveria um golpe, oriundo das forças conservadoras, e que a esquerda – nessa época ele era o líder esquerdista que mais pressionava o presidente – deveria preparar-se para tal momento.

De acordo com Thomas Skidmore, as esquerdas supervalorizaram o episódio da Legalidade, em 1961, pois

se julgassem [as forças populares] haver influído para evitar o veto dos ministros militares à posse de Jango, estavam enganados. Jango se tornou presidente, não em virtude da pressão das esquerdas, mas, sim, graças à divisão entre os militares, combinada com uma opinião do centro ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional.¹⁸¹

Brizola contava com a mesma mobilização conseguida durante o episódio da Legalidade para frear um golpe direitista, além de realizar forte pressão sobre o Congresso.

Para Brizola, os Grupos de Onze deveriam ser grupos de pressão sobre o presidente, sobre o Congresso e sobre a sociedade em geral para a realização das Reformas de Base. Segundo Norberto Bobbio:

¹⁸¹ SKIDMORE, op. cit. detalha que se os militares estivessem unidos contra a ascensão de Jango, é provável que ele nunca tivesse assumido a presidência. O Ministro da Guerra descobriu que seu propalado veto não tinha o peso de uma maioria suficiente entre seus próprios oficiais. O Comandante do III Exército, o general Lopes apoiou Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, na resistência à deposição de Jango. Ainda, os militares moderados refletiam a opinião de grande número de civis empenhados na continuidade da Constituição, os quais recuavam frente à idéia de renunciar a um político popularmente eleito, em virtude de suas opiniões serem “consideradas” inaceitáveis. p. 262.

A expressão Grupos de Pressão indica ao mesmo tempo, a existência de uma organização formal e a modalidade de ação do próprio grupo em vista da consecução de seus fins: a pressão. Entendemos por pressão a atividade de um conjunto de indivíduos que, unidos por motivações comuns, buscam, através do uso de sanções ou da ameaça de uso delas, influenciar sobre decisões que são tomadas pelo poder.¹⁸²

Exercer pressão sobre o Congresso era um dos fins explícitos por Brizola para a formação dos referidos grupos, que serviriam também para dar apoio à campanha antimperialista, um dos pontos fortes das pregações de Brizola. Dono de um carisma inquestionável – tanto que havia uma corrente política: a do brizolismo, para identificar seus seguidores –, quando faz exortações para que a população se organize em Grupos de Onze Companheiros, será prontamente atendido. Afinal, “Brizola falou, tá falado.”

1.0 – A FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ONZE¹⁸³

Pode-se afirmar que, convertido na maior fonte de pressão sobre o governo Goulart para a realização das Reformas de Base, Leonel Brizola não confiava que, via aprovação do Congresso, essas reformas fossem efetuadas. De acordo com o cronista político Carlos Castelo Branco:

Está convencido o ex-governador do Rio Grande do Sul de que os deputados e senadores, representantes na sua maioria das elites privilegiadas, somente cedem diante de pressão combinada popular e militar, à semelhança do que ocorreu na ocasião da posse do sr. João Goulart¹⁸⁴

Essa crônica foi publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 16 de abril de 1963 e em 19 de abril, nova crônica anunciando a pressão do povo:

¹⁸² BOBBIO. *Dicionário...* op. cit, p. 226.

¹⁸³ Ver SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. Dissertação de Mestrado/UPF, recentemente defendida. Destacamos a não concordância com o entendimento da autora, no sentido que os Grupos de Onze eram grupos guerrilheiros. Nossa aceção, baseada na documentação primária analisada, é de que deveriam ser Grupos de Pressão às Reformas de Base e, possivelmente, seriam núcleos de um futuro partido revolucionário (no sentido de reformista, o que na época era considerado, por muitos, como revolucionário) sob a liderança de Leonel Brizola. Isso será demonstrado no decorrer desse trabalho

¹⁸⁴ CASTELLO BRANCO, op. cit. p.161.

*O sr. Leonel Brizola anunciou ontem o início de uma nova etapa da sua luta: trazer para o debate parlamentar, a fim de enfrentar a ‘massa vinculada aos privilégios’ a pressão do povo.*¹⁸⁵

Essas crônicas demonstram que já no início de 1963 Brizola anunciava que traria a massa popular para a pressão. Entusiasmado pela adesão popular e militar ao movimento da Legalidade e pelo sucesso desse, buscou uma nova mobilização, feita através dos Grupos de Onze, para pressionar o Congresso e também o presidente João Goulart, além de resistir ao golpe direitista que, no seu entender – fato posteriormente comprovado – estava em gestação.

Os Grupos de Onze foram pensados, inicialmente, em constituírem-se grupos de cinco elementos, como há referência em Hélio Silva:

*...em maio de 1963, Brizola foi ao Nordeste (...) O ex-governador gaúcho conclamou o povo a se unir em células de cinco pessoas, que por sua vez deveriam multiplicar-se. A finalidade das células seria uma resistência às insolências e abusos dos “gorilas” que, segundo ele, estariam por toda parte, tramando o golpe.*¹⁸⁶

Também para a formação de grupos de cinco elementos foi, segundo a revista *O Cruzeiro*, feito um chamamento radiofônico em 19 de outubro de 1963:

*A história [dos Grupos de Onze] começou a 19 de outubro de 1963, quando o deputado Leonel Brizola fez um pronunciamento pela Rádio Mayrink Veiga convidando o povo a se organizar ‘em defesa do nacionalismo’. Este pronunciamento foi nebuloso, sugerindo grupos de cinco elementos.*¹⁸⁷

Segundo a mesma reportagem da revista *O Cruzeiro*, a idéia de grupos de onze elementos partiu de um estudo encomendado por Brizola ao professor Coriolano Vieira, da Guanabara, sobre “motivação e mobilização popular” para a campanha revolucionária que ele, Brizola, iria deflagrar. *Em vez dos cinco elementos que falara Brizola inicialmente, o estudo do professor Coriolano Vieira propôs que os grupos se compusessem de 11 elementos.*¹⁸⁸

¹⁸⁵ Idem., ibidem.

¹⁸⁶ SILVA, Hélio. op. cit. p. 269.

¹⁸⁷ “Dólares de Fidel para Brizola”. *O Cruzeiro*. 8 de agosto de 1964. p. 6

¹⁸⁸ Idem. p.7

Como nunca havia deixado de lado a política de comunicação direta com as massas trabalhadoras, é através de programas radiofônicos – como na época da Legalidade – que a idéia dos Grupos de Onze se transforma em realidade:

A 15 de novembro de 1963, Brizola faz outro pronunciamento mais claro. A 22 do mesmo mês desencadeou ampla campanha pela formação dos ‘Grupos de 11’. A 29 de novembro começou a ser impressa e distribuída a publicação ‘Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas’. Nos pronunciamentos que se sucederam, através da Mayrink Veiga, Brizola passou a solicitar aos ouvintes que lhe escrevessem, informando-os de suas necessidades e prometia resposta pela própria estação de rádio. Essa resposta era propositadamente demorada, porque visava a prender o ouvinte, ansioso por escutar seu nome no rádio. E enquanto isso, esse ouvinte ia sendo doutrinado pelas cartas recebidas, pelo seu teor mais ou menos inflamado e Brizola enviava o folheto ‘Organização dos Grupos de 11’.¹⁸⁹ (grifos nossos)

O hábito de ouvir as palestras de Brizola transmitidas pelo rádio era comum entre os trabalhadores. Ele era seguido por grande quantidade de pessoas, principalmente no Rio Grande do Sul, onde gozava da fama de “herói da Legalidade”. Ciente desse potencial, divulgava através do rádio sua ideologia antiimperialista e reformista, exigindo a execução das reformas, principalmente a agrária.¹⁹⁰ De acordo com Paulo Schilling, Brizola, no período em que era deputado federal, chegava à formulação de uma nova ideologia: o nacionalismo popular revolucionário: *De político populista havia evoluído a líder popular revolucionário. E isso não através da teoria e sim da práxis administrativa e do permanente contato com o povo e seus problemas.*¹⁹¹ E é como líder das esquerdas que tenta organizar a população, ou seja, efetivar a organização da enorme massa que o apoiava, o que ainda não havia sido feito. Conforme Vitor Biasoli:

...a dificuldade em realizar uma organização política, definida ideologicamente e com disciplina estruturada, é própria das lideranças populistas, as quais supervalorizam sua força e prestígio pessoal.

¹⁸⁹ Idem, ibidem.

¹⁹⁰ As esquerdas mais radicais, das quais Leonel Brizola era o principal representante, davam bastante ênfase à reforma agrária, quase esquecendo as demais. BRUM, op. cit. p.272.

¹⁹¹ SCHILLING, op. cit. p.233

*Contam com a adesão espontânea das massas, sem planejar sua organização efetiva.*¹⁹²

Somente no final de 1963, apesar de já ter tido alguns indícios em abril e maio, que Brizola percebe a necessidade de uma organização mais efetiva, como nos mostra Paulo Schilling:

*...pregando com seu entusiasmo contagioso: Nesta luta global e sem tréguas que aqui se estabeleceu, o que temos a fazer, acima de tudo, é contar exclusivamente com nossas próprias forças e com a solidariedade de nosso povo. As grandes tarefas que devem absorver nossa tenacidade e nossas energias são: organização, organização e organização. Somente assim estaremos preparados para os momentos cruciais que se aproximam.*¹⁹³

Esses momentos cruciais a que se refere Brizola são relativos ao golpe direitista, ou talvez até do próprio presidente João Goulart, que pressentia e incitava: *No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução.*¹⁹⁴

Acreditando que o Brasil estava vivendo momentos decisivos e que rapidamente se aproximava de um desfecho, a partir de outubro de 1963, pelos microfones da Mayrink Veiga, Brizola inicia o chamamento para a formação dos Grupos de Onze. Adolpho Couto refere que:

*Sucessivamente, em 19 e 25 de outubro, fez pronunciamentos à Nação, através dos microfones de uma cadeia de estações de rádio, liderada pela Mayrink Veiga.(...) Nesses pronunciamentos, eivados ...de metáforas e redundâncias, Brizola conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o ‘Exército Popular de Libertação’. Comparou esses grupos com equipes de futebol, e os ‘jogadores’ seriam os ‘tijolos’ para ‘construir o nosso edifício.’*¹⁹⁵

¹⁹² BIASOLI: Vitor Octávio F. *O Grupo dos Onze Companheiros*. Comunicação apresentada no XIV Encontro Estadual de História da ANPUH. 8 a 11 de set. de 1998 – PUC/SP (mimeo.)

¹⁹³ SCHILLING. op. cit. p. 233

¹⁹⁴ GORENDER, op. cit.. p. 67

¹⁹⁵ COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: A versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999. p. 91. Texto idêntico encontra-se no site da internet www.ternuma.com.br/brizola.htm sob o título “Os incríveis exércitos de Brizoleone”

Em 29 de novembro de 1963, Brizola divulga a cartilha dos “Grupos dos Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas.”¹⁹⁶ Essa cartilha¹⁹⁷, composta de dez páginas impressas, dava as diretrizes gerais para a estruturação dos Comandos Nacionalistas, que, após a constituição, deveriam enviar a ata de formação do grupo e a lista com os nomes dos integrantes para a rádio, na Guanabara, na rua Mayrink Veiga, nº 15. O modelo da ata constava na cartilha. Nessa cartilha, que foi amplamente distribuída, Brizola conclamou o povo à organização: *passamos a viver momentos decisivos de nossas vidas e de nossa história. Aproximamo-nos rapidamente de um desfecho.*¹⁹⁸ Invocando a memória de Getúlio Vargas, que *decidiu morrer para que nós despertássemos*¹⁹⁹ convocou todos os brasileiros a se unirem: *homens e mulheres que se disponham a lutar em defesa de nossas conquistas democráticas, por uma democracia autêntica, pela realização imediata das reformas de base e pela libertação do nosso povo da espoliação internacional*²⁰⁰.

Por que Grupos de Onze? Essa explicação também se encontra na cartilha, uma organização popular simples: uma pessoa que juntasse mais dez amigos ou conhecidos formava um grupo de onze, como um time de futebol, pois, segundo Brizola, foi no futebol que o povo brasileiro teve a sua melhor experiência:

*A idéia da organização dos ‘Grupos de Onze Companheiros’ inspira-se justamente, numa realidade existente em nosso país e, nessas condições, no empenho de colocar o problema da organização popular ao alcance da compreensão e das possibilidades de nossa gente. Essa realidade é o conhecimento e experiência adquiridos pelo povo, (...) o futebol. (...) Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e dentre eles um é escolhido para capitão ou comandante da equipe.(...) Agora passamos a viver uma fase que se compara aos momentos em que uma equipe esportiva tem de entrar em campo para enfrentar um adversários organizado.*²⁰¹

Além de comparar com jogadores de futebol que devem se organizar para enfrentar um adversário, Leonel Brizola enfatizava a importância de cada um nessa gigantesca tarefa

¹⁹⁶ MORAES, op. cit. p.140

¹⁹⁷ Essa Cartilha foi localizada no Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, Porto Alegre, e encontra-se reproduzida na íntegra no Anexo III.

¹⁹⁸ *Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”*. Acervo do CD-AIB/PRP. p.1

¹⁹⁹ Idem, ibidem.

²⁰⁰ Idem, ibidem.

²⁰¹ Idem. p. 7

a ser realizada, comparando-os a pequenos tijolos, que são imprescindíveis para a construção dos grandes edifícios:

*Um grupo de onze companheiros pode parecer pequeno dado ao grande número, os milhões e milhões de patriotas e nacionalistas existentes em nosso país, e dispostos a cumprir as tarefas que a Pátria comum está exigindo de nós. Pode parecer pequeno, mas também pequeno é um simples tijolo. E é exatamente com pequenos tijolos reunidos, somados, interligados, cada um com suas funções e adequadamente dispostos é que se fazem as construções ou se complementam os grandes edifícios de concreto armado.*²⁰²

A linguagem utilizada por ele era simples, porque dirigida à maioria da população, ao povo atento às suas pregações.

Os grupos não tinham lideranças locais preparadas, Brizola contava com a iniciativa de cada um para a sua formação:

*Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota, queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos, de sua vizinhança (em primeiro lugar), de sua fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um ‘Grupo de Onze’ reunir-se e fundar a organização.*²⁰³

A rádio Mayrink Veiga era o ponto para onde convergiam todas as atenções e para onde eram enviadas as correspondências relativas aos Grupos de Onze, endereçadas a Leonel Brizola, conforme foi denunciado posteriormente pela revista *O Cruzeiro*:

*Mensagens chegavam aos milhares à Rádio Mayrink Veiga. E as respostas iam também aos milhares, ou por carta, com envelopes timbrados da Câmara dos Deputados, ou pelo Telégrafo Nacional, inteiramente às ordens do sr. Leonel Brizola. O Departamento de Correios e Telégrafos era o centro de comunicação entre Brizola e seus comandados ‘Grupos de Onze’.*²⁰⁴

²⁰² Idem. p. 8

²⁰³ Idem, ibidem.

²⁰⁴ “Dólares de Fidel para Brizola – *O Cruzeiro*, op. cit. p. 10

Brizola tinha muitos seguidores que, conscientes ou não do delicado momento político e das possíveis implicações da formação desses grupos dentro de uma época de intensa campanha anticomunista e de enfrentamento com as forças da direita, passaram a formar os Grupos de Onze. Muitos, em lugares de difícil acesso, em áreas rurais, com pessoas de baixa ou nenhuma escolaridade – o que era muito comum no Brasil, nessa época – que tinham apenas um objetivo: seguir as determinações do líder, sem qualquer questionamento. Essa postura é notada no depoimento – em um dos Inquiridos Policiais Militares, dos quais os Grupos de Onze foram alvos – de um morador da localidade de Votouro, município de São Valentim, na região Alto Uruguai:

*Que ouviu através da estação Mayrink Veiga os apelos de Brizola para que se organizassem em Grupos de 11, que em vista dos apelos, resolveu organizar uma lista com onze assinaturas, que ficou como presidente do grupo. Que foi ele mesmo colher as assinaturas, de casa em casa, a cavalo...*²⁰⁵

Esses grupos são formados com uma rapidez impressionante, tal era o prestígio que Brizola detinha junto à população. Paulo Schilling aponta que *numa demonstração do enorme potencial organizatório que até então havia sido desperdiçado, em somente três meses foram criados entre 30/40 mil grupos*.²⁰⁶ Os números divergem. Brizola garante que chegaram a se formar 24 mil em todo o país.²⁰⁷ Já Neiva Moreira²⁰⁸ apresenta um número muito maior: 60 a 70 mil Grupos de Onze constituídos até 31 de março de 1964.²⁰⁹

Um influente assessor de Brizola em 1964, deu um depoimento a Dênis de Moraes, no qual afirmou que *o planejamento dos grupos dos onze tinha três vértices:*

1 – Um dos pontos de sustentação do trabalho político eram os estudantes da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade Nacional de Filosofia, os mais politizados e identificados com Brizola. Tinham a tarefa de manter contato com os ‘grupos dos onze’ em determinados bairros, para levantar informações sobre o nível político de seus

²⁰⁵ 1.2.99.4.1 – SOPS.E – Comissão do Acervo de Luta Contra a Ditadura - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

²⁰⁶ SCHILLING. op. cit. p. 243

²⁰⁷ “ Você conhece Brizola?”. *Coojornal* – Fev. de 1981. Outra informação se encontra em TÁVORA, Araken. *Brasil, 1º de abril*. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica, 1964. “A par desse aliciamento, o próprio Brizola confessava em meados de janeiro: o ‘Grupo dos Onze Companheiros’ já compreende duzentas mil pessoas.” p.65.

²⁰⁸ Neiva Moreira era deputado pelo Maranhão e Secretário-Geral da Frente Parlamentar Nacionalista, organizada por Leonel Brizola. MORAES, op. cit. p.325

²⁰⁹ MORAES, op. cit. p. 141.

integrantes. Apenas no Rio, onde o movimento tinha maior organização, a tarefa foi cumprida, nos bairros de Cascadura e Madureira. Os estudantes também arregimentavam gente para pichações e colagem de cartazes.

2 – Militantes mais qualificados e com maior envolvimento com o comando dos ‘grupos dos onze’ deviam levantar a vida (hábitos, horários, como se deslocavam para os quartéis, tempo de percurso de casa para o trabalho, etc.) de oficiais de alta patente em comando de guarnições. A idéia era prendê-los antes de chegarem aos quartéis, em caso de tentativa de golpe pela direita.

3 – Os grupos de estrita confiança do comando brizolista ajudariam os sargentos a tomarem os quartéis e a preservarem a Legalidade. Cada sargento comandaria três ‘grupos dos onze’.²¹⁰ (grifos nossos)

Esse depoimento demonstra claramente que a postura dos Grupos de Onze seria defensiva e que teria por objetivo defender a legalidade, repetindo o acontecimento de 1961, no caso da vinda de um golpe direitista para derrubar João Goulart. Não possuíam postura agressiva de deflagrar uma guerra revolucionária.

Brizola, ao formar os grupos, acreditava estar agindo totalmente dentro do direito e da lei: *Declarando que apesar de já estar prevendo críticas que lhe irão ser feitas, o deputado Leonel Brizola disse que está perfeitamente tranqüilo, pois acredita que a sua ação de organização popular está rigorosamente sendo feita dentro dos direitos que a Constituição permite.²¹¹ Respondendo a um jornalista que lhe perguntou se os grupos de onze não vestiriam breve uma camisa negra, verde ou vermelha? , respondeu: Não, os grupos são democráticos e populares, de defesa das liberdades. Nunca poderiam, portanto, ser suspeitos de inclinação fascista.²¹²*

Essa visão não foi compartilhada por toda a sociedade. A formação dos Grupos de Onze forneceu os fatos, a ameaça concreta às forças conservadoras, incrementando a campanha anticomunista. Foram alvos de constantes denúncias na imprensa que afirmavam que, pela formação desses grupos e pela liderança de Brizola, a guerra revolucionária estaria em curso no Brasil.

²¹⁰ O assessor de Leonel Brizola que deu esse depoimento não está identificado na obra. MORAES, op. cit. p. 141-142.

²¹¹ “Brizola prega união para defender as Reformas de Base”. *Última Hora*. 2/12/1963 . p.4

²¹² CASTELLO BRANCO, op. cit. p. 207

No entanto, no entendimento das camadas mais simples, não havia nada mais natural do que seguir as indicações de Brizola. Ele encarnava as aspirações de mudança que a maioria da população precisava. Era como se as pessoas entendessem que se Brizola pediu para se organizar em Grupos de Onze é porque é certo, importante e necessário. Não havia, pelo menos na grande maioria das pessoas que tomaram a iniciativa de formar os Grupos e, menos ainda por parte daquelas que assinaram as listas, um intuito de guerra revolucionária ou de revolução comunista. No máximo, um episódio semelhante à Legalidade. Tanto era importante formar grupos e enviar as listas para Brizola que muitas vezes eram preenchidas com vários membros da família, como é possível observar em um depoimento de José Bica Larré de Santa Maria/RS:

...os preâmbulos militares feitos a respeito constataram uma grande maioria de senhoras velhinhas de mais de 70 anos membros dos Grupos de Onze, de fato eram trabalhistas, petebistas fanáticos da época, assim como a quantidade enormes de crianças com 1, 2, 3 anos, com um ano, com meses de idade, que os pais, por serem trabalhistas fanáticos, ferrenhos, quando nasciam os filhos naquele período escreviam o nome dos filhos como membros dos Grupos de Onze.²¹³

Verifica-se, nesse depoimento, que no afã de atender aos apelos de Brizola e formar o maior número possível de grupos, colocavam-se nas listas crianças e pessoas de idade avançada. Isso demonstra um entendimento de que eles não seriam para luta armada, pois se assim o fossem, as listas seriam preenchidas apenas com nomes de pessoas que pudessem arcar com essa responsabilidade. Pretendiam apenas agradar ao líder, formando muitos Grupos de Onze.

Para Brizola, o que eram os Grupos dos Onze? Após estar exilado do país, em entrevistas, deu o seu depoimento sobre eles, publicado na revista *O Cruzeiro*, de 11 de julho de 1964:

A organização dos Grupos de Onze era de base popular, de conteúdo fundamentalmente democrático, porque com uma finalidade expressa, aberta, pública, de lutar contra qualquer golpe, de qualquer interrupção da ordem constitucional e de bater-se por uma democracia autêntica e

²¹³ Depoimento dado pelo sr. José Bica Larré – foi secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro, em Santa Maria – em 30 de julho de 1998, em Santa Maria, pois no local o petebismo/brizolismo era muito forte, inclusive com núcleos do Partido Comunista e foram organizados muitos Grupos de Onze. Laboratório de História Oral - UNIFRA – LAHIS – Grupo dos Onze – Pasta 1 – Entrevista 08.

*pelas reformas de base. Não era uma organização clandestina. Era uma organização aberta, pública. Não havia nenhuma organização escusa, nem uma organização secreta, nacional ou internacional. Puramente de conteúdo nacionalista e democrático.*²¹⁴ (grifos nossos)

Num depoimento dado a Moniz Bandeira, em 1978, em Nova Iorque, Brizola abordou os Grupos de Onze: *Meu erro foi não chamá-los de clubes de defesa da democracia ou algo parecido.*²¹⁵

Em fevereiro de 1981, Brizola concedeu um depoimento a Dênis de Moraes, onde, sobre Grupos de Onze, diz:

*...os ‘Grupos dos Onze’ foi uma tentativa desesperada de desenvolver a organização popular para a resistência ao golpe. (...) Não tinham caráter paramilitar. Convocávamos as pessoas através do rádio. Eram o que se podia chamar de clubes de resistência democrática, ou de comunidades de defesa da democracia. Mais tarde, o próprio regime militar verificou que não eram organismos paramilitares.*²¹⁶ (grifos nossos)

Neiva Moreira, secretário geral da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) – liderada por Leonel Brizola –, e integrante do comando nacional dos Grupos de Onze, em depoimento a Moraes, relata sobre os grupos:

*Os ‘grupos dos onze’ foram, digamos, uma estrutura de mobilização popular.(...) ...era a fórmula popular e fácil de chegar a todo o Brasil, partindo da certeza de que todo mundo sabia o que era um grupo de onze companheiros – o mesmo que um time de futebol.(...) Estava lançada a estrutura de **um grande partido nacional**(...) Eu diria que ficaria entre reformista e revolucionário. Porque quando se vê hoje a fisionomia das pessoas que se mobilizaram em favor dos ‘grupos dos onze’, nós facilmente podemos verificar que não tinham uma concepção revolucionária do processo brasileiro. Estavam querendo democracia, reformas, redistribuição de renda e um avanço social. Não eram, portanto, um instrumento de revolução no dia seguinte. Era*

²¹⁴ “Bate boca no Uruguai”. *O Cruzeiro*. 11 de julho de 1964. p.11

²¹⁵ BANDEIRA, op. cit. p.199.

²¹⁶ MORAES. op. cit. p. 253

*revolucionário na medida em que se davam ao povo instrumentos de organização.*²¹⁷ (grifos nossos)

Tais depoimentos são do comando nacional dos Grupos de Onze, que seriam grupos para mobilização política, força de pressão para a efetivação das tão propaladas Reformas de Base. No caso do Rio Grande do Sul, ainda, por ocasião do golpe, não tinha se efetivado nenhum comando sobre os grupos, apenas havia sido feito o contato, dois dias antes do golpe militar. O Coronel Emílio João Pedro Neme, amigo e colaborador de Leonel Brizola desde a Legalidade, havia sido designado por ele para assumir o comando dos grupos no estado. Ele destacou a influência do episódio da Legalidade sobre Brizola, onde, através de seus pronunciamentos, consegue mobilizar uma grande parcela de civis e adquirir o apoio do General Lopes, comandante do III Exército. Para ele, a formação desses grupos era uma tentativa de manter a população mobilizada:

*...desconheço qualquer assunto que verse sobre o Grupo dos Onze guerrilheiro, assaltante, atentados, tudo isso que começaram a querer dizer que existia. Para mim, o Grupo dos Onze, a missão que eu recebi foi totalmente política. Dr. Brizola queria que não se desmanchasse aquele grande apoio popular ao movimento da Legalidade. (...) E porque Grupos de Onze? Pela facilidade de ser organizado sem estrutura, sem nada. Era um militante brizolista chegar e dizer assim: “Eu vou organizar um Grupo dos Onze.” Reunia dez amigos, escrevia uma carta, botava nome e mandava. Agora imagina quantos nomes e endereços se recebeu? Milhões em todo o Brasil. Quer dizer, então o governador Leonel Brizola sentindo que o povo tinha se unido em favor do Brasil, não queria que esse povo abandonasse tudo.*²¹⁸ (grifos nossos)

O clima de enfrentamento da esquerda reformista com a direita elitista não deixava muito espaço para uma análise mais objetiva sobre os Grupos dos Onze. O fato de serem organizados por Brizola – já anteriormente considerado como o novo Fidel, devido às encampações das ITT e AMORF, abordadas no capítulo I – que havia bloqueado o veto militar à posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros, também contribuía para uma visão negativa sobre os grupos.

²¹⁷ Idem, p. 329

²¹⁸ Coronel Emílio João Pedro Neme. Entrevista concedida à autora em 03 de setembro de 2002.

Ademais, a retórica agressiva de Brizola era um fator de reação junto à parcela de cunho mais conservador das Forças Armadas, que o acompanhava passo a passo, ou palestra a palestra: *A comissão militar especializada possui gravações de todas as palestras de Brizola.*²¹⁹ Havia uma aproximação dos militares das classes inferiores, que se encontravam em processo de politização e também de radicalização, com Leonel Brizola. Ele estimulava os sargentos, cabos e marinheiros a articularem-se politicamente, a mobilizarem-se a favor das reformas e a vincularem-se aos sindicatos de operários. Essas classes estavam sensíveis a esses argumentos, pois a maioria era oriunda das camadas populares²²⁰. Isso causava forte descontentamento entre a oficialidade. Segundo o jornal *O Rio Grande*:

*A agressividade de sua campanha pelas reformas de base, a organização de ‘Grupos de Onze’ (que se armavam, segundo boatos) o precedente da Legalidade (quando distribuiu armas à população) aliaram-se a outro fator que foi decisivo para fazer de Brizola o principal alvo dos militares que tomaram o poder em 1964: a sua pregação junto aos sargentos, cuja mobilidade era uma das coisas que mais preocupava a oficialidade.*²²¹

Além de todos os discursos contra o Congresso e contra o Exército, chamando de “gorilas” a oficialidade e conclamando os sargentos a se unirem contra os oficiais, ainda organiza esses grupos. Segundo Almino Afonso²²², *a convocação dos Grupos dos Onze era um açulamento, que levava, de maneira fatal, os setores conservadores a se alarmarem e a, por sua vez, armarem-se.*²²³

Apesar de todo o alarde feito em torno dos Grupos de Onze – seja através da Mayrink Veiga por Leonel Brizola, seja através da imprensa pelos grupos conservadores –

²¹⁹ “Dólares de Fidel para Brizola” – *O Cruzeiro* – 8 de agosto de 1964. p.7

²²⁰ Havia o perigo de ruptura na hierarquia militar, já vivenciada por ocasião do Tenentismo, quando jovens oficiais, principalmente tenentes, que na década de 1920, buscavam transformações na vida brasileira. O perigo agora era através dos sargentos, que se identificavam com o programa das reformas, muitos deles sendo brizolistas, e buscavam maior participação política concorrendo às eleições de 1962, como deputados, o que era vedado pela legislação então vigente. A primeira tomada formal de posição dos suboficiais, subtenentes e sargentos do Exército brasileiro, que marcou sua entrada como corporação na luta político-social nessa fase foi o *Manifesto dos Sargentos ao Povo*, em meados de 1963, no Rio de Janeiro. No documento, de conteúdo radical, os sargentos advertiam, com arrogância, as “forças da reação e do golpismo” para que não tentassem impedir as reformas nem reviver 1954 e 1961, porque teriam de enfrentá-los como vanguarda e sentinela do povo, “pois nós, sargentos e oficiais progressistas, pegaremos em nossos instrumentos de trabalho (os fuzis) e faremos as reformas juntamente com o povo”. BRUM, op. cit. p. 284/285

²²¹ “Brizola”. *O Rio Grande*. op. cit. p. 18

²²² Deputado federal pelo PTB e Ministro do Trabalho do Governo Goulart. MORAES, op. cit. p 317

²²³ Idem. p. 322

por ocasião do golpe militar, os grupos nem apareceram,²²⁴ como disse Abelardo Jurema do “grupo dos onze” de Brizola *nem fumaça*.²²⁵ Se um dos objetivos era evitar o golpe direitista, seria de se esperar que esboçassem ao menos alguma reação. Entretanto, possivelmente foram alardeados muito mais do que eram realmente. Essa propaganda dos grupos, tanto positiva quanto negativa, foi crucial para dar-lhes uma repercussão exagerada, superestimando sua organização. Aliás, não estavam sequer minimamente estruturados para qualquer atividade que fosse. Paulo Schilling explica essa falta de organização nos seguintes termos:

*Infelizmente, as esquerdas revolucionárias,(...) não estavam enganadas. Ou pelo menos não estávamos enganados no fundamental: a inevitabilidade do golpe de direita, embora o estivéssemos, em detalhes muito importantes, por exemplo, não imaginávamos que o clímax da crise estivesse tão próximo. Sim, esperávamos o golpe e estávamos preparando-nos febrilmente com todas as forças para enfrentá-lo. Acreditávamos, porém que o golpe, seguindo a tradição brasileira, viria dentro de quatro ou cinco meses, no segundo semestre do ano.*²²⁶ (grifos nossos)

Ainda Paulo Schilling:

*Entretanto, por haver surgido muito tarde, a organização [dos Grupos de Onze] foi alcançada pelo golpe em sua fase embrionária. Somente no Rio de Janeiro havíamos começado a estabelecer os contatos entre os ‘G11’ para vinculá-los verticalmente.*²²⁷ (grifos nossos)

No Rio Grande do Sul, não havia sequer começado qualquer tipo de organização. Cel. Emílio J. P. Neme nos informa que foi chamado para assumir o comando estadual dos Grupos de Onze apenas no dia 29 de março de 1964, apesar de Leonel Brizola estar fazendo um chamamento público desde outubro de 1963. Para ele:

Ele [Brizola] estava organizando só uma espécie de um chamado público, faltava dar uma organização efetiva, receber as listas, catalogar, colocar por município, o número do título de eleitor, tudo direitinho: nome, endereço... – Então não teve articulação vertical nenhuma?

²²⁴ TOLEDO, op. cit. p. 113.

²²⁵ Citado por D’ARAÚJO, Maria Celina, op. cit. p.69.

²²⁶ SCHILLING. op. cit. p. 13

²²⁷ Idem. p. 243

- Não chegou, porque quando eu ia começar, dois dias depois deu o Golpe²²⁸.

Mesmo que não houvesse uma organização mais efetiva sobre os Grupos de Onze, já havia algum esboço para que tal existisse, conforme denúncia da imprensa:

Documentos apreendidos na residência do ex-deputado, em Porto Alegre, revelaram que o Coronel Dagoberto era a 2ª pessoa, vindo logo após Brizola, no mecanismo dos ‘Grupos de 11’, ou seja, dos ‘Comandos Nacionalistas’. O organograma era o seguinte:

Chefe: Brizola

Centro de Comunicações: Cel. Dagoberto e Paulo Schilling

Trabalho no Campo: Padre Alípio

Trabalho Sindical: Paulo Schilling e Batista; Material: Almirante Aragão; Trabalhos no Nordeste: Neiva Moreira; Trabalhos em São Paulo: Almino Afonso; Trabalhos em Santa Catarina, Paraná, Guanabara e Rio Grande do Sul: Leonel Brizola.²²⁹

Esse era o início da organização que, ao que tudo indica, não chegou a ser mais articulada por falta de tempo. Apesar de previsto, o Golpe Militar pegou todos de surpresa²³⁰. Brizola ainda tenta organizar uma resistência no Rio Grande do Sul, talvez pensando em realizar uma segunda Legalidade, apoiado nos Grupos de Onze. De acordo com o Marechal Poppe de Figueiredo, diante da decisão de Goulart de abandonar a luta *Brizola se insurge violentamente(...) declara-se em condições de resistir, contando para tal com os ‘Grupos dos Onze’ de Porto Alegre.²³¹* Demonstrava uma confiança exagerada nos seus Comandos Nacionalistas, que estavam completamente despreparados para qualquer tipo de luta. Ilustrando a falta de politização de muitos que assinaram as listas, um depoimento de um agricultor de Erval Grande, que apenas sabia assinar o nome:

...que acompanhou pelo rádio em sua casa o desenrolar da crise. Que ouviu o discurso proferido pelo sr. Leonel Brizola, em que o mesmo convocava os componente dos Grupos dos Onze [para a resistência ao

²²⁸ Coronel Emílio J. P. Neme. Entrevista concedida à autora dia 03 de setembro de 2002.

²²⁹ “Dólares de Fidel para Brizola”. *O Cruzeiro*. 8 de agosto de 1964. p.10

²³⁰ SCHILLING, op. cit. p. 13.

²³¹ FIGUEIREDO, Mal. Poppe de. *A revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970. p. 69

golpe], porém não deu maior importância pois é colono e cuida somente de seu trabalho.²³² (grifos nossos)

Outro agricultor, que assinou a lista de um Grupo de Onze, ao acompanhar o golpe: *...que ouviu ele [Brizola] gritando pelo rádio, perguntando onde estavam os grupos dos Onze, que só então que compreendeu que as listas que Brizola mandava fazer era para organizar gente para brigar e não para conseguir terras como ele pensava.*²³³ (grifos nossos)

Os Grupos de Onze, ou as pessoas que faziam parte dos grupos, não estavam mobilizadas, preparadas ou sequer pensando em luta. Ressalta Thomas Skidmore: *O abismo entre líderes excessivamente confiantes e seus liderados passivos tanto em questão de comando como em sentimento político era de uma dolorosa evidência.*²³⁴

De acordo com o depoimento do Dr. Eduardo Rolim, de Santa Maria/RS:

*Nem sequer havia um plano assim, dizer: 'Bom, se houver uma reação, nós vamos convocar os Grupos de Onze para estarem ao meio-dia na Praça Saldanha Marinho'. Não. Se tu quisesse fazer uma coisa dessa, tu terias que ir de casa em casa dessa gente toda para convencer a turma a ir lá no centro da cidade. Não havia nenhum plano.*²³⁵ (grifos nossos)

Por isso, os grupos não apareceram, não esboçaram reação de espécie alguma quando ocorreu o golpe. Mesmo os que se reuniam, discutiam política, não estavam preparados para uma luta armada porque não era esse o objetivo da formação dos grupos.

Apesar de inócuos em termos organizativos, os Grupos de Onze permearam de temor a sociedade no início dos anos 60, especialmente os grupos mais conservadores, entre eles a maioria da alta oficialidade militar, que, na tentativa de conter o avanço esquerdista, apelaram para o *golpe defensivo ou preventivo.*²³⁶

2.0 – O IMAGINÁRIO MILITAR EM TORNO DOS GRUPOS DE ONZE

²³² SOPS/ERECHIM – 1.2.99.4.1 – Comissão do Acervo de Luta contra a Ditadura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²³³ Idem, ibidem

²³⁴ SKIDMORE. op. cit. p. 364

²³⁵ Entrevista com o Dr. Eduardo Rolim, participante do Grupo dos Onze em Santa Maria, concedida dia 28 de julho de 1998. E18 – Pasta 1 – LAHIS - UNIFRA

²³⁶ BRUM, op. cit. p. 275

Apesar de terem se revelado inofensivos, no imaginário dos grupos conservadores esses grupos eram a própria expressão do comunismo, acelerando a conspiração direitista para a deposição de João Goulart, que já estava em marcha. O anticomunismo foi propangadeado e as representações anticomunistas divulgadas sucessivamente²³⁷ durante o governo de João Goulart.

Maria Helena Capelato explica que *a referência da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional, eficaz na conquista de adesões políticas*²³⁸, o que era o objetivos dos grupos contrários ao governo Goulart, que, nesse caso, não representavam o poder instituído, mas buscavam apoio para a sua derrubada.

Os militares foram, portanto, os depositários dos temores das classes conservadoras, os quais endossavam. No imaginário militar, esses grupos eram autênticas células comunistas, prontas para a luta armada e para instalar tal regime no Brasil. É possível proceder a essa afirmação, tendo alguns depoimentos de militares e/ou utilizando livros escritos por militares pós-64, como o seguinte: *Brizola insultava os militares, formava os Grupos dos Onze, ameaçava, agitava, atacava o capitalismo*²³⁹ diz Armando Falcão, que foi Ministro da Justiça de Geisel. Outro militar explica: *Agitadores comunistas e criptocomunistas infiltraram-se nos comandos administrativos, sindicais e estudantis (...) Não imaginávamos [referindo-se ao seu pai, proprietário rural] que pudesse haver, organizado e treinado, seguindo orientação do líder, Leonel Brizola, um Grupo de Onze para, em operação oportuna, adonar-se da propriedade, com eliminação física dos proprietários.*²⁴⁰

Já Adholpo João de Paula Couto faz uma análise sobre os Grupos de Onze, na qual apresenta transcrições de um documento, sem referências do local onde estaria arquivado, de Instruções Secretas dos Grupos de Onze, onde, supostamente, se comprova que eles eram revolucionários e com a finalidade de eliminar pessoas:

A idéia, como vemos, seguia o modelo da técnica de enquadramento da guerra revolucionária comunista, com a diferença decisiva de que não dispunha de lideranças locais, selecionadas e formadas com essa missão

²³⁷ MOTTA, op. cit. p.243.

²³⁸ CAPELATO, Maria Helena. "Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contato, v.16, nº 31 e 32, 1996. p. 328.

²³⁹ FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p.241

²⁴⁰ GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 33

*específica. A iniciativa devia partir das próprias massas e as lideranças, devia pensar ele [Brizola], surgiriam depois.*²⁴¹

O marechal Poppe de Figueiredo, que na época era coronel em Santa Maria, declara:

*O deputado Leonel Brizola, utilizando todas as noites os microfones da Rádio Mayrink Veiga, da Guanabara, faz violenta pregação subversiva, concitando os trabalhadores à rebelião. Propugna que se constituam em 'Grupos dos Onze', verdadeira milícia, imaginada, certamente, para se contrapor às Forças Armadas. O atrevimento e a desfaçatez chegam às raíais do incrível. Essa propaganda causava grande impacto em Santa Maria e era assunto de comentários diários. Já havia, mesmo, folheto muito bem impresso, ensinando como formar os 'Grupos dos Onze', suas finalidades, emprego, etc. Era a pregação, às claras, para o último estágio da guerra revolucionária: a tomada do Poder.*²⁴²

Os Grupos de Onze causaram grande preocupação, principalmente pela repercussão que tiveram perante a população mais pobre, conforme depoimento de Carlos Alberto da Fontoura, que em 1964 era coronel e servia ao III Exército, sediado em Porto Alegre: ***Todo gaúcho daqueles ranchinhos tinha um rádio de pilha e ouvia o Brizola das 7 às 8 horas da noite, todas as sextas-feiras. E tinha uma multidão batendo palmas***²⁴³ (grifos nossos) referindo-se às pregações de Brizola e como eram absorvidas pelo povo gaúcho. Sem dúvida, Brizola e seus Grupos de Onze aumentaram os temores da sociedade quanto à difusão do comunismo e, dentro de um contexto de radicalização de ambos os lados, serviram para acirrar as posturas golpistas, que viam como única solução para evitar o comunismo no Brasil, a supressão do governo instituído.

3.0 – OS GRUPOS DE ONZE EM DEPOIMENTOS

Os depoimentos a respeito dos Grupos de Onze relatam o que esses grupos representaram/representam para as pessoas que estavam no outro lado da situação, os que foram membros, os que sofreram as suas conseqüências. Através deles é possível construir

²⁴¹ COUTO, op. cit. p.93

²⁴² FIGUEIREDO, op. cit. p.33

²⁴³ D'ARAÚJO, SOARES...op. cit. p. 210.

o que pensam atualmente sobre o que foram esses grupos e que repercussões eles tiveram em suas vidas.

Carlos De Ré, membro da Fundação Alberto Pasqualini e da Comissão de Acervo de Luta contra a ditadura, concedeu seu depoimento em Porto Alegre, dia 18 de janeiro de 2002. Morava em Santa Maria na época do golpe militar, seu pai foi preso por ser sindicalista e participar dos Grupos de Onze. Ressalta que a formação desses grupos foi uma atitude desesperada, por parte de Brizola, e que eles não puderam atingir os objetivos que ele propunha porque faltou o apoio do presidente João Goulart para a resistência:

Eu acho que o golpe militar era uma espécie de crônica de uma morte anunciada, haviam claramente sinais de que ele poderia vir, e na minha opinião, os Grupos de Onze é uma atitude quase desesperada de organização popular que permitisse transpor, superar essa ineficiência de estruturação partidária, como tínhamos. Eu te diria, assim, que é quase uma tentativa de organização desesperada. De que se tratavam os Grupos de Onze? Era uma coisa muito simples: eram grupos de onze pessoas que tinham uma função de se nuclear, esta idéia meia lúdica, inclusive, que se tem de se baseificar e se organizar pela base. Quase todos os partidos de esquerda tem. O PC funcionava por base, a base da fábrica tal, a base do quarteirão tal, a célula... a famosa célula comunista. Muito bem, o Brizola tentou fazer do Grupo de Onze Companheiros a espécie de célula, a espécie de organização pela base do movimento trabalhista do Rio Grande do Sul, de simpatizantes e militantes do velho Partido Trabalhista Brasileiro, mas o objetivo claro era que se pudesse, a partir daí, construir as bases de uma resistência contra o golpe militar, que como eu te disse, era bastante anunciado.

Observa-se que a análise de Carlos De Ré aponta para a constituição de um partido de apoio a Leonel Brizola, feito de forma emergencial devido à instabilidade do momento político. Exatamente por isso, foram conclamados para uma formação urgente, sem possibilidade de maior organização e debates, o que, provavelmente, gerou as diversas interpretações sobre os grupos, seja por parte das classes dominante ou por parte dos próprios envolvidos. Desse modo, segundo Carlos De Ré, não puderam oferecer resistência ao golpe:

E – Mas o golpe pegou esses Grupos de Onze totalmente desprevenidos. Não houve resistência dos Grupos de Onze. Por que? Eles não estavam ainda organizados suficientemente?

Eu acho que se jogou com uma expectativa. Primeiro porque eles foram feitos de maneira extremamente emergencial. Segundo, não se faz uma resistência armada sem armas. Esse caminho é um pressuposto elementar. E terceiro e última questão, eu acho que faltou, como eu poderia te dizer... faltou da parte do presidente João Goulart uma disposição maior de resistência.²⁴⁴

A possibilidade de uma resistência ao golpe militar, pelos grupos, não está descartada, mesmo sem estarem organizados para esse fim. Se João Goulart estivesse disposto a resistir, poderia ter havido uma mobilização nos moldes da Legalidade, feita de forma ainda mais emergencial, pois Leonel Brizola gozava de grande prestígio no Rio Grande do Sul. Essa possibilidade de resistência, era prevista pelo governador Ildo Meneghetti, que era hostil ao presidente Goulart, e, no momento do golpe militar, deixou a capital, assumindo o cargo o prefeito de Porto Alegre, o petebista Sereno Chaise.

Para Décio Freitas, historiador, que na época ocupava um cargo na Fundação Brasil, do governo federal, os Grupos de Onze serviram de pretexto para a direita golpista intensificar a campanha contra o governo e conseguir convencer alguns setores de que a guerra revolucionária estava em curso no Brasil. Para ele, essa idéia de formar Grupos de Onze, de Leonel Brizola, foi muito prejudicial ao governo João Goulart:

*A direita golpista se valeu da idéia dos Grupos de Onze para explorá-la. Considerava que se tratavam de grupos subversivos contra as instituições, mesmo para uma revolução do tipo cubano. É assim que foram vistos. Brizola achava que, na hipótese de um golpe de direita é necessário resistência. Uma radicalização ...para realizar o que se chamava de Reformas de Base. Esse era o objetivo. **Foi tudo radicalização e deu muito material, muito pretexto para a direita nessa hora. A idéia do Grupo dos Onze municiou ideologicamente a direita golpista para o 31 de março.** Não só nos quartéis como na imprensa o assunto era muito explorado, já que os tais Grupos dos Onze eram uma prova das intenções subversivas*

²⁴⁴ Depoimento de Carlos De Ré, concedido à autora, dado em 18 de janeiro de 2002.

*do governo, já que o Brizola era cunhado de Jango e pertenciam ao mesmo partido, embora houvesse divergências entre eles. Na época a gente entendia que isso era uma coisa muito negativa, mas eu nunca me lembro de ter visto, digamos uma exposição que constituísse objetivos e conteúdos subversivos do Grupo dos Onze.*²⁴⁵ (grifos nossos)

Já para o Coronel Emílio João Pedro Neme, que foi convidado a ser comandante estadual dos Grupos de Onze, toda essa organização tinha grande influência da Legalidade, onde, ao chamamento de Brizola, o povo dispôs-se à luta pelo cumprimento da Constituição, assegurando a posse de João Goulart. No entanto, para ele, Goulart, ao aceitar o parlamentarismo e ao adotar uma política conciliatória com os grupos conservadores, frustrou as aspirações da população que participou da Legalidade e de Leonel Brizola.

Influenciado pelo sucesso do episódio e percebendo que as Reformas de Base não passariam no Congresso²⁴⁶, inclusive objetivando pressionar o próprio presidente, Brizola foi novamente organizar a população.

Mas, então, se criaram dois pólos no Brasil: o pólo de pessoa que assumiu a presidência da República: Dr. João Goulart e o pólo de um grande líder popular que era Leonel Brizola. Bom, aí o Dr. Brizola ficou raciocinando assim. Existe uma... desilusão do povo brasileiro com o Dr. Jango o poder, e aceitando a perda do poder assume ficticiamente o poder. Então ele pensou assim: “Eu não posso e o Brasil não pode perder esse entusiasmo popular gerado pelo sucesso do movimento da Legalidade. Como que eu vou fazer? Usar o PTB eu não posso porque o presidente do PTB é o presidente da República, o Dr. Jango é que é o PTB, então eu vou organizar um movimento que reúna toda essa massa do povo que participou da Legalidade e que gostaria de ver o Dr. Jango no Palácio com todos os seus poderes para poder aplicar as leis a favor do povo.” Então ele criou o movimento dos onze.

O Coronel Neme enfatiza sua amizade com Leonel Brizola para explicar que ele deveria saber todos os fatos relacionados aos Grupos de Onze no Rio Grande do Sul:

²⁴⁵ Depoimento de Décio Freitas, historiador e ocupou cargo junto ao governo João Goulart, concedido à autora dia 20 de julho de 2002

²⁴⁶ Efetivamente, algumas das reformas econômicas e políticas, tais como a reforma agrária e a extensão do direito de voto aos analfabetos, só poderiam ser implantadas através de complexas emendas constitucionais. Todavia, para a maioria dos membros do Congresso, admitir alterações na Constituição parecia uma estratégia perigosa e insegura. SANTOS, op. cit. p. 135. A mobilização do povo para o comício do dia 13 de

Se o Dr. Brizola, meu líder e meu amigo... Então eu vou enumerar para você ver até que nível existia entre Dr. Brizola e Cel. Neme. Eu fui ajudante de ordens do governo do general Dorneles em 53, depois fui da Casa Militar do Dr. Brizola, em 1960 ele já me mandou para Brasília onde eu organizei o governo do Rio Grande do Sul e fui chefe do governo durante 5 meses, despachando os assuntos do Rio Grande com os ministros. Até fui duas vezes na presença do presidente Juscelino Kubtschek. (...)Então fica claro que havia entre Dr. Brizola, e com muita honra para mim, uma confiança dele comigo. Por isso que eu posso dizer, agora volto ao assunto, para entenderem que eu deveria saber tudo do Grupo dos Onze.

Devido a essa grande amizade e à confiança de que era depositário por parte de Leonel Brizola, a ponto de ser convidado para ser o comandante estadual dos grupos, declara ser impossível existir por parte da organização dos grupos um objetivo de luta armada ou de guerrilha sem que ele tomasse conhecimento. Se houvesse um documento secreto de instruções de mortes, prisões de algumas pessoas, ele estaria ciente disso:

*Dr. Brizola me chama, eu estava lá na repartição, ele me telefona do Bret Hotel: “Nem, eu quero falar contigo.” Eu fui até lá no hotel e saímos a pé até a sede do PTB, que era ali naquela rua onde fica a Casa Maçon, o nome agora me fugiu também. E, fomos a pé até ali e ele me disse: “Não Neme, o problema é o seguinte. Tu já sabes o problema do Grupo dos Onze, estamos articulando e **eu queria que tu assumisses o comando do Grupo dos Onze em todo o Rio Grande do Sul** e me indica um coronel da Brigada, teu amigo, do nosso... nossos amigos da Legalidade, para comandar o Grupo dos Onze em Porto Alegre.” Olha, se eu tinha toda a confiança do governador Brizola, que tenho até hoje, continuo sendo um assessor informal dele, sem salário, sem nada, só como amigo. Se ele tinha toda essa confiança em mim, se ele me convida para ser comandante do Grupo dos Onze no RGS, me diz que ele gostaria que eu estivesse lá no comando nacional do Grupo dos Onze, mas ele não queria que eu saísse daqui. **Se tudo isso existia entre Dr. Brizola e eu, como eu, comandante do Grupo dos Onze no RGS, não saberia a verdade sobre os Grupos dos Onze?** (grifos nossos)*

março de 1964, demonstrava a forte pressão pelas Reformas de Base e a oposição às tendências conservadoras da maioria do Congresso. IANNI, op. cit. p.108.

Com a autoridade de conhecedor dos fatos, referendada por uma forte ligação pessoal e política com o ex-deputado Leonel Brizola, Cel. Neme afirma que os Grupos de Onze, dos quais ele seria o comandante estadual, eram apenas grupos de pressão política, necessários no momento para forçar a votação das Reformas de Base pelo Congresso. Eles foram feitos para salvaguardar o entusiasmo popular suscitado pela Legalidade e que estava se perdendo. Tendo em vista a dificuldade em se conseguir as reformas, o povo estava perdendo a fé em seus líderes e Brizola não queria que isso ocorresse.

O depoimento de José Bica Larré, colhido no Laboratório de História Oral da UNIFRA, Santa Maria, que foi um participante de um Grupo de Onze, movimento muito forte na região, enfatiza o caráter de fanatismo e até de certa inocência de alguns brizolistas, para os quais era muito importante compor grupos, conseguir muitos nomes para as listas:

*Com referência aos Grupos de Onze, posso dar um depoimento porque também me fizeram secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro, aqui no núcleo, em Santa Maria. **O problema do Grupo de Onze, era uma coisa romântica, uma coisa estapafúrdia, coisa da cabeça do Brizola e que de fato nunca existiu, nunca tiveram qualquer aspecto na natureza agressiva, bélica, revolucionária. No fundo tinha nitidamente uma finalidade eleitoral, pretendia, com certeza, Brizola, transformar esses grupos chamados Grupos de Onze em células eleitorais, dentro da sua própria candidatura, das suas idéias. (...) Interessava muito à revolução, como forma de propaganda, divulgar que esses grupos se organizavam como grupos paramilitares, etc. e tal. Coisa que objetivamente nunca houve, tanto que não (...) resultou em nenhum achado jamais de que pudesse devotar os Grupos de Onze como sendo efetivamente grupos armados, como de fato não eram.***

Larré acrescenta alguns itens importantes em sua análise como o caráter possivelmente eleitoral da organização desses grupos, hipótese que não pode ser excluída, visto que havia, por parte dos petebistas/brizolistas, uma expectativa de que Brizola se candidatasse à presidência, o que era impedido pela Constituição²⁴⁷. Chegou a haver manifestações por parte dos Grupos de Onze da Guanabara com o *slogan cunhado*

²⁴⁷ Havia um empecilho legal às pretensões presidenciais de Brizola: um dispositivo da Constituição de 1946 impedia que parentes do presidente da República, inclusive cunhados (o que era o caso), se candidatassem ao mesmo posto. BRUM, op. cit. p. 286

*não é parente, Brizola pra presidente.*²⁴⁸ Também é relevante a explicação de que Brizola tentou assustar os militares com os Grupos de Onze. Possivelmente, esse era o seu objetivo ao divulgar em rede nacional a quantia de grupos que estavam sendo formados:

A ideologia era teórica, absolutamente teórica, era o seguinte: Os Grupos de Onze foram formados como agrupamento cigano, mais ou menos, organizados para estudo de todas as teses, etc., do chamado Movimento Nacionalista Brasileiro, e esse era o fundamento do Grupo de Onze. Eles evidentemente se encarregavam de fazer movimentações públicas, votar nos candidatos que defendiam essa bandeira do nacionalismo, do que eles costumavam chamar de lutas democráticas nacionalistas, etc. Essa era a finalidade precípua e única. Brizola, nos últimos dias, (...), antes da vitória da revolução, quando ele se deu conta e também naquela campanha da Legalidade, ele tentou assustar, digamos assim, os militares com o fantasma dos Grupos de Onze, mostrando os Grupos de Onze como se fosse um bicho papão, de cara feia...

Para Gelsomino Appi, líder do PTB em Erechim, na época do golpe militar de 1964, existia a probabilidade de uma luta armada, era possível entender isso pelas pregações de Brizola. Havia, com alguns amigos, formado um Grupo de Onze na cidade de Erechim, mas, por precaução, não mandaram a lista para a Mayrink Veiga, ficando então, seu grupo, fora das perseguições posteriores:

Em 64, o Brizola queria formar tipo de um exército. Então ele organizou os Grupos de Onze. Nós..., eu pertenci ao Grupo de Onze, mas não foi declarado, entendeu. Não ainda, na época fizemos um grupos, mas não tinha sido declarado para organização que Brizola queria. Era um tipo de soldado, que ele poderia... na época, ele poderia ter em mãos um determinado número de pessoas para ele contar com eles caso acontecesse alguma coisa. (grifos nossos)

A admiração pela figura de Leonel Brizola era o fator determinante para a tomada de posição em favor das Reformas de Base e do nacionalismo. A disposição para a luta existia, mesmo sem organização ou armas, bastavam as ordens do chefe.

Sempre fui admirador de Brizola. Não tinha nada de comunismo, nada, apenas admirávamos o Brizola por ele ser nacionalista. Os onze... é que estávamos dispostos a lutar pela causa que nosso chefe [Brizola]

²⁴⁸ “Tempos de Populismo e Agitação”. *Nosso Século*. op. cit. p. 36.

mandaria. No nosso caso, nós éramos cientes que poderia haver luta armada e estávamos dispostos... Nós escutávamos as palestras do Brizola ele pregava, mas não luta armada. A gente sabia que, numa eventual revolução, a gente era o apoio, pra até guerrear. Nunca que ninguém colocou isso, mas a gente sabia sim que até isso podia ser. Era a defesa do nacionalismo, essa era a nossa defesa. Nós fizemos uma reunião ali, mas não todo o grupo. Debatíamos a política nacionalista, que era a nossa bandeira. Como o nosso chefe pregava o nacionalismo, nós éramos a favor dessa causa, não do comunismo (grifos nossos)

Como podemos observar nesse depoimento, a bandeira do nacionalismo era quem comandava as ações de muitas pessoas. O comunismo era muito temido, não só pelos conservadores, mas também por muitos reformistas/nacionalistas, que faziam questão de se diferenciar deles, de se declarar não comunistas.

Para ilustrar, um depoimento - colhido no Arquivo Público de Porto Alegre, nos IPMs do SOPS - de um comerciante de São Valentim, organizador de uma lista de Grupos de Onze, que foi preso, onde se pode perceber que não havia nenhum grau de politização ou consciência, por parte da maioria das pessoas envolvidas, do que seriam esses grupos:

*...que organizou uma lista dos onze e que conseguiu algumas assinaturas... e assim procedeu porque ouviu um discurso pelo rádio do Brizola. Que organizou essa lista de livre e espontânea vontade, mas não tomou atitude alguma e não pensou nas conseqüências que poderia resultar e julgando que o deputado Brizola era um homem bom... A lista foi enviada para Brizola, que o declarante não é agitador nem comunista, que ninguém da lista é comunista...*²⁴⁹

Podemos notar que algumas das pessoas que foram denunciadas por fazerem parte dos Grupos de Onze ignoravam totalmente o que se passava: ***Onze, o que que é Onze? Até hoje eu não sei porque eu fui preso. Até hoje eu não sei o que significa***²⁵⁰ (grifos nossos) É o caso de dois agricultores da Linha Tonello, interior de Gaurama, que foram denunciados como participantes dos grupos, mas que alegam não terem assinado nenhuma lista e não possuir nenhum conhecimento sobre a formação dos grupos na região onde

²⁴⁹ SOPS/E 1.2.99.4.1 – Comissão de Acervo da Luta contra a Ditadura – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁵⁰ Processo nº 9.706-013, aos cuidados do Escritório de Advocacia de Alvenir de Almeida e Leandro Scalabrim - Erechim

moravam. Eram simpatizantes de Leonel Brizola, às vezes ouviam suas palestras no rádio, mas não entendiam muito bem o que significava. Mesmo assim ficaram presos três dias.

4.0 – AS “INSTRUÇÕES SECRETAS PARA OS GRUPOS DE ONZE”

A revolução de 1964 ansiava por apresentar provas de que os Grupos de Onze fossem perigosos comunistas para justificar a repressão e, ao mesmo tempo, se fortalecer. Divulgou-se na imprensa a localização de um documento, que seria a maior prova da subversão dos grupos, fato que foi noticiado pelos jornais mais importantes do país, com manchetes como: *Exército revela planos dos ‘Grupos dos Onze’*, denunciando a apreensão, no Rio de Janeiro, em Niterói, na rua Marquês de Caxias, 34, das tais instruções aos grupos:

Os documentos revelam instruções detalhadas sobre a prática de guerrilhas, emprego e improvisação de armas e indica objetivos a serem tomados logo após a eclosão do movimento. Em outras partes era instruídos que as autoridades federais ou estaduais, civis e militares, deveriam ser aprisionadas e conduzidas, preferencialmente, para o mato, sob a guarda de sentinelas armados. No caso do movimento fracassar, as instruções mandavam executar, sumariamente aqueles prisioneiros, transformados em reféns, para evitar que fossem os revolucionários reconhecidos e denunciados posteriormente. Também na parte referente aos comunistas, as instruções eram detalhadas, pedindo que tivessem ‘cuidado nas relações com os vermelhos’, por não os considerar muito dignos de confiança. Dizia, finalmente, que a melhor ala era a que obedecia a Pequim e que os seguidores do PC da União Soviética eram ‘aburguesados e fracos.’²⁵¹

No jornal *Zero Hora* de 20 de agosto de 1964, na página 10, há uma publicação parcial do referido documento, sob a manchete: *General Adalberto revela os objetivos dos Grupos dos Onze*. No mesmo dia, o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, publica, numa reportagem de mais de meia página, a notícia *Forças Armadas e Revolução: análise de suas responsabilidades*, na qual o General Adalberto Pereira dos Santos, comandante do

²⁵¹ “Exército revela planos dos ‘Grupos dos Onze’”. *Zero Hora* – 16 de julho de 1964. p.4

III Exército, faz uma apologia à revolução, analisa o papel das Forças Armadas e esclarece a população sobre os “famigerados” Grupos de Onze, citando o referido documento:

Acreditamos que haja, até hoje, quem duvide que esses Grupos de Onze pudessem ser incluídos entre essas capitulações da lei. [referindo-se ao já citado artigo 24 da Lei 1802 e também ao seu art. 4º] Vamos então verificar quais as suas verdadeiras finalidades, examinando um documento apreendido no Estado do Rio, com a seguinte denominação: ‘COMANDO SUPREMO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL – INSTRUÇÕES SECRETAS AOS COMANDANTES REGIONAIS – PARA CONHECIMENTO, COM AS DEVIDAS CAUTELAS E RESSALVAS, DOS COMPANHEIROS DOS GRUPOS DOS 11’. A primeira coisa que chama a atenção neste título é a expressão ‘Libertação Nacional’, de largo emprego entre os movimentos comunistas internacionais(...)²⁵²

Se esse documento realmente existe ou existiu, não era do conhecimento dos envolvidos com a formação dos Grupos de Onze da Região Alto Uruguai, posto que todos manifestam total ignorância sobre quaisquer instruções, sendo que a maioria não havia sequer recebido a Cartilha para a Organização dos Grupos de Onze Companheiros. Uma cópia desse documento foi conseguida pelo Laboratório de História Oral, da UNIFRA, mas em condições curiosas: primeiro, era uma cópia escrita a mão, num caderno,²⁵³ que um senhor, que não se identificou, passou para o entrevistador, e assim que ele terminou de copiar, pegou o original e jogou no fogo, queimando-o. Nesse documento, os Grupos de Onze são comparados à Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917, na União Soviética, *da qual seguirá o vitorioso exemplo*. Esse fato foi amplamente explorado pelos militares, sendo publicado em livros escritos por militares e/ou ex-militares.²⁵⁴

A cópia desse documento é composta de 20 páginas manuscritas, indicando que a procedência foi devido a uma apreensão do Exército numa “célula comunista” de Niterói, situada na rua Marquês de Caxias, nº 34. Trata da suposta “Missão dos Grupos de Onze”, *instituído por Leonel Brizola na revolução Marxista a ser desencadeada*²⁵⁵. Segundo esse

²⁵² “Forças Armadas e Revolução: análise de suas responsabilidades”. *Diário de Notícias* – 20 de agosto de 1964 – p.13

²⁵³ E34 – Pasta 2 – Documento nº 9 – Laboratório de História Oral - UNIFRA

²⁵⁴ COUTO, op. cit., e no site da internet www.ternuma.com.br/brizola.htm ou seja, está sendo difundido até hoje, para milhares de jovens, que os Grupos de Onze eram revolucionários subversivos, prontos para matar as “pessoas de bem” e instalar o comunismo no país.

²⁵⁵ Doc. 9 – E34 – Pasta 2 – Laboratório de História Oral – UNIFRA – Santa Maria

documento, foi constatada a existência de 1.298 desses grupos em todo o Brasil, número muito inferior aos indicados por Brizola, Schilling e Neiva Moreira, *destinados primordialmente ao terrorismo e à perturbação da ordem pública*.²⁵⁶ Assim começa o relatório secreto:

*Só os fortes e intemeratos podem intentar a salvação do Brasil das garras do capitalismo internacional de seus aliados internos. Quem for fraco ainda terá tempo de recuar ante à responsabilidade que terá que assumir com o conhecimento pleno destas instruções.*²⁵⁷

Segue explicando que haverá um compromisso de sigilo e de honra sobre essas “Instruções Secretas”, somente liberado com a morte. Indica que devem evitar nos Grupos de Onze parentes consangüíneos ou amigos íntimos e que o ideal será constituir cada grupo com elementos de cada categoria profissional, *prontos e aptos a obedecer, nos vários escalões revolucionários*”, e ressalta que “o êxito do comando de onze companheiros dependerá da observância fiel a estas Instruções Secretas. Conforme esse documento, os objetivos – composto de cinco itens – dos grupos são:

*Os grupos de Onze Companheiros têm por finalidade precípua, servir como instrumento principal e vanguarda do Movimento Revolucionário que libertará o país da opressão capitalista internacional e de seus aliados internos, com a finalidade de instituir no Brasil um governo do povo, pelo povo e para o povo.*²⁵⁸

O item 2 dos objetivos foi o que foi divulgado como a prova de que os grupos eram comunistas, e essa passou a ser a identificação dos mesmos: *Os Grupos de Onze serão como foi a Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917, na União Soviética, da qual seguirá o vitorioso exemplo. Os agentes e aríetes da libertação de nosso povo do capital espoliativo norte-americano.*²⁵⁹ Nos itens relativos à ação propriamente dita, o documento instrui que os membros dos grupos deveriam conseguir instruções revolucionárias, técnicas de guerrilha e armas:

3.2 – Os companheiros dos Grupos de 11 procurarão conseguir, desde já, os armamentos necessários para o momento supremo e lembramos que tudo servirá como arma, desde os rudimentares e pouco eficientes

²⁵⁶ Idem, ibidem

²⁵⁷ Idem, ibidem

²⁵⁸ Idem, ibidem

²⁵⁹ Idem, ibidem

*manulichas e espingardas de cargas dos camponeses, até revólveres, pistolas e metralhadoras, sendo que não se pode esquecer dos preciosos coquetéis Molotov e outros tipos de bombas incendiárias, até mesmo estopa e pano embebido em óleo ou gasolina.*²⁶⁰

A escassez inicial de armas poderosas, de acordo com o documento, seria suprida pelos aliados militares, contando certamente com o apoio dos sargentos que eram partidários de Brizola. Essa indicação do documento em questão explica a forte repressão que se infligiu sobre os membros dos grupos, considerando que pacatos agricultores estariam previamente armados – com suas espingardas – e que potencialmente seriam capazes de cometer assassinatos contra pessoas inocentes. A parte mais divulgada do documento e sobre a qual circularam mais notícias na imprensa, fala sobre a guarda e julgamento dos prisioneiros onde:

*8.2 – Para essa tarefa de suma importância deverão ser escolhidos companheiros de condições humildes mas, entretanto, de férreas e arraigadas condições de ódios aos poderosos e aos ricos, a fim de que não discutam ordens severas que deverão ser conhecidas no momento da luta pela libertação.*²⁶¹

Essa condição de ódio aos poderosos e ricos não condizia com as pessoas da região que assinaram as listas dos grupos. Ainda que muitos fossem de condições humildes, eram, na maioria, agricultores religiosos, que respeitavam as leis e as instituições.

Os alvos de ação dos Grupos de Onze, seriam as autoridades públicas como prefeitos, juizes, delegados de polícia, vereadores, presidente da Câmara, políticos influentes e pessoas de alguma projeção social, os quais deveriam ser presos em cada localidade *recolhendo-as a locais apropriados, preferencialmente no meio da mata, sob guarda armada permanente.*²⁶²

Essas pessoas, que seriam reféns dos grupos, poderiam ser assassinadas, caso a ação fosse derrotada, o que foi noticiado pela imprensa como a finalidade real dos Grupos de Onze: *Brizola tinha lista de nomes para o ‘paredon’.*²⁶³ O Texto documento diz:

No caso de derrota de nosso movimento, o que é improvável, mas não impossível, dadas certas características da situação nacional e temos que

²⁶⁰ Doc.9 – Laboratório de História Oral – UNIFRA

²⁶¹ Idem, ibidem

²⁶² Idem, ibidem

²⁶³ “Brizola tinha lista de nomes para o ‘paredon’”. *Diário de Notícias* – 18 de abril de 1964. p.9

*ser verdadeiros em todos os nossos contatos com os Comandos Regionais e esta é uma informação para o uso somente de alguns companheiros de absoluta confiança, os reféns deverão ser sumariamente e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionados e não lutem posteriormente para a sua condenação e destruição.*²⁶⁴

Indagado sobre a existência desse documento, o Cel. Emílio J. P. Neme diz desconhecer completamente esse fato:

*Isso eu não tinha que saber? (...)Ele me convida pra comandante, de milhares de Grupos dos Onze do Rio Grande do Sul e eu não sei de nada? (...)Mas não assinado por ele e não no Rio Grande do Sul. Aqui não, porque eu tinha que saber. Tinha que ser dito pela boca do Brizola ou grandes líderes que cercavam ele.*²⁶⁵

Nos livros e notícias em que é citado o documento de instruções aos Grupos de Onze, não há uma referência de onde ele se encontra, nem uma cópia fiel, apenas transcrições. Tal fato, permite-nos duvidar da existência e da veracidade desse documento, utilizado para justificar as perseguições que aconteciam aos que assinaram as listas solicitadas por Brizola.

Concluindo, os Grupos de Onze compuseram o imaginário popular como grupos de apoio às Reforma de Base, principalmente *apoio à Bandeira brasileira*²⁶⁶, e que, por serem propostos por uma figura altamente admirada, como era na época Leonel Brizola, tiveram grande aceitação. Seus seguidores não poupavam esforços para organizar as listas para a formação dos grupos. Tal empenho acarretou a obtenção de um extraordinário número de grupos – entre 20 a 30 mil Grupos de Onze –, apesar de a idéia ter sido lançada somente em final de outubro de 1963.

Porém, dentro do imaginário de grande parte dos militares e dos grupos mais conservadores, a formação dos mesmos era a prova concreta e definitiva que o comunismo estava invadindo o Brasil, e que uma atitude enérgica deveria ser tomada: a derrubada desse governo que permitia que o comunismo avançasse.

No próximo capítulo, abordaremos o papel da imprensa frente à construção do imaginário de comunismo dos Grupos de Onze.

²⁶⁴ Doc.9 - Laboratório de História Oral – UNIFRA

²⁶⁵ Entrevista com Cel. Emílio J. P. Neme, concedida à autora em 03 de setembro de 2002.

²⁶⁶ SOPS/E 1.2. 99.4.1 – Comissão do Acervo da Luta contra Ditadura – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

CAPITULO III

A VISÃO DA IMPRENSA SOBRE OS GRUPOS DE ONZE

A organização dos Grupos de Onze foi um fator de temeridade dentro de um contexto político altamente conturbado como o que ocorria no Brasil às vésperas do Golpe Militar de 1964, como já foi demonstrado no capítulo anterior.

Nesse capítulo, abordaremos, em especial, o papel desempenhado pela imprensa nesse período e sua contribuição para a formação de um imaginário de comunismo envolvendo os Grupos de Onze, contribuindo para o agravamento da situação política do Brasil e angariando apoio para o golpe.

Os Grupos de Onze ocuparam as páginas dos jornais e revistas durante o período anterior ao golpe militar de 1964 e durante todo o restante do ano, podendo, então, a imprensa ser utilizada como fonte primária para a pesquisa da história dos Grupos de Onze. Segundo Márcia Janete Espig: *A utilização de material jornalístico de cunho historiográfico vem sendo cada vez mais útil aos pesquisadores que se debruçam sobre períodos relativamente recente de nossa história.*²⁶⁷

Podemos apontar como vantagens da utilização da Imprensa como fonte documental da história, de acordo com Renée Barata Zicman:

*Periodicidade: Os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos;*²⁶⁸

Ainda, podemos considerar como vantagens do uso dos jornais como fonte histórica, segundo Renée Barata Zicman:

²⁶⁷ ESPIG, Márcia Janete. “O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado.” *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS – Curso de Pós-Graduação em História, v. XXIV, nº 2, dez. 1998, p.269.

²⁶⁸ ZICMAN, Renée Barata. “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas.” *Projeto História*. São Paulo: EDUC. n.4, 1989. p 90

*Diferentemente de outros tipos de fontes documentais [como os arquivos], a Imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem sempre uma triagem antes de serem arquivados.*²⁶⁹

As notícias, uma vez publicadas, não poderão ser retiradas ou escondidas, sendo a imprensa uma fonte privilegiada. É necessário, no entanto, que haja o cuidado de não ter a pretensão de buscar a realidade presente na narrativa jornalística, pois o fato publicado já passou por critérios de seleção, pelo filtro do jornal, e por uma interpretação, ou seja, o historiador vai tirar conclusões de um evento pré-interpretado pelo jornalista.²⁷⁰

Os meios de comunicação também contribuem para criar um fato político. Dependendo do enfoque dado pela imprensa, o evento em questão assume grandes proporções, ou é rapidamente esquecido. Ao que tudo indica, infere-se que os Grupos de Onze tomaram repercussões muito maiores do que realmente tinham.. De acordo com Marialva Barbosa:

*Os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser ou não notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento.*²⁷¹

Além disso, a imprensa também contribui para criar ou modificar as representações da sociedade. Como informa Márcia Janete Espig: *As instituições jornalísticas, gozando de certa credibilidade frente ao público leitor, poderiam criar imagens e representações que, sendo mais ou menos fiéis aos fatos objetivos, canalizassem ações e formassem opiniões acerca de tais ou quais assuntos.*²⁷² A imprensa, o signo icônico possui *uma atuação persuasiva que se estende sobre a massa receptora a fim de atingir o consumo da informação.*²⁷³

De acordo com Maria Rosa Duarte de Oliveira, a imprensa constrói *para o receptor, uma imagem da fonte emissora que esteja no seu inconsciente coletivo, a fim de*

²⁶⁹ Idem, ibidem.

²⁷⁰ THOMPSON, B. John. “A metodologia da interpretação.” In: *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp. 335-342.

²⁷¹ BARBOSA, Marialva. “Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades.” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco.(org.) *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 87

²⁷² ESPIG. op. cit. p. 277

²⁷³ OLIVEIRA, op. cit. p.110.

*atingir identificação e adesão imediatas através de uma reação passiva do intérprete do reconhecimento e empatia.*²⁷⁴

A oposição entre “comunismo” e “democracia” era uma das grandes representações do período estudado²⁷⁵, sendo que a imprensa teve um papel importante na criação da ameaça anticomunista através de sua ação persuasiva. Segundo Maria Rosa Duarte Oliveira:

*Essa ação persuasiva o signo jornalístico realiza com extrema perícia, lançando mão de suas qualidades icônicas para subliminarmente endereçar ao intérprete crenças e juízos tidos naturalmente como construídos pelo próprio receptor e mais que isso, imbuídos de certezas e verdades universais com base em evidências e fatos (...) caracterizadores de uma cientificidade que o discurso jornalístico, efetivamente não possui.*²⁷⁶

A intensa campanha anticomunista – que objetivava o afastamento dos setores esquerdistas do governo e impedi-los de realizar as Reformas de Base – alarmou a sociedade, intensificou os medos da maior parte da classe média e alta de que, caso medidas drásticas contra esse governo não fossem tomadas, o comunismo estaria irremediavelmente invadindo o Brasil.

No jornal, as narrativas são feitas no calor do momento, estando sujeitas a interpretações e/ou alterações de acordo com o interesse do jornalista que a escreveu, do jornal em que são publicadas, do cunho sensacionalista de que podem estar imbuídas e do grupo social que defendem ou a que se destinam. Os jornais são representações de uma realidade objetiva. Pode ser que a verdade esteja um tanto mascarada por interesses diversos, no entanto, a fonte jornalística pode trazer à tona a visão de um momento histórico, uma vez que *guarda relações com o imaginário social do grupo ao qual se dirige fundamentalmente*,²⁷⁷ pois, como destaca Cláudio Elmir, o discurso do jornal era dirigido a um leitor ideal.²⁷⁸ De acordo com Márcia Janete Espig:

Embora a tarefa de estabelecer o que os leitores pensavam sobre o que liam não seja apenas complexa mas, em certos casos, impossível,

²⁷⁴ Idem, ibidem.

²⁷⁵ MOTTA, op. cit. p.247.

²⁷⁶ OLIVEIRA. op. cit. p. 111, 112.

²⁷⁷ Idem. p. 276.

²⁷⁸ ELMIR, Cláudio. “As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica.” In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n.13, dezembro de 1995. p. 22

*podemos sugerir uma certa comunhão entre as representações enunciadas pelo jornal e aquelas presentes no imaginário social da época. Caso o jornal enunciasse um discurso completamente avesso ao modo de pensar e à visão de mundo global existentes na sociedade à qual se dirigia, não teria qualquer aceitação e estaria fadado ao fracasso editorial. As mensagens enunciadas por um jornal inserem-se ou lutam para se inserir no imaginário social presente em determinada época. As representações precisavam fazer sentido, criar significado para as pessoas que liam o periódico. **Embora não possamos precisar até que ponto estes veículos de comunicação obtinham sucesso nesta tarefa, é evidente não podiam fugir demais daquilo que seria a forma de pensar da época e do grupo ao qual se dirigiam.***²⁷⁹ (grifos nossos)

Através do acompanhamento das reportagens dos jornais, é possível construir o imaginário, *que constituem uma categoria das representações coletivas, englobando idéias e imagens da sociedade*²⁸⁰ principalmente das classes média e alta, que eram as que tinham o hábito da leitura de jornais.

Os periódicos analisados abrangem o período que vai de julho de 1963 a dezembro de 1964, período que engloba a formação dos Grupos de Onze, a eclosão do golpe militar de 1964 e a conseqüente perseguição aos grupos de Onze. A campanha anticomunista estava em pleno vigor, sendo que o objeto de estudo desse trabalho é os Grupos de Onze dentro dessa campanha.

Os jornais analisados são: *O Estado de São Paulo; Diário de Notícias Última Hora e Correio do Povo*, de circulação estadual e *O Nacional e A Voz da Serra*, de circulação regional, sendo este último editado em Erechim. O jornal *O Nacional*, editado em Passo Fundo, não tem circulação na região Alto Uruguai, mas configurou-se em objeto de pesquisa porque nele veicula grande quantidade de notícias relativas à região pesquisada. Ainda, como objeto de estudo, temos a revista *O Cruzeiro*, de circulação nacional. Esses periódicos possibilitam uma reconstrução da história dos Grupos na visão da imprensa local e nacional, permitindo perceber a articulação que havia entre eles.

1.0 – A RECONSTRUÇÃO DOS GRUPOS DE ONZE, ATRAVÉS DA IMPRENSA

²⁷⁹ ESPIG. op. cit. p. 276.

²⁸⁰ CAPELATO, op. cit. p. 330.

A imprensa – no caso os jornais *Diário de Notícias*, *Correio do povo*, *Última Hora*, *O Nacional* e *A Voz da Serra* e a revista *O Cruzeiro* – nos anos de 1963 e 1964, que retratou os Grupos de Onze e acompanhou os acontecimentos relativos a eles no pós-golpe militar, apresenta-se como uma das fontes escritas através da qual é possível reconstruir a história dos Grupos de Onze. Podemos dizer que a imprensa não preocupou-se apenas em noticiar os acontecimentos, mas, pelo acompanhamento e análise das notícias, verifica-se que o seu papel foi muito além disso, tendo influenciado de forma significativa a criação de um imaginário de grupos comunistas – pois assim eles foram noticiados – e também o processo que se seguiu após o golpe militar, de grande perseguição aos seus membros.

O udenista Carlos Lacerda²⁸¹, governador do Estado da Guanabara, era um adversário declarado de João Goulart, sendo o responsável por diversas notícias que acusavam o presidente de comunista, publicando artigos na *Tribuna da Imprensa*, sob o pseudônimo de Júlio Tavares.²⁸² Enquanto ocorria o episódio da Legalidade, implantou no estado uma violenta censura à imprensa, no intuito de impedir a circulação dos jornais que denunciavam o impedimento da posse de Goulart ou que veiculavam notícias sobre a resistência organizada no Rio Grande do Sul.²⁸³ Através da *Tribuna da Imprensa*, utilizando o pseudônimo citado, Lacerda desfecharia, a partir de 1962, por ocasião da apresentação das Reformas de Base, *uma violenta campanha contra o presidente e seu primeiro-ministro, procurando, através de artigos quase diários, criar um tal clima de pânico em relação aos pedidos do governo que sua concessão se tornasse inviável.*²⁸⁴

Assim como Lacerda, outros adversários de João Goulart utilizavam as páginas dos jornais para criarem um clima desfavorável à votação das Reformas de Base, alardeando a idéia que a sua aprovação representaria um avanço do comunismo.

O *Diário de Notícias* – órgão vinculado aos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand e circulação estadual, porém com veiculação das principais notícias publicadas nos diários do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília – é a principal fonte jornalística dessa pesquisa, devido ao fácil acesso. Pode-se perceber nesse jornal uma nítida postura antigovernista, posto que veicula quase que diariamente, nesse período, notícias criticando e/ou estabelecendo cobranças a João Goulart. Os Diários Associados estavam

²⁸¹ Sobre a atuação de Lacerda, ver: DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: A vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

²⁸² MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002. p.267

²⁸³ Idem, ibidem.

²⁸⁴ Idem, p. 281

plenamente engajados na intensa campanha anticomunista desfechada pelas classes dominantes, visando à tomada do terreno que as esquerdas reformistas vinham adquirindo. Um dos grupos de atuação anticomunista, antiesquerdista e antibrizolista, que era financiado pelo IPES, o GAP, contava *com ampla cobertura de O Globo e dos Diários Associados*.²⁸⁵ Esse grupo era constituído, em sua maioria, de estudantes de classe alta, que tinham como meta: (...) *auxiliar na formação de uma pregação de uma corrente de opinião pública consciente dos rumos comunizantes e anárquicos que o Governo estaria conduzindo o país*.²⁸⁶ O GAP, não só através dos jornais, mas também através da rádio Rede da Democracia, fazia uma pregação insistente contra os camponeses de Francisco Julião e contra os Grupos de Onze; de Brizola, *sugerindo inclusive uma mobilização armada*.²⁸⁷

Os *Diários Associados*, segundo Fernando Morais, foram *transformados em uma trincheira de combate ao governo João Goulart*²⁸⁸, postura facilmente identificável pelo grande destaque e pelo número de notícias contra as Ligas Camponesas, contra Leonel Brizola e contra os Grupos de Onze, contra o próprio governo João Goulart, relacionando qualquer ato com o avanço comunista, o qual afirmavam estar acontecendo no país. Fernando Morais relata que Chateaubriand recebeu, em sua residência, a visita dos generais Mourão Filho e Nelson Melo:

O objetivo dos dois militares era um só: pedir apoio dos Associados 'para combater os desatinos da turba comunista que cerca o presidente (...) para combater frontalmente o presidente e seu cunhado esquerdista, o deputado Leonel Brizola.²⁸⁹

Os *Diários Associados* foram um dos pilares da intensa campanha anticomunista desfechada pelo IPES, visando à desorientação das parcelas da sociedade que seriam simpatizantes das Reformas de Base e à organização das parcelas contrárias a essas a fim de formar uma barreira a qualquer avanço esquerdista.

Em geral, os jornais da época estavam voltados para um público mais intelectualizado, as classes médias e altas, que seriam as que leriam os jornais. Conforme Fernando Pedreira:

²⁸⁵ SILVA, Hélio. Op. cit. p.258.

²⁸⁶ Idem, ibidem.

²⁸⁷ Idem, ibidem.

²⁸⁸ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.638

²⁸⁹ Idem, ibidem.

*Ainda agora [1964] a tiragem média dos grandes jornais brasileiros, editados no Rio e em São Paulo, não vai muito além de cem mil exemplares. Um livro de êxito satisfatório vende dez mil capas; acima disso é um 'best seller'. A cultura de massas no Brasil, é ainda, na melhor das hipóteses, uma cultura 'auditiva' da qual as emissoras radiofônicas, no interior, e as estações de televisão, nos grandes centros, são os principais agentes.*²⁹⁰ (grifos nossos)

Grande parte da população brasileira compunha-se de analfabetos ou semi-alfabetizados e, mesmo entre aqueles que sabiam ler e escrever, o hábito de ler jornais era pouco difundido, sendo este o motivo da utilização, por parte de Brizola, da rádio Mayrink Veiga, que possuía grande alcance popular.

A imprensa estava engajada numa campanha anticomunista, programada pelo IPES que *aliciou jornalistas e economistas, estabeleceu sólidas ligações com empresários de comunicação, conseguindo, em editoriais e reportagens dirigidas, difundir um clima de caos e desesperança.*²⁹¹ Essa campanha revela a situação política e social conturbada que se vivia em 1964, quando os grupos conservadores usaram de todas as armas para impedir a votação das Reformas de Base e barrar o avanço esquerdista. Conforme depoimento do Jornalista Raul Ryff, citado por Dênis de Moraes: *Toda a imprensa – rádios, televisões e jornais – estava contra Jango, a não ser a Última Hora.*²⁹²

O jornal *Última Hora*, de Samuel Weiner, que havia sido fundado para dar sustentação ao governo de Getúlio Vargas – que, segundo denúncia de opositores de Vargas, teria sido favorecido pelo presidente através de um empréstimo do Banco do Brasil – *converteu-se no porta-voz oficial de Vargas*²⁹³, assumiu, posteriormente, também a defesa de João Goulart, herdeiro de Getúlio

Como já foi dito, os meios de comunicação – imprensa e rádio – serão cruciais para o desenvolvimento da campanha de formação dos Grupos de Onze e pela forma como eles foram vistos: células comunistas prontas para deflagrar uma guerra revolucionária no país. O chamamento para a formação dos Grupos de Onze foi realizado através de uma cadeia de

²⁹⁰ PEDREIRA. op. cit. p.159.

²⁹¹ MORAES. op. cit. p.130.

²⁹² Idem, ibidem.

²⁹³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *O pacto ABC: As relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 136

rádios, liderada pela Mayrink Veiga, da Guanabara, a partir do final de outubro de 1963. Lia Calabre informa que:

Como podemos verificar, no Brasil de hoje, o rádio ocupa um papel fundamental, dividindo o tempo de audiência com a televisão e, em algumas circunstâncias, ultrapassando-a. As especificidades do meio e da mensagem (o de ser portátil e audível) permitem que a escuta dos programas esteja associada a outras e diversas atividades e, logo, que ele esteja presente no cotidiano das pessoas em um número de horas bastante significativo.²⁹⁴

O rádio era o meio de comunicação mais difundido no país, na época, quando o número de analfabetos ou semi-alfabetizados era muito grande e a televisão estava restrita às áreas urbanas e às pessoas de melhores condições financeiras. Objetivando comunicar-se com as classes populares, é através desse veículo que Brizola faz as suas pregações.

Nas páginas dos jornais vão aparecer referências aos Grupos de Onze somente em dezembro de 1963, certamente pela repercussão que os pronunciamentos estavam tendo e pela mobilização popular que começaram a suscitar. O apoio dado pelo *Última Hora* se efetiva no dia 2 de dezembro de 1963, sob o título: *Brizola prega União para defender as Reformas de Base*. O *Última Hora* apresenta uma postura favorável a Leonel Brizola e às Reformas de Base, como podemos verificar:

Declarando que o povo brasileiro precisa se organizar para defender as suas liberdades democráticas, lutar pelas suas reformas de base e combater a espoliação estrangeira no país, o deputado Leonel Brizola fez sábado o seu pronunciamento (...) ‘Necessitamos de uma ação organizada, a maneira que foi iniciada durante a crise de 1961, no Rio Grande do Sul para resistirmos contra qualquer tentativa de golpe’. (...) Afirmando que atualmente no cenário político brasileiro não existe mais lugar para uma ação isolada dentro da luta pela soberania dos país e pelas reformas de base, frisou que os brasileiros devem se unir em pequenas unidades, formadas por 11 elementos: Essa composição deve ser feita a maneira de uma equipe de futebol – continuou – porque a

²⁹⁴ CALABRE, Lia. “Rádio e História – Reflexões acerca do trabalho do historiador com o rádio”. In: NEVES; MOREL. op. cit. p. 80

*nossa maior experiência de ação coordenada foi apreendida através do futebol muito difundido entre o povo.*²⁹⁵ (grifos nossos)

A reportagem reproduz trechos do discurso de Leonel Brizola e traz alguns dados sobre os Grupos dos Onze, como a forma conforme deveriam se organizar, enviar as listas para a rádio Mairynk Veiga e organizarem entre si sistemas de avisos para que, numa situação de emergência pudessem unir-se, em poucos segundos. A possibilidade de críticas e represálias já eram previstas por Brizola:

*Declarando que apesar de já estar prevendo as críticas que lhe irão ser feitas, o deputado Leonel Brizola disse que está perfeitamente tranqüilo pois acredita que a sua ação de organização popular está rigorosamente sendo feita dentro dos direitos que a Constituição permite e depois acrescentou: ‘Ninguém pode nos dizer que os nossos comandos estão constituídos para a violência, mas se os adversários desejarem a luta, responderemos com luta’.*²⁹⁶ (grifos nossos)

Pode-se notar nas falas de Brizola uma postura de enfrentamento aos grupos conservadores, ameaçando responder com luta, se os adversários assim o desejassem. Apesar de afirmar que os grupos estavam sendo organizados dentro dos direitos previstos pela Constituição, essa organização não foi bem recebida, acirrando a campanha anticomunista já em andamento.

É ainda no jornal *Última Hora* que encontra-se outra notícia favorável a Brizola, que, embora não cite os Grupos de Onze, demonstra uma atitude positiva à sua formação, sob o título: *Brizola lança “Caminho Novo” para as Esquerdas*²⁹⁷, caminho esse expresso na conscientização e organização das massas populares. Para essa conscientização, Brizola utiliza os microfones da rádio e propõe-se a percorrer o país para *a mobilização de resistência ao golpe, que ele considera capaz de suceder, vindo de condições naturais, por força do impacto da avalanche publicitária de direita*²⁹⁸. A propaganda anticomunista que atingia, quase que diariamente, o presidente Goulart precedeu a propaganda em favor das Reformas de Base e organização dos Grupos de Onze, preconizados por Leonel Brizola.

²⁹⁵ “Brizola prega união para defender as Reformas de Base”. *Última Hora* - 2 de dezembro de 1963, p. 4.

²⁹⁶ Idem, ibidem.

²⁹⁷ “Brizola lança ‘Caminho Novo’ para as Esquerdas”. *Última Hora*. 31 de janeiro de 1964 . p.5

²⁹⁸ Idem, ibidem.

Os demais periódicos analisados têm uma postura antigovernista, sendo que as reportagens que citam Leonel Brizola são de denúncia, vinculando-o com grupos comunistas, com Fidel Castro, e acusando-o, inclusive, de receber dinheiro de Cuba.

Os Grupos de Onze estão contemplados no *Diário de Notícias* a partir de dezembro de 1963. Com um título muito sugestivo, em negrito, *A REVOLUÇÃO* e assinada por *um observador militar*, a reportagem era uma transcrição, do dia anterior, da *Folha da Tarde* e publicado sob a responsabilidade do *Comando Geral Democrático*:

Sr. Diretor. – Há dúvidas quanto a marcha da Revolução comunistafidelista no Brasil? Não. Dúvidas somente para os cegos e surdos que não querem ouvir a Mayrink Veiga, no comando da ‘Rede de Salvação Nacional’. Querem mais claro do que foi o líder da Revolução dia 29 do mês pp. Na referida estação rádio? Vamos citar trechos, usando palavras textuais – «Aproxima-se rapidamente o desfecho da crise» – «Momentos decisivos de nossa história» – «O povo aguarda uma palavra de ordem. Estão prontos para agir, aguardando a determinação das tarefas» – «Estão imobilizados pela desorganização. A palavra de ordem é a desorganização a curto prazo» – «Os Comandos Nacionalistas (grupos de 11) devem estar prontos a entrarem em ação em poucos minutos» – “Não tenham dúvidas os Comandos Nacionalistas não estão sendo organizados para jogar cartas ou fazer crochet” – “Como será o desfecho?” - Manifestações do povo: greves, protestos, luta nos campos e agitação na cidade (...)²⁹⁹ (grifos nossos)

É uma reportagem extensa, que demonstra o receio que a organização dos Comandos Nacionalistas estavam causando nos militares, já em franca conspiração pela deposição de João Goulart. Os militares tomaram essa organização como um desafio, como podemos ver a seguir: *Sr. Líder, V. Excia., “atirou a luva”, nós militares aceitamos, “vamos ver quem têm garrafa vazia para vender”, experimente.*³⁰⁰

Nessa reportagem, é efetuado um chamamento aos oficiais para que acompanhem as palestras de Brizola e fiquem cientes do que está ocorrendo no país:

Atenção que tem a responsabilidade funcional do E2 e S1, aos sábados, às 0100 (HG), a M. Veiga está transmitindo instruções aos “Comandos

²⁹⁹ “ A Revolução”. *Diário de Notícias*. 04 de dezembro de 1963. p. 9. Reportagem também publicada no *Correio do Povo* em 06 de dezembro de 1963. p.7.

³⁰⁰ Idem, ibidem

Nacionalistas” revelando as cidades onde existem ditos «comandos» e dando o nome dos chefes. Sábado, dia 30, no citado horário, revelou diversos, entre os quais: “Comando Nacionalista nº1 – S. Paulo – chefe: Alfredo Sampaio Cesar” - Este comando foi batizado de: “Esquadrão Praça da Sé” (...)³⁰¹

Segue a reportagem citando mais seis Comandos Nacionalistas, bem como suas localidades, nome de seus chefes e a denominação que adotaram. Nota-se uma preocupação em passar à sociedade detalhes da organização dos Grupos de Onze, demonstrar que eles são reais e que existe uma organização popular revolucionária comandada por Leonel Brizola, que na ótica dos militares é um autêntico comunista:

Mais uma do “líder” – “Os Comandos Nacionalistas devem estarem interligados, local e regionalmente para efeito de comando e coordenação nacional”. (...)

Depois dessa revelação, ainda existem dúvidas, srs. democratas, srs. militares.

Srs., transcrevo palavras do Gen. Ex. Castelo Branco, atual chefe do Estado Maior do Exército (...) A Democracia e o Totalitarismo são incompatíveis – Estas duas ideologias estão num conflito mundial. Desconhecê-lo é viver muito longe do mundo e negligenciar o Brasil – A ideologia comunista é pregada com muita pertinácia e energia. São fanáticos. A ideologia Democrática tem, ao lado de seus adeptos devotados, elementos tímidos, vacilante e outros que se poupam nos riscos da luta. A ideologia Democrática, deve ser uma ideologia de afirmação e, necessariamente do combate.³⁰²

Toda e qualquer discussão era colocada nos termos de democracia versus comunismo . A questão da Guerra Fria estava muito presente nas afirmações feitas pelo “observador militar”, tachando a organização dos Grupos de Onze como um avanço do comunismo-fidelista no Brasil.

Novamente uma publicação a pedido, com manchete em letras maiores, de impacto: *O Líder*, também assinada por *um observador militar*, chamando a atenção dos militares e da sociedade para a questão da formação dos Grupos de Onze:

³⁰¹ Idem, ibidem.

³⁰² Idem, ibidem.

O deputado Brizola, na última palestra feita em Porto Alegre, na sede do PTB e transmitida pela Mairynk Veiga e estações locais, dia 6 do corrente – 6ª feira (palestra das sextas-feiras), 22.30, «enfiou a carapuça» e arvorou-se novamente, em “LÍDER” da Revolução comuno-fidelista no Brasil. S. Excia. “não é líder como pensa ou quer se passar, é o megafone dos comunistas”. (...)»³⁰³ (grifos nossos)

Os meses de janeiro e fevereiro de 1964, apesar de trazerem muitas manchetes alertando para o avanço do comunismo, não trarão referências aos Grupos de Onze, que aparecerão novamente nas páginas do *Diário* em março, quando a crise se torna mais aguda e ambos os lados se preparam para um enfrentamento.

Os Grupos de Onze eram alvo de sérias denúncias:

*Transpirou também que existe um movimento de oficiais que irão fazer uma advertência ao general Jair Dantas Ribeiro quanto ao Comício do dia 13. Isso porque **teriam sido interceptados informes de que a assinatura do decreto da SUPRA** [Superintendência para a Reforma Agrária] **seria a senha para o início da ação dos grupos de onze no Rio Grande do Sul inicialmente e nos outros Estados logo a seguir, começando pela invasão de terras às margens das rodovias, ferrovias e açudes.***³⁰⁴ (grifos nossos)

Guerra Revolucionária no Brasil é o título de outra publicação a pedido, do *Comando Geral Democrático*:

O sr. Leonel Brizola um dos «AGITADORES» da Guerra Revolucionária no Brasil, voltou ao microfone da Mayrink Veiga na última sexta feira, dia 6 do corrente, como faz todas as sextas-feiras. Desta vez pregou a urgência-urgentíssima na organização dos - «Comandos Nacionalistas (grupos de 11 companheiros), e pela primeira vez, fala no agrupamento de 11 “Comandos Nacionalistas”, o que dará um efetivo de 121 “companheiros” (esclareça-se que a terminologia comunista, hoje é “companheiro” em vez de “camarada”. Como organização máxima prevê a reunião de 121 “Comandos Nacionalistas” sob comando único, a qual atingirá 1.331 “companheiros”. Diz que em

³⁰³ “O Líder”. *Diário de Notícias*. 10 de dezembro de 1963. p. 7.

³⁰⁴ “Insiste-se em que Jango não assinará o Decreto da Supra”. *Diário de Notícias*. 7 de março de 1964. p.3.

*diversos pontos do Brasil já existe esta organização de 1.331.*³⁰⁵ (grifos nossos)

Para os militares, a guerra revolucionária estava alcançando sua fase final, sendo os Grupos de Onze o seu braço armado, imaginário corroborado pela agressividade das pregações de Brizola. Isso fornecia munição ideológica para os militares, para os setores conservadores e para a imprensa que os apoiava posicionarem-se cada vez mais contra as tais reformas e alarmarem a população com denúncias da “guerra revolucionária”.

Reportagem transcrita da “Rede da Democracia”, que fazia frente às pregações de Brizola pela Mayrink Veiga: *Clima atual do Brasil foi vivido por outras vítimas do comunismo* onde Plínio Salgado, do PRP enfatiza, que é preciso *juntar muito mais de onze, em alusão ao chamado “grupo dos onze” do deputado Leonel Brizola. (...) Defendeu a seguir a integridade moral do Congresso, que a seu ver não pode andar sendo denegrido pela boca dos vassalos de Moscou (...)*³⁰⁶

Nas vésperas do golpe militar, em notícia de capa no *Diário de Notícias*, ESG quer lei de segurança para Brizola, por organizar os Grupos de Onze:

*Procedente da Escola Superior de Guerra, encontra-se no Estado Maior do Exército uma representação pedindo o enquadramento do sr. Leonel Brizola na Lei de Segurança Nacional, sob o argumento que o cunhado do presidente da República, ao **organizar milícia particular – os famosos grupos de onze companheiros** – tenta subverter a ordem pública, incitando o fechamento do Congresso, procurando, através de processos ilegais, modificar a Constituição, a fim de estabelecer uma ditadura comunista no país – segundo revela a ‘Tribuna de Imprensa’. Esta é a primeira tentativa efetiva para enquadramento do sr. Leonel Brizola e esta sendo apoiada pela maioria maciça da Escola Superior de Guerra.*³⁰⁷ (grifos nossos)

A revista *O Cruzeiro*, de circulação nacional e propriedade de Assis Chateaubriand, era direcionada ao público de classe média e alta, tanto feminino quanto masculino. Tal periódico, que tratava de diversos assuntos desde política, moda, literatura, etc., estava

³⁰⁵ “ Guerra Revolucionária”. *Diário de Notícias*. 10 de março de 1964 . p.3.

³⁰⁶ “Clima atual do Brasil foi vivido por outras vítimas do comunismo”. *Diário de Notícias*. 21 de março de 1964. p.3.

³⁰⁷ ESG quer lei de segurança para Brizola”. *Diário de Notícias*. 27 de março de 1964. Capa

mais do que engajado na campanha anticomunista, porém tendo um alvo mais específico: Leonel Brizola. Segundo Fernando Moraes:

Desde o começo do ano David vinha dedicando a página dupla com que abria a revista a fustigar o ex-governador gaúcho (...) Cansado de bater no esquerdismo brizolista (o que na verdade, era o que fazia a maioria da grande imprensa), Nasser passou a atirar contra Brizola uma acusação que até então nem mesmo seus piores inimigos jamais lhe tinham feito: a de corrupção. (...) Além dos artigos semanais publicados em O Cruzeiro, David Nasser moía Brizola diariamente nos cinco minutos do programa 'Diário de um repórter' que era transmitido por doze estações de televisão e todas as emissoras de rádio Associadas.³⁰⁸ (grifos nossos)

David Nasser era um dos diretores e redator principal da revista *O Cruzeiro*³⁰⁹ e, a partir de julho de 1963, dedica, constantemente, as duas páginas de sua coluna a manchetes em letras garrafais, que impressionam pelo impacto que causam ao leitor, contra Brizola, onde o acusa de comunista:

*(...) O Brasil não é uma estância. O Brasil não é uma sesmaria. O Brasil não vai ser, na América do Sul, a segunda experiência – e a maior – para a conquista soviética do mundo, vamos lutar em cada província, em cada fazenda, em cada cidade, em cada rua, mas não vamos permitir que essas marionetes, guiadas por fios que as mãos de Pequim ou Moscou manejam – transformem isto aqui numa nova China Vermelha, uma China Vermelha nos flancos dos Estados Unidos, para a tomada do mundo sem a necessidade de guerra. 'Para que a guerra se vamos ganhar a paz e ter tudo o que desejamos' – disse Krutchev. **E o que é Brizola, senão um flato gaúcho de Krutchev?** (...) Brizola – que é ruim para o Brasil, mas é muito pior para Jango.³¹⁰ (grifos nossos)*

Se esta era a imagem que parte da imprensa tinha de Leonel Brizola, muito antes dele começar a formar os Grupos de Onze, certamente eles seriam vistos como autênticos grupos de guerrilha para a implantação do comunismo. As ações radicais de Brizola, ou

³⁰⁸ MORAES, op. cit. p. 640.

³⁰⁹ Idem, ibidem.

³¹⁰ “Os Brizolas passam, o Brasil fica”. *O Cruzeiro*. 6 de julho de 1963. p. 4 e 5

mesmo seus discursos, somente pioraram a situação delicada que se encontrava João Goulart, que era tido como tolerante ao comunismo por não tomar uma atitude de afastamento de Brizola do Congresso.

Nasser, nas suas reportagens, utiliza uma linguagem muito agressiva em relação a Brizola: pulha, cafajeste, ladrão. *Leonel Brizola, infeliz é a pátria que tem o senhor como deputado.*³¹¹ Muitas vezes, Nasser utiliza a palavra Pangaré³¹², para se referir a Leonel Brizola: *A Reforma Pangaré*³¹³, afirma ser mentira que Brizola vendeu sem juro a metade da fazenda de sua mulher aos sem terras no Rio Grande do Sul; *O coice do Pangaré*³¹⁴, após ter sido agredido por Brizola, que se sentiu ofendido por suas publicações.

Há uma referência aos Grupos de Onze nessa revista, mas não na coluna de Nasser, e apenas em 15 de fevereiro de 1964 na “Seção Política”, comentando o discurso de Bilac Pinto, presidente da UDN, na Câmara Federal, no qual denunciou que estaria em curso a “guerra revolucionária”:

*Novos passos foram dados no sentido da radicalização da luta política brasileira. AFMP, entidade esquerdista vinculada à liderança revolucionária do sr. Leonel Brizola, progrediu no esforço de atrair para suas táticas os grupos comandados pelo PC e pelo governador Miguel Arraes. E a UDN, em represália ao volume de ação esquerdista, denunciou o Presidente da República por sua suposta participação na ‘guerra revolucionária’ que estaria já na sua terceira etapa. O sr. Bilac Pinto fez um ‘apelo às armas’ enquanto outros dirigentes opositoristas agiam em consequência para organizar grupos de ação direta capazes de enfrentar os ‘grupos de onze’ do sr. Leonel Brizola (...)*³¹⁵

Esse discurso alcançou grande repercussão e foi noticiado pelos demais periódicos com grande ênfase, como se a guerra revolucionária fosse uma verdade irrefutável, sendo necessário que algo fosse feito, com urgência, para impedi-la. Após esse pronunciamento, *Bilac Pinto foi procurado em Brasília por civis do interior de Minas e Goiás, inclusive prefeitos municipais, que lhe pediram instruções sobre organização de grupos de resistência e meios de adquirir armas.*³¹⁶ O *Correio do Povo* publicou *Democratas*

³¹¹ Idem 20 de julho de 1963. p. 6 e 7.

³¹² Pangaré, no dito popular rio-grandense, significa cavalo de baixa qualidade, de péssimo andar, sem raça.

³¹³ “A Reforma Pangaré”. *O Cruzeiro*. 13 de julho de 1963.

³¹⁴ “O coice do Pangaré”. *O Cruzeiro*. 18 de janeiro de 1964

³¹⁵ Idem. 15 de fevereiro de 1964 . p . 108

³¹⁶ CASTELLO BRANCO, op. cit. p.171

*organizam-se contra o golpe que o Governo prepara onde destaca que o apelo às armas feita por Bilac Pinto, onde ... a formação de grupos de resistência, que seriam de certa forma, a resposta adequada aos “grupos de onze” que se constituem em todo o país por recomendação do sr. Leonel Brizola...*³¹⁷ Isso nos dá uma idéia da dimensão que os Grupos de Onze estavam tomando no imaginário dos políticos da UDN e das classes conservadoras.

O jornal *Correio do Povo*, de circulação estadual, também evidencia uma posição anticomunista, abrindo espaço para posturas de questionamento ao PTB gaúcho sobre as ações de Leonel Brizola em Brasília. Políticos gaúchos buscam tomar satisfações junto ao PTB sobre sua verdadeira linha política e demonstram grande preocupação com os objetivos dos Grupos dos Onze. As notícias localizadas no *Correio do Povo* são do ano de 1964, onde em 8 de janeiro, José Antônio Aranha, Secretário do Interior depõe na Assembléia:

*A organização dos ‘grupos dos 11’ é uma importante etapa [da guerra revolucionária] a que chegaram, especialmente pelo despiste que se revestem, tendo como finalidade declarada uma organização popular ante-golpe, quando na realidade é uma mobilização fácil de ser militarizada e armada para o desencadeamento do golpe final, que coroa e complementa a guerra revolucionária (...)*³¹⁸

No dia 9 de janeiro, após uma denúncia de preparação de golpe da esquerda do governador gaúcho Ildo Meneghetti³¹⁹, que era opositor de João Goulart e também de Brizola, o jornal publica na íntegra a exposição feita pelo sr. Antônio Pires, Secretário Interino da Segurança Pública, na Assembléia Legislativa:

Com fundamento sério ou sem ele, a qualquer pretexto, e até sem nenhum, em entrevistas, discursos e declarações aos quais não se pode negar, pelo menos a responsabilidade de funções exercidas por seus autores, fala-se em ‘instituições obsoletas’, estruturas arcaicas, reivindicações nacionalistas e outros muitos ‘slogans’ que implicam

³¹⁷ “Democratas organizam-se contra o golpe que o Governo prepara”. *Correio do Povo*. 23 de janeiro de 1964. p. 11.

³¹⁸ “Secretário do Interior depõe na Assembléia”. *Correio do Povo*. 8 de janeiro de 1964. p.15

³¹⁹ Em 1962, o governo do Rio Grande do Sul coube a Ildo Meneghetti, um pessedista, que derrotou o candidato do PTB, apoiado por Brizola. Meneghetti, opositor de Jango, chegou ao poder sem nada dever às “forças populares”, sendo um dos pilares de apoio para o golpe militar. Ver: SKIDMORE, op. cit. p.281

*exigência de reformas cujo advento se dará a todo custo – dizem – inclusive pela revolução. O apelo às armas nem sempre fica implícito nessas afirmações. Se alguns corifeus da ‘nova ordem’, por mais cautelosos, usam metáforas, de alusões veladas, não faltam os mais afoitos que falam às claras, como quando expedem até instruções para a organização de seus adeptos, do que são exemplo os ‘grupos de 11’, que se devem preparar para a ação oportuna. ‘Tantos são os apelos à subversão, que não se poderá negar a oportunidade à denúncia do governo gaúcho? **O que representam estes ‘grupos de 11’, senão uma organização de cunho paramilitar? São os núcleos de um exército popular revolucionário, com o qual se pretende substituir o exército de Caxias? (...)**³²⁰ (grifos nossos)*

No mesmo dia, publicado no *Correio do Povo*, a pedido, sob o título *O grande dilema* e assinado “de um observador político”, questionando a posição do PTB em relação à sua postura reformista/revolucionária e à formação dos Grupos de Onze:

*(...) Os dirigentes trabalhistas não tiveram dúvidas em adotar o caminho mais atraente e passaram à pregação revolucionária. Ocorre que esse caminho é ingrato. Quem prega a revolução, ou termina falando sozinho, ou então, deve **preparar a revolução.***

O “observador político”, embora não usasse a pecha de comunista, visivelmente relaciona o PTB com o comunismo. Continua a reportagem:

A direção trabalhista fez as duas cousas, a saber:

- 1) pregou e prega a revolta como solução para os problemas nacionais. Tal fato dispensa testemunho maior;*
- 2) passou a organização dos grupos revolucionários. Aí estão os ‘Grupos de 11 companheiros’.*

*(...)Por isso, o sr. José Antônio Aranha deixou para os dirigentes trabalhistas perguntas que todo o povo está fazendo no momento. São elas: **Se os dirigentes trabalhistas pregam a revolução, pretendem ou não realizá-la?***

Se pretendem, a entrevista de Plínio Cabral é justa e oportuna. Mas se não pretendem realizar tal revolução, surgem novas perguntas:

- 1) Então, por que fazem essa pregação revolucionária?*

³²⁰ “A exposição feita pelo sr. Antônio Pires na Assembléia Legislativa”. *Correio do Povo*. 9 de janeiro de 1964. p. 14.

2) *Por que organizam os ‘Grupos de 11 companheiros’?*

3) *Será que enganam o povo?*

4) *Será para iludir o trabalhador desesperado com a carestia? (...)*³²¹

(grifos nossos)

É possível perceber um desacordo político-ideológico entre o PTB e a pregação revolucionária de Leonel Brizola, que, aliás, não era aceita integralmente pelo partido, que politicamente agia com moderação. Os próprios Grupos de Onze não eram organizados via partido, porém, o PTB era cobrado pela postura agressiva tomada pelo líder das esquerdas. Nesse mesmo dia, na contracapa, há uma publicação do Sr. João Caruso, presidente do PTB no Rio Grande do Sul sobre a denúncia de golpe do governador, considerando a atitude leviana, pois tinha ficado provada a inexistência do movimento revolucionário, e reclamando do ‘bloqueio’ que os parlamentares do PTB tiveram no Poder Legislativo. Havia, dentro do PTB, uma ala mais moderada, que apoiava João Goulart e aceitava a conciliação com a direita, e uma ala mais radical, pragmática e imediatista do trabalhismo,³²² liderada por Brizola, que exigia a implantação imediata das reformas³²³. Essa última, pressionava fortemente o presidente a tomar atitudes firmes, como passar por cima da autoridade do Congresso e, até mesmo, dar o golpe.

No dia seguinte, publicado a pedido, na contracapa, novamente de “um observador político” e sob o título *Aviso à população*, um comentário sobre a palestra que Leonel Brizola faria nesse mesmo dia. Nele, a crença de que os Grupos de Onze faziam parte de um plano de guerra revolucionária era nítida:

O sr. Leonel Brizola passou o ano pregando a revolução. Iniciou até mesmo a organização de seus pelotões, os célebre ‘Grupos de Onze Companheiros’. (...) De repente, alguém diz que a revolução está em marcha, que é para valer, que tem até data marcada.

Para espanto daqueles que acreditam piamente no sr. Leonel Brizola, a bancada trabalhista da Assembléia Legislativa se insurge. Pede reunião extraordinária. Convoca o Secretariado de Estado. Em suma, declara

³²¹ “O grande dilema”. *Correio do povo*. contracapa

³²² BRUM. op. cit. p.268

³²³ Brizola “opta pelas reformas dentro da *lei e por via pacífica*, mas acena com a ameaça revolucionária.” As reformas deviam vir com urgência exatamente para evitar a revolução que se dizia que ele estava pregando. “Devemos ter, portanto, bem claro, o dilema que a hora nos impõe: reformas, reformas corajosas e imediatas, se quisermos evitar a revolução.” “Um ensaio sobre o brizolismo”. *Coojornal*. Outubro de 1977. p.

que a denúncia é uma farsa. Temos, portanto, duas posições bem claras e bem nítidas a saber:

1) O sr. Leonel Moura diz que o povo não agüenta mais e que só a revolução nos salvará. Coerente com sua pregação determina a organização dos ‘Grupos de 11 Companheiros’. Se alguém acredita na seriedade do sr. Brizola, tais grupos não se destinam a uma bola pelada em várzea. São para valer mesmo.

2) A bancada do PTB, porém diz que não há revolução nem coisa alguma. Que tudo não passa de uma farsa. (...)

*E o povo, especialmente os trabalhadores tem o direito de perguntar, afinal de contas, esse moço é um revolucionário ou é um farsante? (...)*³²⁴

(grifos nossos)

Parecia uma contradição difícil de entender: haveria revolução ou não? Não havia uma tentativa organizada de golpe, baseada nos Grupos de Onze e no PTB, como foi denunciada por Meneghetti. Contudo, para muitos, essa formação só poderia ter como meta a revolução comunista. Aos olhos dos políticos conservadores, deviam possuir um objetivo paramilitar, principalmente porque a pregação de Brizola era radical, pressionando e exigindo reformas.

Essa denúncia, realizada no início de janeiro de 1964 pelo governador Ildo Meneghetti, de um movimento subversivo e de um esquema de golpe militar organizado pelo governo, sob a liderança de Leonel Brizola, será alvo de ampla cobertura na imprensa, colocando novamente os Grupos de Onze em xeque. O *Estado de São Paulo*, que era um dos principais veículos da campanha antigovernista, dedica o editorial à denúncia de subversão no Sul: *Deputado vai examinar a denúncia de conspiração*, onde publica que:

O deputado Flores Soares, vice presidente da UDN, tão logo a Câmara retome atividades normais pronunciará discurso sobre as denúncias feitas recentemente pelo governador do Rio Grande do Sul. (...) No seu discurso, o senhor Flores Soares pretende apresentar também alguns fatos que considera demonstrativos da existência de preparativos de subversão levados a efeito no Rio Grande do Sul. Cita como principal, o fato público e notório de que o Sr. Brizola está lançando uma campanha de arregimentação de ‘grupos de onze’, numa tentativa de

³²⁴ “Aviso à população”. *Correio do Povo*. 10 de janeiro de 1964. (contracapa)

*formar uma estrutura paramilitar cujos objetivos são evidentes...*³²⁵
(grifos nossos)

O Estado de São Paulo publica, em 10 de janeiro de 1964, na contracapa: *Instituto Brasil-Rússia e a esquerda tramam golpe no sul* onde aponta o Instituto Cultural como responsável pelo treinamento do pessoal – aludindo aos Grupos de Onze, mas sem citá-los – em táticas de guerrilha e afirma que *o cunhado do presidente Goulart é o principal fomentador da revolução, como afirmou o Secretário da Segurança do Rio Grande do Sul*.³²⁶ Sobre o suposto golpe, publica em 11 de janeiro de 1964 a notícia *Denúncia Oficial*, que foi transcrita do jornal *O Estado do Rio de Janeiro*, e circulou também no *Diário de Notícias*:

*A denúncia de um movimento subversivo apresentado com roupagem de esquerda, mas no fundo de conteúdo nazifascista, reveste-se de especial gravidade, pelo fato de ter sido feita e reiteradamente confirmada pelo governador do Rio Grande do Sul, em caráter oficial. (...) O cunhado Leonel, revidou à denúncia chamando-a de ‘palhaçada’. Mas a simbiose confessadamente preconizada por esse líder dos ‘negativos’, entre a organização das células comunistas e a dos quadros de futebol – os grupos de onze elementos, ligados entre si num encadeamento sob o comando geral não identificado – já é um indício veemente(...)*³²⁷ (grifos nossos)

Leonel Brizola era casado com Neuza Marques Goulart, irmã do presidente Jango. O fato de ser cunhado de Goulart impedia-o de candidatar-se à presidência, uma de suas aspirações e, sua atuação reformista radical, deixava o presidente em uma situação delicada, pois setores conservadores o acusavam de tolerar o comunismo. A preocupação com as pregações de Brizola transparece nessa mesma notícia, verificando-se como a sua atuação era incômoda aos grupos conservadores:

Em suas palestras, que aspiram à veemência incendiária, faltam apenas os pormenores relativos ao plano de ação propriamente dito. Não faltam porém, as indicações de propósito, nem os incitamentos, nem as

³²⁵ “Deputado vai examinar denúncia de conspiração”. *O Estado de São Paulo*. 8 de janeiro de 1964. p.3

³²⁶ “Instituto Brasil-Rússia e a esquerda tramam golpe no sul”. *O Estado de São Paulo*. 10 de janeiro de 1964 (contracapa)

³²⁷ “Denúncia Oficial”. *O Estado de São Paulo*. 11 de janeiro de 1964. p. 3

*agressões verbais à ordem constituída, à qual se mostram infensos cada qual a seu modo, os dois cunhados.*³²⁸

A mesma acusação ocupa uma página inteira do *O Estado de São Paulo* no dia 12 de janeiro de 1964, onde, sob o título *Denúncia de secretário gaúcho sobre revolução no Sul*, faz-se um amplo estudo sobre a “revolução socialista” que estaria sendo desencadeada, utilizando subtítulos como: *Minoria treinada; Brizola, o anticlerical; Moscou e o Brasil; Conquista do Brasil; Guerra em que se encontra o país; Quadro tétrico: Estudo da situação; Provas da Subversão e Grupos de 11*” onde relata sobre os grupos: “*O que representam estes “grupos de 11” senão uma organização de cunho paramilitar? São os núcleos do exército popular revolucionário, com o qual se pretende substituir o exército de Caxias (...)*”³²⁹ Declarar que constituíam núcleos do exército popular e que se pretendia com eles substituir a instituição oficial do exército era voz uníssona. Esse mesmo alerta já havia sido publicado em outro órgão, o *Correio do Povo*, citado na página 106.

Os Grupos de Onze tomavam uma repercussão assustadora para as classes conservadoras. Páginas e páginas dos principais jornais do país eram ocupadas visando à conscientização de seus leitores a respeito do perigo iminente de comunização que os grupos representavam.

Nos jornais de circulação mais local como *O Nacional*, de Passo Fundo e *A Voz da Serra*, de Erechim, também há um engajamento na campanha anticomunista, entretanto, com menor intensidade. A abordagem realizada pela imprensa local mostra-se consoante com a imprensa nacional. Reproduz-se em nível local as mesmas acusações de comunismo, ao presidente Goulart, à Brizola e a seus Grupos de Onze, feitas pela grande imprensa em nível nacional. A história regional mostra-se como comprovadora, nesse caso, das teses nacionais.

Há uma preocupação dos “democratas” em manifestarem-se através da imprensa local, como *Pela Democracia, contra os extremos*, em que representantes das classes agredidas pelas palestras de Brizola vêm a público para se defender e, em contrapartida, acusá-lo – e também ao PTB – de comunista:

...Os adeptos da ideologia comunista, que acobertados dentro do Partido Trabalhista, procuram implantar o terror, a opressão... (...) Com Brizola

³²⁸ Idem, ibidem.

³²⁹ “Denúncia de secretário gaúcho sobre revolução no Sul”. *O Estado de São Paulo*. 12 de janeiro de 1964. p. 5

*pretendem implantar um regime similar ao cubano! Gritam nacionalismo e mostram o comunismo! Afirmam brasilidade e demonstram traição. Declaram a libertação econômica da pátria e pretendem ligá-la à União Soviética ou à China Comunista. Estes são os nacionalistas – verdes e amarelos por fora e vermelhos por dentro!...*³³⁰
(grifos nossos)

Em 15 de fevereiro de 1964, *O Nacional*, publica, em notícia de capa, manchete em letras ampliadas: *Fazendeiros ameaçam com sangue para evitar a reforma agrária e*, logo em seguida, a reposta de Brizola *Devemos nos preparar para responder à violência*. Isso fornece-nos uma idéia do clima político e social dominante no país, em que as classes conservadoras se mobilizam de todas as formas – inclusive através de grupos armados – para evitar a aprovação das Reformas de Base, principalmente a agrária e, a esquerda respondendo no mesmo tom. O radicalismo é de ambos os lados.

A Igreja também se faz presente na imprensa local/regional. Em 6 de março, *O Nacional* publica: *Pároco de Sertão lançou a proibição* e, em 10 de março, a notícia é transcrita na íntegra pelo *A Voz da Serra*, alertando os cristãos sobre os perigos que rondavam os bons católicos, contra os quais deveriam se precaver:

O padre Máximo Coghetto, pároco da nova cidade de Sertão, vem de firmar edital proibindo aos católicos serem nacionalistas ou integrem os chamados «grupos de 11» (ou comandos nacionalistas) sob pena de não poderem ser padrinhos de crisma na sua paróquia. (...)

Conforme as leis eclesiásticas podem ser padrinhos de Crisma somente os católicos em comunhão com a Santa Igreja.

Portanto não podem ser padrinhos: (...)

*- Comunistas, nacionalistas. Especialmente o grupo dos onze.*³³¹ (grifos nossos)

³³⁰ “Pela Democracia, contra os extremos”. *O Nacional*. 4 de outubro de 1963. p.2.

³³¹ Edital: Conforme as leis eclesiásticas, podem ser padrinhos de Crisma somente os católicos em comunhão com a Santa Igreja. Portanto, não podem ser padrinhos:

1º - Os casados só pelo civil

2º - Os ajuntados

3º - Todos os que pertencerem a seitas cristãs

4º - Espíritas, batuqueiros, etc.

5º - Comunistas, nacionalistas: especialmente o grupo dos onze.

Por isso cuidem os pais, na escolha dos padrinhos de seus filhos, para que sejam católicos, de virtudes comprovadas que sirvam para os afilhados.

(a) Máximo Coghetto – Pároco. *A VOZ DA SERRA*. 10 de março de 1964. capa.

Os bons cristãos deveriam seguir as determinações da Igreja e manter-se longe dos Grupos de Onze, pois representavam “um sério perigo comunista”

Em 19 de março, praticamente às vésperas do golpe militar, *A Voz da Serra* publicou: *401 Grupos dos 11*:

*Extra oficialmente colheu nossa reportagem, que em nossa comuna já existem 401 Grupos dos Onze, agrupamentos estes determinados pelo deputado federal Leonel Brizola. O chamado Grupo dos 11 vem encontrando repercussão em todo o país.*³³² (grifos nossos)

Notícia bastante alarmista, pois, se numa região como a Alto Uruguai havia um número tão elevado de grupos como 401, que quantidade haveria no restante do estado e do país? Isso realmente era algo preocupante. Essa notícia revelou-se, posteriormente, totalmente infundada. O número de grupos era muito menor, pelos IPMs foram apurados a existência de, aproximadamente, 30 a 40 grupos.³³³

Logo após o golpe militar de 1964, os Grupos de Onze voltaram a ocupar as páginas dos jornais. Aliás, é justamente no período de abril a dezembro de 1964 que se encontram a maior quantidade de notícias fazendo referência aos citados Grupos. Isso demonstra uma preocupação com um possível levante popular que poderia ser liderado por eles.

Os membros dos Grupos de Onze foram perseguidos devido ao “expurgo dos comunistas” feito pela revolução. Expurgo este, apoiado pela igreja: *D. Jaime prega punição com justiça para a preservação da coletividade*:

O cardeal dom Jaime de Barros Câmara comentando ontem em seu programa “A Voz do Pastor”, os fatos decorrentes da recente revolução democrática, exortou os católicos a não se deixarem influenciar por denúncias infundadas com relação a perseguições e atrocidades cometidas contra os vencidos afirmando que é necessário que se punam os «vendilhões da Pátria». (...) Quando os criminosos permanecem impunes, não há paz nem ordem, desaparecem as garantias de vida e de bens de honra e dignidade. A tolerância que acoberta os facínoras,

³³² “401 Grupos dos 11”. *A Voz da Serra*. 19 de março de 1964 . contracapa.

³³³ Os documentos não são esclarecedores quanto ao número exato e nem conclusivos sobre a apuração do que ocorreu com os indiciados. Pela quantia de pessoas indiciadas e pelas recomendações especiais de cuidados e de prisão aos “cabeças” das listas, é possível aproximar o número de 30 a 40 grupos. Algumas vezes são citadas duas ou três pessoas como cabeças do mesmo grupo ou uma pessoa liderando mais de um grupo. No ofício nº 230/64, enviado pelo Delegado Regional à Secretaria da Segurança Pública, relata a prisão de 40 indiciados, que seriam cabeças de grupos, mas nos depoimentos percebe-se que alguns faziam

*favorece a ousadia para o mal, incentiva outros a seguirem os mesmos descaminhos e gera a insegurança pública.*³³⁴

Imediatamente após o golpe militar se iniciam as perseguições aos Grupos de Onze, referendadas e até cobradas pela grande imprensa, que buscava as provas de que a guerra revolucionária era real e que todos estavam certos em denunciá-la. São encontradas várias referências aos grupos nos editoriais, que, como refere Maria Rosa Duarte Oliveira: *Dizer que o editorial é a voz opinativa do jornal não é novidade alguma. É ele o espaço para a exposição dos princípios configuradores da imagem do jornal, sua identidade ideológica.*³³⁵

O papel da forças armadas foi exortado pelo *Diário de Notícias*:

(...) A Nação foi logo acordada pela palavra de advertência do deputado João Calmon contra a aberta pregação revolucionária do ex-governador do Rio Grande do Sul (...) O sr. Leonel Brizola, desmascarado no negócio agrário de Pangaré, perdeu os cadernos e desafiou a máscara: passou a organizar ostensivamente a revolução cubano-nacionalista, iniciando a formação dos famigerados times mazorqueiros dos «Grupos dos 11». (...) A revolução incruenta de 31 de março - 2 de abril é uma epopéia cívica, escrita pelos generais do Brasil.(...)
A vigilância das Forças Armadas é a garantia do clima de ordem social e a segurança da ordem jurídica.³³⁶ (grifos nossos)

Em 8 de abril, há outra referência aos Grupos de Onze: (...) *horrorizem-nos diante do “Bogotaço”*³³⁷ *que o líder dos “Grupos dos Onze” queria a viva força desencadear em Porto Alegre...*³³⁸, sobre a resistência ao golpe que Brizola tentou montar em Porto Alegre, mas que não foi aceita pelo presidente deposto João Goulart. Exortando a perseguição aos contra-revolucionários, a imprensa apoia o papel das Forças Armadas, que, afinal, atendeu aos tantos apelos publicados e desfechou o golpe contra o governo instituído:

parte do mesmo grupo, não sendo o número citado correspondente ao número de grupos. Documentos do SOPS/E, aos cuidados do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

³³⁴ “D. Jaime prega punição com justiça para a preservação da comunidade”. *Diário de Notícias*. 19 de abril de 1964, p.13. Transcrita do jornal do Rio de Janeiro.

³³⁵ OLIVEIRA. op. cit. p. 55

³³⁶ “O papel das Forças Armadas”. *Diário de Notícias*. 3 de abril de 1964. Editorial.

³³⁷ Outra notícia referindo-se ao ‘Bogotaço’ encontra-se no *A Voz da Serra*, do dia 2 de setembro, capa e página 3, onde indica que houve uma chacina em Bogotá, atribuída a grupos comunistas, relacionando que os Grupos de Onze repetiriam essa chacina.

³³⁸ “Sonho e Traição”. *Diário de Notícias*. 8 de abril de 1964. Editorial.

Ninguém se iluda. A luta contra a cubanização do Brasil não cessou com o exílio do Sr. João Goulart, nem com a fuga do Sr. Leonel Brizola.(...)

É preciso desenganar em termos definitivos, os baderneiros e falsos messias da justiça social. Sobretudo, como acentuamos ontem, impõe-se reduzir à impotência os comunistas antipátria, que vinham manipulando escandalosamente o Sr. João Goulart. (...)

No auge a insânia comuno-sindicalista, a tal “rede da legalidade” espalhava pelos ares do Brasil frases assim: «Nós, ao lado do presidente João Goulart, não vamos enforcar os generais Castello Branco, Mourão e Krueel. Vamos é cortar o pescoço deles. E eles, sem pescoço, não poderão ser enforcados!» pergunta-se: é lícito que co-autores de crime comum desse tipo conservem uma parcela que for de poder político? (...) A «operação limpeza» recém começou. Precisa ser concluída, rápida e inflexivelmente, como aconselha a experiência do general Amaury Krueel. (...)³³⁹

Verifica-se na grande imprensa uma preocupação em demonstrar ao público as provas de que havia um processo de comunização do Brasil, ao mesmo tempo em que apoiava a nova ordem política instaurada. Em 10 de abril de 1964, na capa do *Diário de Notícias*, uma foto de grandes proporções demonstrando a apreensão do *Panfleto*, jornal da FMP, que publicava as pregações de Brizola, sob a manchete: *Subversão vinha em carro oficial*.³⁴⁰ No dia 16 de abril, novamente em reportagem de capa do *Diário*, aparece uma foto de quase meia página de material subversivo apreendido e, ao lado, uma reportagem de prisão: *Pelo menos cem presos em Porto Alegre*.³⁴¹

Como já foi referido, os ataques a Brizola e aos Grupos de Onze não cessaram com o golpe militar de 1964, continuaram sendo manchete nas páginas dos jornais. Na reportagem *Brizola tinha lista de nomes para o “paredon”* há uma denúncia de que os Grupos de Onze tinham por objetivo assassinar oficiais das Forças Armadas e altas personalidades políticas. No entanto, não trazia maiores detalhes, sequer apresentava provas quanto à mesma:

Rio 17 (Meridional) – Entre os materiais de propaganda encontrados no escritório do Sr. Leonel Brizola, na Rua Carlos Góis, figura um

³³⁹ “Operação-Limpeza”. *Diário de Notícias*. 4 de abril de 1964. Editorial

³⁴⁰ “Subversão vinha em carro oficial”. *Diário de Notícias*. 10 de abril de 1964. Capa.

³⁴¹ “Pelo menos cem presos em Porto Alegre”. *Diário de Notícias*. 16 de abril de 1964. Capa.

*organograma indicando as posições de ataque dos chamados Grupos de 11, formados por homens treinados em guerrilhas, dos quais cerca de dois mil haviam sido considerados aptos a participar na revolução comunista programada para dia 1º de maio. Foram descobertas também no escritório do Sr. Leonel Brizola listas contendo nomes de oficiais das Forças Armadas e de altas personalidades políticas que deveriam ser assassinadas, além de outras relações de pessoas que deveriam ser expulsas do País ou neutralizadas. Outros documentos indicavam as áreas de ataque no momento exato da eclosão do movimento. (...)*³⁴²

Essa notícia vai causar reações, como a publicação de Theóphilo de Andrade, na página do editorial do *Diário de Notícias*:

*(...) Nas listas de fuzilamento encontradas nas células comunistas ou nas células dos onze, do sr. Leonel Brizola, encontravam-se nomes de homens de idade avançada e suas mulheres, cujo único crime era o de haverem trabalhado uma vida inteira para realizar qualquer coisa, e construir uma fortuna. Eram expoentes da livre empresa e por isso deveriam ser assassinados.(...)*³⁴³

Esse mesmo jornalista ressalta que é preciso *desfazer essa obra diabólica de envenenamento das massas* e cobra maior rapidez de ação contra os que queriam modificar a sociedade: *(...) A limpeza, aliás, está indo de maneira muito lenta e muito lenitente, o que está a decepcionar o povo que gosta de ver justiça(...)*³⁴⁴

Os Grupos de Onze não tiveram reação armada - ou qualquer reação - de resistência ao golpe militar, mas alguns grupos mais organizados, como é o caso de São Paulo, logo no mês seguinte tentaram lutar contra a ordem política instituída, como é possível supor pela notícia publicada, com grande destaque, no *Diário de Notícias: Grupo dos 11 prega a contra revolução*:

Os chamados Grupo de Onze, formados sob a inspiração de Leonel Brizola estão distribuindo em São Paulo, um volante clandestino mimeografado em sete laudas, recomendando aos seus adeptos que formem grupos semelhantes para a contra revolução. O documento, após uma breve análise da situação política, lança a palavra de ordem de

³⁴² “Bizola tinha nomes para o «paredón»” *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*. 18 de abril de 1964. p.9.

³⁴³ “A Revolução e a Luta de Classes”. *Diário de Notícias*. 21 de abril de 1964. Editorial

³⁴⁴ Idem, *ibidem*.

«salvar as organizações de massas existentes e começa as outras, nas ilegalidade».³⁴⁵

A reportagem prossegue narrando detalhes do volante clandestino encontrado, no qual os grupos recomendam uma série de medidas de segurança para a formação de novos grupos e da resistência. Como não foram localizadas notícias posteriores de ação ou de tentativa de ação por parte dos Grupos de Onze de São Paulo, entende-se que a “contra-revolução” não aconteceu, e que essa talvez tenha sido uma iniciativa isolada, sem grandes, ou nenhum, efeito. Muitos dos que pregavam essa ação podem ter sido interceptados, pois as perseguições e prisões continuavam, sempre referendadas pela imprensa, que se utilizava também de pronunciamentos religiosos: *Mas como disse o Cardeal D. Jaime Câmara “castigar os que erram é obra de caridade”. É mister pois, impedir pelo menos que os traidores continuem em sua obra de desagregação e de pregação da luta de classes.*³⁴⁶

Somente na região de Erechim, foram efetuadas duzentas detenções para averiguações, sendo que a maioria das pessoas foram liberadas após depoimento³⁴⁷, ficando detidos somente um número aproximado de dez pessoas, incursas na *Lei de Segurança Nacional*³⁴⁸, entre eles, os que encabeçavam as listas dos Grupos dos Onze. As prisões efetuadas em Erechim e região causaram impacto na população. No *Correio do Povo* circula uma notícia na qual o deputado erechinense José Mandeli faz um relato de sua prisão. O deputado assinalou que, em Erechim, como em outros municípios do norte do Rio Grande do Sul, *o comércio paralisou e os pacatos colonos não mais se dirigem às sedes de seus municípios pelo temor de serem detidos.*³⁴⁹ No mesmo dia, 19 de maio, a edição do jornal *A Voz da Serra* estava recheada de notícias que envolviam os Grupos de Onze, constando, inclusive, um ofício do delegado de polícia enviado ao Monsenhor Paulo

³⁴⁵ “Grupo dos 11 prega a contra revolução”. *Diário de Notícias*. 28 de abril de 1964. p.3.

³⁴⁶ “A Revolução e a Luta de Classes”. *Diário de Notícias*. 21 de abril de 1964. Editorial

³⁴⁷ Destaca-se que as pessoas que eram chamadas para prestar depoimento permaneciam na prisão períodos diferenciados, dependendo da “gravidade” do envolvimento com os Grupos de Onze. Em alguns casos, entraram num dia e foram soltos no outro, em outros, permaneceram até 18 dias. A maioria permaneceu entre três e cinco dias. Comissão Especial de Indenização a Ex-Prisos Políticos. Porto Alegre.

³⁴⁸ “Polícia Volante vasculha região e apreende armas: duzentas detenções”. *A Voz da Serra*. 30 de abril de 1964. p.8. A Lei de Segurança Nacional, 1802 de 5 de janeiro de 1953, diz em seu artigo 24: “Constitui crime: constituírem ou manterem os partidos, associações em geral ou mesmo particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma, armados ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica” *Código Penal Militar – Lei de Segurança Nacional – Forense* – p.516. Baseados nessa lei e nesse artigo, afirmava-se que a constituição dos Grupos de Onze constituíam crime e que as pregações de Leonel Brizola eram subversivas.

³⁴⁹ “Prisão de deputado em Erechim”. *Correio do Povo*. 19 de maio de 1964. p.18.

Chiaromonte – do município de Severiano de Almeida –, no qual, atendendo a uma solicitação anterior, prestava esclarecimento à população de que o mencionado representante da Igreja não era denunciante dos Grupos de Onze. Esse esclarecimento, permite supor que existia na localidade uma desconfiança de que o grupo ali formado tinha sido denunciado pelo padre. Consta, ainda, nessa edição, uma longa entrevista com o Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, então comandante do Destacamento Volante da Brigada Militar, especialmente destacado para atuar em Erechim nos casos de Grupos de Onze, sob o título: *A Revolução de Brizola era a Revolução Comunista*.

(...)A Voz da Serra – A respeito do «grupo dos Onze» há em Erechim material subversivo a este respeito?

Cel. Gonçalino – (...) ..posso afirmar que há, e meu interesse em me aprofundar mais nestas investigações é colher na malha de nossa rede os responsáveis, os dirigentes intelectuais, aqueles que procuram por intermédio de sua influência organizar e não responsabilizar, porque muitos dos que se alistaram nos grupos de Onze e que aqui confessaram que se alistaram o fizeram por, como já me referi, por entusiasmo partidário, por submissão partidária, ou porque iam pedir um emprego(...) ou porque precisavam de uma recomendação em Brasília, ou no Rio e eles diziam que só dariam para aqueles que se inscrevessem nestes grupos. Outros vinham pedir terras, colonos sem terras e eles exigiam que para se inscrever, para pedir terras, tinha que primeiro se inscrever no Grupo dos Onze. Não quero estes que se inscreveram. Quero estes que coagiam o povo, valendo-se do prestígio que gozavam junto ao governo subversivo que derrubamos a 1º de abril. Nesta região foram encontradas várias listas dos Grupos dos Onze.(...) Os cidadãos detidos a mais tempo é porque estão comprometidos e incursos na Lei de Segurança Nacional.(...)³⁵⁰ (grifos nossos)

O entusiasmo partidário, a admiração ao ex-governador, a necessidade de terras ou de emprego, eram os motivos para que as pessoas se alistassem nos Grupos de Onze. Pelo depoimento na entrevista, percebe-se que o Cel Gonçalino – lembrado como “o terrível Cel. Gonçalino” – entendia que muitos dos que assinaram as listas não planejavam nenhuma guerra revolucionária, sendo apenas partidários de Leonel Brizola. No dia 24 de

³⁵⁰ “A Revolução de Brizola era a Revolução Comunista”. *A Voz da Serra*. 19 de maio de 1964. capa e contracapa.

maio, segundo nota da imprensa, foram colocados em liberdade todos os presos políticos que se encontravam detidos no presídio de Erechim, por ordem de determinações superiores. Entretanto, em uma lista que contém os nomes dos presos políticos da região Alto Uruguai consta o registro prisões até dia 31 de maio de 1964.³⁵¹

Algumas das pessoas cujos nomes constavam como líderes de Grupos de Onze, além de serem punidos com a prisão, perderam os seus mandatos políticos, como é o caso de Danilo Oltramari e Claudino Bernardi – que eram vereadores em São Valentim e estavam organizando as listas para a formação dos grupos – e também dos suplentes, Gentil Fernandes Folador e Zelindo Olivo Remonato, *como participantes de atividades atentatórias contra a ordem institucional*³⁵², todos constantes nas listas dos Grupos de Onze. Também o deputado Antônio Bresolin será processado por ser *um dos instrutores de listas para a formação de “grupo de onze”*.³⁵³ Várias dessas reportagens são de capa do periódico *A Voz da Serra*, demonstrando que o assunto era de interesse público e também que o jornal estava interessado em chamar a atenção sobre os acontecimentos relativos aos Grupos. A partir de outubro de 1964, não aparecem mais notícias sobre os Grupos de Onze no jornal local *A Voz da Serra*, o que continua ocorrendo nos jornais de circulação estadual e nacional. Notícia relativa à região Alto Uruguai foi publicada no jornal *Zero Hora*, com título em letras garrafais, que causam um impacto ao leitor só na primeira visualização: *Machadinho: Presidente da Câmara morto por líder de Grupo dos 11*. Trata-se de uma ampla reportagem sobre um crime ocorrido no município de Machadinho, que teria sido motivado por vingança de denúncia de que os autores estariam vinculados aos Grupos de Onze e que teriam sido presos por este motivo.³⁵⁴

A polícia estava empenhada em “desbaratar as células comunistas” e os Grupos de Onze, onde quer que estivessem:

A polícia já está de posse do fichário com o nome dos comunistas que atuavam no IAPB (...) Diligências estão sendo realizadas para a prisão dos comunistas, que, de acordo com os fichários, são mais de duzentos.(...)

A imprensa conseguiu parte do Código idealizado pelos comunistas para as decisões que precederiam imediatamente à revolução. Desse código

³⁵¹ Comissão de Indenização a Ex-Presos Políticos – Porto Alegre

³⁵² “Perda de Mandato em São Valentim”. *A Voz da Serra*. 04 de junho de 1964. capa

³⁵³ “Bresolin será processado”. *A Voz da Serra*. 04 outubro de 1964. capa.

³⁵⁴ “Machadinho: Presidente da Câmara morto por líder de Grupo dos 11” *Zero Hora*. 3 de maio de 1964. p.9

*foram retiradas centenas de cópias para serem distribuídas aos “grupos de 11”, no país, e outras células atuantes e enquadradas no esquema da revolução bolchevista.*³⁵⁵

Com a manchete *Brizola controlava toda a rede para comunizar o país*, circula no *Diário de Notícias* do dia 13 de maio de 1964 outra reportagem vinculando os Grupos de Onze ao comunismo:

*Libertação Nacional e Reformas Imediatas’ – isto é, os mesmos chavões usados pelo antigo governo e seus porta vozes – figuram com destaque nos Estatutos da “Organização dos Grupos de Onze Companheiros”, organização ilegal fundada pelo ex-deputado Leonel Brizola para agir, unificada com a FMP, CGT, UNE, Frente Parlamentar Nacionalista, Ligas Camponesas e Organização dos “Sem Terra” para apressar a comunização do país.*³⁵⁶

A reportagem referia-se à Cartilha³⁵⁷ para a Organização dos Comandos Nacionalistas – Grupos de Onze – que Brizola havia distribuído visando orientar esses grupos na sua organização. Continua a notícia:

*Tão certos estavam da vitória que nos Estatutos do ‘Grupo dos Onze, apreendidos há dias na Rádio Mayrink Veiga e ontem exibidos à imprensa, estavam assinaladas algumas frases, destacando-se: “Aproximamo-nos rapidamente de um desfecho” e “o antipovo” (referindo-se ao Governador Carlos Lacerda) e a minoria privilegiada e dominante, em constante reação.*³⁵⁸

Leonel Brizola, após uma frustrada tentativa de resistência em Porto Alegre, exilou-se no Uruguai, onde tenta organizar resistência ao regime militar e continua provocando insegurança na sociedade brasileira, visto que a imprensa continua a se preocupar com o que ele poderia estar articulando. Segundo o *Correio do Povo*, que transcreve entrevista coletiva do ex-deputado: *Brizola disse que o povo brasileiro “continuará lutando para sua libertação da exploração internacional”. Expressou que para isso existe o embrião de uma organização de grupos denominados “Os Onze”.*³⁵⁹

³⁵⁵ “Duzentos funcionários do IAPB eram comunistas atuantes”. *Correio do Povo*. 3 de maio de 1964. p.25.

³⁵⁶ “Brizola controlava toda a rede para comunizar o país”. *Diário de Notícias*. 13 de maio de 1964. p. 3

³⁵⁷ Ver Anexo II

³⁵⁸ Brizola controlava toda rede para comunizar o país”. *Diário de Notícias*. 13 de maio de 1964. p.3

³⁵⁹ “Leonel Brizola não vai permanecer no Uruguai”. *Correio do Povo*. 7 de maio de 1964. capa.

Explica-se, assim, a ênfase que a nova ordem instituída dedicava à perseguição das pessoas cujos nomes constavam nas listas dos Grupos de Onze. Tinham medo que pudessem organizar focos de resistência ao governo militar, colocar em perigo a ordem vigente, abalada pelo avanço que as esquerdas tiveram durante o governo Goulart.

No imaginário militar e das classes conservadoras, esses grupos eram autênticos grupos de guerrilha para instaurar o comunismo no país, identificados com a Revolução Cubana, que, por ser tão próxima e tão real, era tão temida. Esse imaginário está presente em diversas veiculações da imprensa, como é possível verificar nesse depoimento do General Poppe de Figueiredo ao *Correio do Povo*:

(...) Já nos últimos meses os agitadores passaram a se organizar ostensivamente, formando os “Grupos dos 11” ou “Comandos Nacionalistas” (embora fossem de um falso nacionalismo), que seriam uma verdadeira força paramilitar e que iriam preceder a organização de milícias populares.”³⁶⁰

Também no *Correio do Povo*, numa reportagem transcrita do Rio de Janeiro com o título *Os “Onze” eram de Brizola, mas obedeciam a Pequim* se faz uma série de acusações aos referidos grupos:

A Superintendência da Polícia Executiva onde está toda a documentação apreendida nos sindicatos, escritórios de políticos e numerosas sedes de entidades subversivas, já não tem mais dúvidas de que os chamados Grupos de 11, comandados pelo ex-deputado Leonel Brizola, nada mais eram do que escolinhas de guerrilhas, sob a orientação do Governo de Pequim. Uma ata de reunião da célula comunista que funcionava na R. Dr. Porciúncula, 68, em Petrópolis, registra o debate sobre os G.11, que foram caracterizados como instrumentos do PC chinês, já que combatiam a passividade do PC da linha russa e propunham a tomada do poder pela força. (...) Sobre os G.11 diz ainda a ata: “São grupos completamente extremados, favoráveis às guerrilhas, e que atribuem a sua influência à falta de combatividade por parte do comitê estadual do PC da Guanabara. (...)”³⁶¹ (grifos nossos)

Vistos como autênticas células comunistas, prontos a derrubar a democracia e a instituir uma ditadura comunista, era mister que fossem combatidos, bem como com toda e

³⁶⁰ “General Poppe e a Revolução”. *Correio do Povo*. 16 de maio de 1964. p.14

³⁶¹ “Os ‘Onze’ eram de Brizola, mas obedeciam a Pequim”. *Correio do Povo*. 12 de junho de 1964. capa.

qualquer forma de luta pelas Reformas de Base ou qualquer outra coisa que pusesse em risco a ordem construída pelos detentores do poder. Em julho de 1964, publicado no jornal *Zero Hora*, no *Diário de Notícias* e no *Correio do Povo*, sob grande manchete *Exército revela planos dos “Grupos dos Onze”*. Relata a apreensão do suposto documento³⁶², que continha as instruções guerrilheiras aos membros dos grupos e ordens expressas de assassinato aos prisioneiros feitos por ocasião da deflagração do golpe – que estaria sendo preparado com o conhecimento do presidente Goulart – caso o movimento fracassasse.³⁶³ Esse documento foi amplamente noticiado através da imprensa, “para que todos tomassem conhecimento de quais eram as verdadeiras intenções dos Comandos Nacionalistas.”

A revista *O Cruzeiro* foi, no período pós-golpe, quem realizou as maiores reportagens sobre os Grupos de Onze, publicando, curiosamente, uma entrevista de Brizola ao jornalista Cabaleros, no Uruguai. Em tal entrevista, ele defende os Grupos por ele idealizados, declarando que eram abertos, públicos e democráticos, de conteúdo nacionalista, com a finalidade de pressionar para a efetivação das Reformas de Base e deter o golpe militar.³⁶⁴

Dólares de Fidel para Brizola, reportagem de 8 de agosto de 1964, que ocupa nada menos que oito páginas da revista *O Cruzeiro*, demonstrando quanto a figura do líder da ala mais radical do PTB, mesmo exilado no Uruguai, era assunto de interesse público – pelo menos das classes dominantes. Havia, certamente, uma grande preocupação de que, mesmo fora do país, Brizola conseguisse através de seu imenso carisma, organizar um levante popular. Nessa reportagem os Grupos de Onze são analisados detalhadamente, sempre dentro de uma ótica de grupos comunistas, revolucionários, prontos para uma revolução armada

Nos meses finais do ano de 1964, as notícias sobre os Grupos de Onze começam a desaparecer das páginas dos jornais. Quase a totalidade dos membros já tinham sido presos, estavam sob vigilância e já era possível sentir algumas mudanças de opinião. As investigações militares começam a mostrar que os integrantes dos grupos não eram os revolucionários comunistas que se pensava que fossem. Em 21 de outubro, notícia de contracapa: *Decisões tomadas pelas Auditorias de Guerra de Porto Alegre e Bagé:*

³⁶² Documento analisado no Capítulo II, item 2.0 – As “Instruções Secretas para os Grupos de Onze”.

³⁶³ “Exército revela planos dos ‘Grupos dos Onze’”. *Zero Hora*. 16 de julho de 1964. p. 4.

³⁶⁴ A declaração de Brizola já foi citada no Capítulo II, página 70.

(...) Atendendo pareceres dos respectivos promotores militares, os juízes-auditores da 1ª e 2ª Auditorias Militares, sediadas em Porto Alegre e em Bagé, respectivamente, decidiram que os chamados “Grupos de 11”, idealizados pelo ex-deputado Leonel Brizola, não configuram delito punido pelo Art. 24 da Lei de Segurança Nacional (lei. 1.802 de 5/01/1953). O fundamento dessas decisões é a “falta de provas de que tais grupos fossem milícias ou organizações do tipo militar, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica”. Desta forma os inquéritos instaurados para apurar as atividades subversivas dos “Grupos de 11” serão imediatamente encaminhadas à Justiça Comum.³⁶⁵

Diminuíam as acusações e perseguições aos Grupos de Onze e a Justiça Militar começava a acreditar que aquelas pessoas que ali se apresentavam não eram perigosos guerrilheiros revolucionários, chegando a determinações de que não configuravam delito que infringia a Lei de Segurança Nacional. Outra notícia, foi localizada na *Folha da Tarde* em 22 de junho de 1966, sob o título *Ex-prefeito de Torres absolvido*:

Conselho Permanente da Justiça da 1ª Auditoria da III Região Militar, voltou a reunir-se na tarde de ontem com a presença do auditor dr. Lauro Schuch, desta feita para julgar os srs. Antônio de Almeida e José Miguel Filho, acusados de serem mentores dos Grupos de Onze no Município de Torres com finalidades subversivas. (...) Encerrados os trabalhos de plenário, quando estiveram na tribuna, sucessivamente, o promotor João Cesar Krieger e os defensores dos dois acusados, o Conselho reuniu-se a portas fechadas para apreciar os diversos aspectos do julgamento, após o que foi anunciada a sentença: absolvição por maioria de votos.³⁶⁶

Assim, os Grupos de Onze começavam a ser desmitificados como grupos comunistas, visto que pessoas de projeção na sociedade tinham feito parte deles, mas não eram revolucionários. Estavam sendo absolvidos.

Infere-se que a imprensa tenha direcionado a sua atenção para outros assuntos, como a censura, que começava a ser impingida sobre aqueles que anteriormente tinham

³⁶⁵ “Decisões tomadas pelas Auditorias de Guerra de Porto Alegre e de Bagé”. *Correio do Povo*. 21 de outubro de 1964. contracapa.

³⁶⁶ “Ex-prefeito de Torres absolvido”. *Folha da Tarde*. 22 de junho de 1966. p.3

sido os arautos do golpe militar, uma vez que os Grupos de Onze tinham se revelado sem a grande importância que lhes fora atribuída.

Concluindo, os Grupos de Onze ocuparam as páginas da grande imprensa do país, demonstrando que a sua organização era fato importante o suficiente para que tomassem espaço nas páginas dos jornais. O contexto político e social era altamente conturbado e os ânimos da esquerda e da direita, exacerbados pela luta de poder que se travava, fizeram o radicalismo tomar conta de ambos os lados. A situação agrava-se devido à Revolução Cubana, quando Cuba sai da órbita dos Estados Unidos e se torna socialista, aliando-se à União Soviética. Esse fato suscita grande temor nas classes conservadoras, que viam qualquer avanço das esquerdas como um avanço comunista.

A visão de que os Grupos de Onze eram comunistas foi fortalecida pelos discursos inflamados e agressivos de Leonel Brizola, que além de pregar contra o imperialismo, apregoava que as Reformas de Base³⁶⁷ deveriam ser implantadas, mesmo que para isso precisasse passar por cima das decisões do Congresso. Ainda que a formação dos Grupos tenha sido feita de forma aberta, divulgada a nível nacional pela “Rede da Legalidade” – fato que contribuiu para a reação conservadora, pois foi considerado como provocação – foram vistos como grupos comunistas. Aliás, a campanha anticomunista já estava em vigor e a conspiração direitista para a derrubada do governo Goulart, em pleno andamento. A formação desses Grupos veio engrossar essa campanha. Tachados de revolucionários, de grupos armados, serviram de pretexto para que a direita aumentasse a conspiração para o golpe militar. A imprensa muito contribuiu para a formação do imaginário de que o comunismo estava invadindo o Brasil e que era preciso que alguém – no caso as Forças Armadas³⁶⁸ – fizesse alguma coisa, mesmo que fosse algo radical, como um golpe militar..

³⁶⁷ As Reformas de Base, apesar de serem, pelas classes conservadoras, relacionadas com comunismo, nada tinham de comunistas. A realização das reformas de base era vista, pelos seus propugnadores, como imperativo da consciência nacional brasileira para retirar o país do atraso e do subdesenvolvimento. “É fácil perceber que as Reformas de Base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado” FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001. p. 448.

³⁶⁸ As Forças Armadas sempre desempenharam o papel de árbitros nos conflitos políticos no Brasil. Assim foi na Proclamação da República, na Revolução de 1930, na renúncia de Getúlio Vargas e na posse de Juscelino Kubitschek. Em 1961, suas pretensões de veto à posse de Goulart foram frustradas, e em 1964 estavam novamente em cena. Chamados, pela parcela mais conservadora da sociedade, e imbuídos de um forte sentimento anticomunista, dentro do clima de radicalização, se propõem a “defender a democracia, através de um golpe militar. Para Pedreira, *‘as Forças Armadas, como instituição têm representado na vida política brasileira o papel de ‘poder moderador’, que se contém e se omite nos períodos de acalmia, para intervir com o argumento das armas, nos momentos em que a crise parece ultrapassar a capacidade ou os recursos*

A propaganda foi muito eficiente, pois ainda que por ocasião do golpe não houvesse a menor resistência, continuaram sendo vistos como comunistas perigosos, que deveriam ser presos. Ao tratar os Grupos de Onze com tamanha insistência, a imprensa confere-lhes uma dimensão que eles não tinham, cria um fato político que será absorvido como verdadeiro pela maioria da sociedade brasileira. O imaginário proposto pela classe dominante ficou arraigado na sociedade de tal forma que até hoje, ao se falar sobre Grupos de Onze, muitos se referem a eles como comunistas, ou têm medo de falar sobre o assunto.

A imprensa, pela quantidade de publicações referentes ao assunto, serviu para esclarecer fatos relativos à história desses Grupos. Desse modo, constituiu fonte privilegiada para a pesquisa, demonstrando, principalmente, a forma como foram vistos pela parcela mais conservadora da sociedade.

O processo de formação dos Grupos de Onze na Região Alto Uruguai e a perseguição que as pessoas, cujos nomes constavam nas listas, sofreram, será o objeto de estudo do IV capítulo, ilustrado com depoimentos orais de pessoas envolvidas.

da sociedade civil". PEDREIRA, op. cit. p. 42.; Para Santos: "o militar teve papel de relevo na trajetória nacional (...) A instituição da República em 89 resulta de um golpe militar (...) As forças Armadas participam do movimento de 30, do golpe de 37 que institui o Estado Novo e do golpe de 45 que o depõe, como depois, com atuação em sucessivos governos. Se as vezes se identificam com as causas populares, com um sentido democrático, outras vezes se unem com as forças mais retrógradas, que apelam para o elemento armado. Assim foi em 54, com participação mais intensa nos anos seguintes. É um agente do quadro político, freqüentemente como desestabilizador, por suas interferências com o peso das armas e do sentido de casta. O momento máximo de trajetória tão sinuosa, ora positiva, ora negativa, avanço e recuo, é 1964, quando o conservadorismo político apela para o soldado, instiga-o à participação". SANTOS, Wanderley Guilherme.

CAPÍTULO IV

A PERSEGUIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: A REGIÃO ALTO URUGUAI

Após o golpe de 1964 inicia-se o “expurgo dos comunistas” e, conseqüentemente, a perseguição aos Grupos de Onze. Leonel Brizola, após ficar escondido por cerca de um mês, exila-se no Uruguai, frustrado em sua tentativa de organizar uma resistência ao Golpe Militar. Tal fato, no entanto, não contribuiu para diminuir o temor de que ele poderia desencadear a guerra revolucionária. Para os militares, isso poderia ser feito fora das fronteiras do país e os Grupos de Onze seriam o braço armado para começar essa suposta guerra pela implantação do comunismo.

Os executores do golpe militar esmeravam-se, através da imprensa, em apresentar as provas de que estavam certos, isto é, que o golpe militar que depôs João Goulart foi extremamente necessário para frear a guerra revolucionária e a invasão comunista já em andamento.

Nesse contexto, os Grupos de Onze, como já vimos no capítulo III, são alvos de constantes manchetes nos principais jornais do país, que desencadeiam uma verdadeira “caça às bruxas”, tendo em vista dismantelar os perigosos grupos armados comunistas. Assim, os que tiveram seu nome ligado de alguma forma a esses grupos foram alvos de prisões, perseguições, denúncias, cassação de mandatos e envolvidos em processos criminais.

As pessoas cujos nomes constassem nas listas ficavam presas em Erechim cerca de três a cinco dias. Tal período variava de acordo com o seu grau de subversão e com o fato de seu nome apenas constar na lista ou ser líder de grupo. Os organizadores das listas eram os que permaneciam mais, pois o “esclarecimento” a respeito do local onde estariam as armas e os pretensos planos dos grupos tomava mais tempo.

“A Pós-‘Revolução’ Brasileira. In: JAGUARIBE, Hélio...(et al.). *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. p.204/205.

Nesse momento é que a história oral se faz mais importante, pois demonstra como os participantes vivenciaram esses fatos, como ficaram marcados pela pecha de comunistas e pela desonra de uma prisão. Os depoimentos foram colhidos num processo de amostragem, compondo-se de 15 pessoas, pela dificuldade em localizar os envolvidos no processo de formação dos grupos, uma vez que muitos deles já estão falecidos.

Muitos não gostam de lembrar os fatos ocorridos na época e alguns dos que foram procurados para uma possível entrevista demonstraram não querer falar no assunto, somente após muita conversa concederam as entrevistas. Inclusive, uma das pessoas que foi indicada por outra como participante do mesmo grupo negou veementemente qualquer envolvimento e não concedeu entrevista. Além disso, alguns preferiram não se identificar, temendo novos constrangimentos. Outros, viveram momentos de intensa emoção, sendo o depoimento interrompido várias vezes devido ao choro.

Os processos do SOPS relativos à Região Alto Uruguai encontram-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, aos cuidados da Comissão do Acervo de Luta contra a Ditadura.³⁶⁹ Essa documentação encontra-se sob sigilo, havendo um impedimento legal para a divulgação dos nomes dos envolvidos nos Inquéritos Policiais Militares. Os processos são incompletos, constando apenas a descrição dos interrogatórios aos acusados de participarem dos Grupos de Onze e alguma cópia de correspondência da Delegacia Regional enviada à Secretaria de Segurança Pública. Embora sejam inconclusivos, os processos permitem uma reconstrução, via documentação judicial, do pensamento dos envolvidos na formação dos grupos e da repressão que sofreram pela ditadura militar.

1.0 – O DESMANTELAMENTO DOS “GRUPOS COMUNISTAS”

O governo do Estado criou dez destacamentos volantes da Brigada Militar do Estado, a fim de *manter a ordem no Interior do Estado*³⁷⁰, sendo que um deles foi destacado para atuar na Região Alto Uruguai, conforme noticiou *A Voz da Serra*:

O Destacamento Volante é composto de 100 homens, dotados de modernos recursos para mobilização, comunicação e combate, recrutados entre elementos da Brigada Militar do Estado. (...) O

³⁶⁹ Essa comissão reúne documentos relativos aos acontecimentos ocorridos por ocasião do golpe de 1964 e durante a vigência da ditadura militar no Brasil. Sediada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

³⁷⁰ “Destacamento Volante em Erechim”. *A Voz da Serra*. 14 de abril de 1964. capa

*Destacamento Volante destacado para nossa cidade está sob o comando direto do cel. Gonçalino de Carvalho, e destina-se a levar a paz e a segurança na Região.*³⁷¹

Esse destacamento objetivava desbaratar os Grupos de Onze, atuando ativamente na região, prendendo todos os que fossem, de alguma forma, envolvidos em sua formação. Numa entrevista do cel. Gonçalino faz ao jornal *A Voz da Serra* as seguintes declarações:

*“(....)Não desejamos agravar a situação de ninguém, mas dentro de uma arquitetura política, social e econômica, diante da transição que se processou no país, dentro dessa mesma situação que nós hoje estamos afastamos de todos nós o perigo que pairava sobre nossas famílias, o nosso lar, sobre a nossa formação, afastamos de todos nós o perigo do **Comunismo**, estamos certos que algum sacrifício que se fizer necessário, recebam como um aviso, porque em muitas famílias, muitas esposas, muitas filhas, muitos filhos estavam a fim de até incentivar seus pais, para que fizessem parte destas formações espúrias, organizações comunistas, como foram feitas em outros países. Umhas com paixão político partidária, outros por interesses políticos, outros por interesses econômicos e tudo deve ser objeto de investigação, para conhecermos a profundidade destes movimentos, para sabermos até que ponto poderia se concretizar esta ameaça, que pairava sobre a nação, tem a oportunidade de se reorganizar e se articular (...)*³⁷²

Em 14 de abril esse destacamento já se encontrava instalado na cidade de Erechim. Os participantes dos Grupos de Onze foram enquadrados no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional, que dizia que constituir crime contra a Pátria *promover a insurreição armada ou tentar mudar por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada*³⁷³, e previa como penalidade a reclusão de 12 a 30 anos. As listas que haviam sido enviadas para a Mayrink Veiga foram confiscadas pelos militares: *as cartas apreendidas na Mayrink Veiga contam-se aos milhares*³⁷⁴, que a partir delas ou de denúncias, passaram a caçar os integrantes dos Grupos de Onze, em todas as localidades do país. Conforme notícia veiculada no *Diário de Notícias*:

³⁷¹ Idem, ibidem.

³⁷² “Aqui estamos para dar segurança e tranqüilidade”. *A Voz da Serra*. 19 de maio de 1964 - capa

³⁷³ *Código Penal Militar – Lei de Segurança Nacional – Forense* - p. 516

³⁷⁴ “Dólares de Fidel para Brizola” – *O Cruzeiro* – 8 de agosto de 1964. p .7

*A documentação apreendida pela DOPS na emissora deu novas e importantes provas, além de nomes de elementos filiados àquelas organizações comunizantes. Os estatutos apontam o Sr. Brizola como chefe supremo do movimento, a quem era dirigida toda a correspondência, na sede da emissora.*³⁷⁵

As prisões, em alguns casos, vinham acompanhadas de um grande aparato militar, como mostra o depoimento de Carlos de Ré, quando viu o pai ser preso:

*Eu era muito pequeno, tinha 12 ou 13 anos de idade, mas me lembro perfeitamente que meu pai era sindicalista ferroviário, nós morávamos em Santa Maria, que era um centro ferroviário importante do Rio Grande do Sul e meu pai foi preso em casa, com todo aquele aparato que se utilizava na época: foram carros de combate, foram aproximadamente 50 militares fazer a prisão. Foi um escândalo, cercaram o quarteirão. Minha casa foi totalmente revirada, livros foram levados, documentos, colchões foram rasgados para ver se tinha alguma coisa dentro, procuravam armas, etc.*³⁷⁶

Em Campinas do Sul, as prisões também foram feitas de forma ostensiva, como nos relata Iracema Baccin, que viu o pai, Ítalo Baccin, que era motorista de ônibus e havia formado um dos grupos: *Eu me lembro que veio um caminhão cheio de policiais, todos munidos de armas para prendê-lo, como se ele fosse um homem perigoso.*³⁷⁷

Os membros dos Grupos de Onze tiveram que responder a inquérito policial. Constam no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, vários processos envolvendo os Grupos de Onze que se formaram na Região Alto Uruguai, principalmente nas cidades do interior, como Erval Grande, São Valentim, Baliza, Gaurama, Severiano de Almeida, Sananduva, Machadinho, Campinas do Sul, Planalto, Paim Filho e Mariano Moro. Na cidade de Erechim, segundo depoimentos, também foi organizado um Grupo de Onze por alguns amigos petebistas/brizolistas, mas não chegaram a enviar a lista para a Mayrink Veiga, por isso ficaram fora das perseguições. Como eram pessoas mais

³⁷⁵ “Brizola comandava toda rede para comunizar o país”. *Diário de Notícias*. 13 de maio de 1964. p.3

³⁷⁶ Depoimento dado por Carlos de Ré, membro da Fundação Alberto Pasqualini, sobre os Grupos de Onze, referindo-se à prisão de seu pai, que fazia parte de um grupo. Entrevista realizada dia 18 de janeiro de 2002

³⁷⁷ Depoimento de Iracema Baccin – seu pai era um líder de Grupo de Onze em Campinas do Sul. Concedido à autora dia 11 de janeiro de 2003.

politizadas, já haviam se reunido para discutir política, *que giravam em torno do trabalhismo, do nacionalismo, jamais do comunismo.*³⁷⁸

Havia diferenças entre os Grupos de Onze formados em centros maiores e o caso da região do Alto Uruguai. Em Santa Maria, grande centro ferroviário e de tradição sindicalista, discutiam política, mas não havia uma preparação efetiva de resistência contra o golpe militar. Na região de Erechim, a maioria deles foram formados em áreas do interior, englobando grande parte de pessoas semi-analfabetas ou com pouca escolarização, desprovidos de uma percepção política abrangente, que assinaram as listas dos grupos na tentativa de conseguir melhorias como a reforma agrária, tratores e sementes. Mesmo naqueles em que o líder, ou o organizador da lista, era de área urbana, nas cidades pequenas, a maioria dos componentes das listas eram colonos.³⁷⁹ Nesses casos, os integrantes nunca haviam se reunido para qualquer discussão. Alguns se encontravam para fundar o grupo e fazer a ata, como ocorreu em Mariano Moro. Em Erechim, os membros eram petebistas que discutiam a política do país, mas não chegaram a se assumir como Grupo de Onze, alegando falta de tempo. No caso de Gaurama, mais especificamente em Vila Baliza, dois irmãos e alguns vizinhos encontravam-se na casa de Arquimino Assmann para ouvir no rádio os pronunciamentos de Brizola, e a partir daí, resolveram formar um grupo, que, como tal, nunca chegou a se reunir. Conforme relatos, na maior parte dos casos, alguém tomava para si a tarefa de organizar uma lista e saía de casa em casa, a pé ou a cavalo, convidando amigos e conhecidos a assinarem, e não passou disso. No entanto, a forte admiração por Brizola era comum a todos, acreditavam em suas pregações e seguiam os seus ditames, sem questionamentos.

O episódio da Legalidade havia marcado profundamente o imaginário de algumas pessoas, pois a disposição para lutar contra o golpe existia: *Estávamos dispostos a lutar pela causa (...) Nós estávamos cientes que poderia haver luta armada. Mas não foi feito treino, não tínhamos armas...Numa eventual revolução nós éramos o apoio... como na*

³⁷⁸ Depoimento de Gelsomino Appi – líder do PTB em Erechim na época do golpe – concedido à autora dia 24 de setembro de 2001

³⁷⁹ Depoimentos nos processos do SOPS/E. Ex: No caso de Erval Grande, onde o organizador da lista foi o vice-prefeito e um vereador, os demais componentes eram agricultores. No caso de São Valentim, os organizadores foram dois vereadores do PTB e o restante dos componentes eram agricultores. Casos que se repetem nas demais cidades. Isso se deve ao fato de a economia da região, na época, ser essencialmente agrícola.

*Legalidade...*³⁸⁰ (grifos nossos) Essa mesma disposição encontrava-se difundida entre as pessoas mais conscientes da situação, como é o caso do Cel. Emílio J. P. Neme:

*...é evidente que todas as pessoas que se apaixonaram pelo movimento da Legalidade,(...) elas ficaram em estado de excitação. Então essas pessoas já eram mais afoitas: “Não, eu vou, eu até luto pelo Brasil!” E outra coisa. Já outro mais calmo já fala na parte política, apoiar o Brizola. Mas o outro já passa um pouco e diz assim: “To disposto até a lutar.” Até eu dizia isso, Cel. Neme, sempre tive na minha cabeça assim: “Vou tentar pela democracia, se houver luta, eu vou lutar.” Até eu dizia. Isso não significa comprometer o Grupo dos Onze.*³⁸¹

A partir dessa declaração, nota-se a existência de organizadores de Grupos de Onze com uma postura mais participativa, inclusive de luta, se assim fosse necessário, e que, mesmo sem receber nenhuma assistência, a não ser a palavra de Brizola através da Mayrink Veiga, reuniam-se e debatiam sobre os rumos políticos do país. Alguns, como o Cel. Neme, atribuem essa disposição para a luta ao episódio da Legalidade, que havia mobilizado a população do Rio Grande do Sul, principalmente a de Porto Alegre. Outros, como o Dr. Carlos Salim³⁸², atribuem essa mesma disposição à tradição guerreira do povo gaúcho. Porém, nenhum dos dois depoimentos indicam haver uma organização armada pronta para o combate. Ao contrário, os grupos eram desprovidos de armas e de qualquer organização material.

Nos grupos das localidades do interior, a imensa maioria das pessoas era semi-alfabetizada e a politização consistia em ouvir as palestras no rádio, servindo, assim, de inocentes que eram úteis dentro de um clima de radicalização total. Movidos somente pela palavra de Brizola da qual apreendiam algumas idéias, pois mesmo que não estivessem organizando grupos armados, nos discursos do ex-deputado e na Cartilha de Organização dos Grupos de Onze Companheiros estava explícito que um conflito armado poderia ocorrer: *Ninguém pode nos dizer que os nossos comandos estão constituídos para a violência, mas se os adversários desejarem a luta, responderemos com luta.*³⁸³ Ou então ... *que se consideram convocados pela CARTA DE VARGAS, de todos os brasileiros, homens*

³⁸⁰ Idem, ibidem

³⁸¹ Entrevista Cel. Emílio J. P. Neme. Concedido em 03 de setembro de 2002.

³⁸² Carlos Salim, oftalmologista em Erechim, era prefeito de Paim Filho pelo PTB na época do golpe de 1964. Depoimento concedido à autora em 23 de outubro de 2002.

³⁸³ “Brizola prega união para defender as Reformas de Base” *Última Hora*. 2 de dezembro de 1963. p.4

*e mulheres que se disponham a lutar em defesa de nossas conquistas democráticas...*³⁸⁴
(grifos do documento)

Os organizadores dos grupos e os que assinavam as listas eram movidos pela lealdade ao líder Brizola, não viam problemas em segui-lo à risca. Tal fato pode ser notado em algumas declarações: *eu assinei a lista dos Grupos de Onze. Eu pensava assim: eu era empregado e ele era governador. Eu pensava que a gente não podia ir contra um governador.*³⁸⁵ Outro depoimento ilustra o pensamento dos seguidores de Leonel Brizola: *Que ouvindo a estação Mayrink Veiga, tomou conhecimento dos apelos feitos pelo ex-deputado Leonel Brizola para que se organizassem em grupo, para terem direito (sic.), que ele assim procedeu...*³⁸⁶

Alguns grupos recebiam mensagens de Brizola, o que enchia de orgulho os agraciados:

*Que assinou, juntamente com o seu pai..., que na lista que assinou disseram que viria livros de agricultura para estudo, sementes e máquinas. Que recebeu da Câmara dos Deputados um opúsculo de Leonel Brizola, rubricado por ele, contendo instruções e ata sobre a formação do Grupo de Onze, que o declarante ficou orgulhoso de ter recebido esse livro e mostrou para muitas pessoas. Que acha que ele ficou sabendo seu endereço pela lista que havia assinado e que remeteram ao Brizola. Que não lhe falaram sobre armamento.*³⁸⁷ (grifos nossos)

Houve, como se pode comprovar pelos processos do SOPS, onde os depoimentos são recorrentes, uma grande ignorância a respeito da realidade política do país no momento e das implicações que ações radicais poderiam acarretar. Grande parte dos depoentes relata que a decisão de organizar um Grupo de Onze deu-se a partir do que foi ouvido no rádio. Outros, assinaram porque alguém influente do lugar - quase sempre o comerciante - solicitou. Nos processos envolvendo a Região Alto Uruguai cerca de 40 cidadãos foram indiciados como sendo “cabeças” de Grupos de Onze e em 15 de maio de 1964 já se encontravam presos, com algumas exceções, cujas recapturas já estavam sendo

³⁸⁴ Cartilha para a Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” . op. cit. p.6

³⁸⁵ Depoimento do Sr. José Correia da Silva, que assinou uma lista de Grupo de Onze em Getúlio Vargas, concedido à autora dia 18 de julho de 2002.

³⁸⁶ SOPS/E – 1.2.99.4.1 – Comissão ... op. cit.

³⁸⁷ SOPS/E – 1.2.103.4.1- Comissão ... op. cit.

providenciadas.³⁸⁸ Na Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos, consta uma lista de 156 pessoas presas por envolvimento com Grupos de Onze na região de Erechim. Notícias nos jornais *Correio do Povo* e *A Voz da Serra*, em 1964, relatam a situação de insegurança e medo que viviam os agricultores: *o comércio paralisou e os pacatos colonos não mais se dirigem às sedes de seus municípios pelo temor de serem detidos*³⁸⁹, ou foram efetuadas duzentas detenções para averiguações.³⁹⁰

Na maioria dos depoimentos, as pessoas unicamente haviam assinado as listas, em nenhum momento haviam se reunido: *Que assinou a lista organizada por..... que não sabia do que se tratava, ou ...que não recebeu instruções a não ser através do rádio..., que o seu grupo não tinha armamentos, que nunca se reuniram, que sua lista remeteu a Brizola pelo correio, ou ainda ...que não recebeu nenhuma instrução, nem nunca houve reunião do citado grupo...*³⁹¹

Esses simples cidadãos assinavam as listas dos grupos por acreditar que era pelo bem do Brasil, conforme se observa pesquisando os processos do SOPS: *Quem me deu a lista era um amigo e compadre, assinei na confiança...*³⁹² Ou então: *...que foi seu vizinho ...que lhe mandou assinar na lista dos onze, dizendo que seriam beneficiados com sementes e vinha um trator para o serviço agrícola...*, depoimento de um agricultor do Serro do Meio Dia, em Severiano de Almeida, dado em 14 de maio de 1964.³⁹³ Ou ainda *que o declarante liderou esse movimento porque achava que era uma coisa boa, que não sabia a verdadeira finalidade desse Grupo de 11. Que agiu de boa fé, não vendo mal algum, pois que ouvia sempre conclamações pela Rádio Mayrink Veiga,*³⁹⁴ dado dia 15 de maio de 1964, por um líder de grupo da cidade de Campinas do Sul. Outros depoimentos também relacionam a vinda de tratores, como se pode observar: *que foi convidado pelo primo e assinou, e arranjou mais dez assinaturas. Que o primo é culpado, que enganou aos colonos prometendo máquinas e sementes, que disse ainda que cada grupo de 11 teria direito de requerer um trator...*³⁹⁵ (grifos nossos) A entrega de tratores era uma promessa

³⁸⁸ SOPS/E – 1.2.92.3.1 – ofício nº 230/64 dirigido ao sr. Major chefe da Secretaria da Segurança Pública – Comissão...op. cit.

³⁸⁹ “Prisão de deputado em Erechim.” *Correio do Povo*. 19 de maio de 1964. p.18.

³⁹⁰ “Polícia Volante vasculha região e apreende armas: duzentas detenções”. *A Voz da Serra*. 30 de abril de 1964. p.8

³⁹¹ SOPS/E – 1.2.99.4.1 – Comissão...op. cit.

³⁹² Depoimento do Sr. José Ribeiro, concedido dia 18 de julho de 2002

³⁹³ SOPS/E – 1.2.103.4.1- Comissão... op. cit.

³⁹⁴ SOPS/E – 1.2.94.3.1 – Comissão...op. cit.

³⁹⁵ Idem

feita por João Goulart, expectativa que pode ser confirmada pela notícia veiculada na imprensa: *Jango promete entregar diretamente aos municípios tratores importados*:

O presidente João Goulart recebeu na manhã de hoje, no Palácio do Planalto, mais de 350 prefeitos de novos municípios brasileiros.(...) Em certa altura de seu discurso, o chefe da Nação declarou: ‘Nada mais justo do que se entregar tratores aos municípios brasileiros, tratores que irão ajudar a circulação da riqueza municipal, tratores que irão rasgar estradas e promover o progresso.’³⁹⁶

Essa promessa não chegou a se concretizar, mas explica a esperança dos que assinaram as listas a fim de obter máquinas e implementos agrícolas. Dentro dessa lógica, acreditavam que se as Reformas de Base fossem implantadas, muitos outros benefícios viriam. Um agricultor de Vila Baliza, Gaurama, em depoimento dado no dia 18 de maio de 1964, revela as expectativas que tinham ao assinar a lista dos grupos:

...que pertence ao PTB, que na época o ex-deputado Leonel Brizola falava pela rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro e mandava que o povo fizesse listas e organizações com assinaturas de todos os companheiros e simpatizantes. O declarante por sua livre e espontânea vontade organizou uma lista na Vila Baliza, tendo colhido diversas assinaturas (...) achava que Brizola estava com razão quando mandava que organizassem as listas. Perguntado se o declarante não sabia que essas organizações que o Brizola mandava organizar eram os chamados Grupos de Onze, os quais lutariam quando ele os chamasse, respondeu que não sabia, pois achava que era somente para efeito de reforma agrária.³⁹⁷ (grifos nossos)

Assim, vários são os depoimentos relatam a mesma história: assinaram porque Brizola assim o dizia e que seria para pressão às Reformas de Base. Outro depoimento de um pintor de Sananduva, em 01 de julho de 1964 revela:

...que ouvia pela Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, solicitação no sentido de que se organizassem em ‘Grupos de Onze’ e remetessem as assinaturas destinadas ao Deputado Leonel Brizola, aos cuidados da

³⁹⁶ “Jango promete entregar diretamente aos municípios tratores importados”. *Diário de Notícias* – 7 de março de 1964. p.3

³⁹⁷ SOPS/E – 1.2.102.4.1- Comissão...op. cit.

*rádio. Que por sua livre e espontânea vontade organizou oito listas com compromissos. Que julgava que essas cartas eram para as reformas de base... que não recorda do compromisso, só recorda de um trecho: ‘Tudo por uma pátria livre e independente’.*³⁹⁸ (grifos nossos)

Outros ainda, por incoerente que possa parecer, assinavam porque achavam que isso defenderia a pátria do comunismo, de que depois seriam acusados de serem mentores: *...que assinasse, pois que sua finalidade era defender a Pátria Brasileira dos comunistas...*, depoimento de um agricultor de Erval Grande, semi-analfabeto, dado em 15 de abril de 1964.³⁹⁹ E assim sucedem os depoimentos dos processos. Seria possível alegar que as pessoas indiciadas estariam mentindo para se livrar das possíveis conseqüências, porém, quando em mais de cinquenta depoimentos de agricultores, de municípios diferentes, todos repetem a mesma história, há uma verdade dentro dela. Em alguns depoimentos, houve relatos de que alguns, dentro da prisão, não podiam conversar com ninguém, ficando constantemente vigiados e incomunicáveis, sendo impossível qualquer combinação para que todos repetissem a mesma versão.

Os membros dos Grupos de Onze ficavam presos, prestando depoimentos: *...acha-se preso desde hoje, isto porque aparece como líder, condutor daquele grupo*, carta do Delegado Regional de Polícia de Erechim ao Secretário de Segurança Pública, denunciando mais um Grupo de Onze em Mariano Moro. Nesse grupo de Mariano Moro ocorreu um fato curioso: tão crentes que estavam fazendo uma ação democrática, que resultaria no bem do Brasil, a ata do referido grupo foi registrada em cartório. No conteúdo dessa ata é evidente a admiração que sentiam por Leonel Brizola e que estavam fundando esse grupo em função de sua pessoa:

Aos quatorze (14) dias do mês de março do ano de 1964, nesta vila de Mariano Moro, Município de Erechim, RS. Foi feita uma reunião de onze (11) cidadãos residentes neste distrito, realizada na residência do cidadão....., a fim de decidir a formação de um Grupo de Onze (11) companheiros do deputado Leonel de Moura Brizola, sendo que os signatários apoiam integralmente a política do ex-governador gaúcho,

³⁹⁸ SOPS/E – 1.2.106.4.1 – Comissão ... op. cit.

³⁹⁹ SOPS/E – 1.2.99.4.1 – Comissão ...op. cit.

que sua saída do governo deste estado nos deixa com muitas saudades e desejam vê-lo eleito presidente da república em 1965, e pela atuação brilhante lhe apoiam enquanto sua atuação for como até agora tem sido, isto é, dentro dos princípios cristãos e de regime democrático e que esses companheiros são pelas reformas de base, pois está na hora de dizer chega a todos os trustes, tubarões sem escrúpulos e traidores da Pátria. Esse grupo é apartidário e é composto de funcionários, operários e agricultores.(...)⁴⁰⁰ (grifos nossos)

Para os formadores dos grupos era a luta pelas Reformas de Base, dentro dos princípios democráticos e cristãos, mas para a polícia eram grupos paramilitares:

*À guisa de ilustração, iremos aqui salientar o seguinte: **O Grupo dos Onze é uma organização que se assemelha a tipo militar**, o que em assunto militar quer dizer Grupo de Combate, com exceção numérica, o que poderá ser com armas ou não, fardas ou não, mas com finalidades combativas constituídas por partidos ou particulares, em assim o sendo, a constituição de tais grupos tinha alguma finalidade, e como foi inicialmente, parece enquadrar-se perfeitamente no citado art. 24, da Lei de Segurança Nacional.⁴⁰¹ (grifos nossos)*

Referindo-se aos presos da localidade de Serro do Meio Dia, em Severiano de Almeida, uma portaria dirigida à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, esclarecendo sobre as prisões:

*Em cumprimento às instruções (...) foi instaurado o presente inquérito policial contra... [cita três nomes], (cabeças) dos **pretensos e perniciosos Grupos dos Onze**, portanto envolvidos na Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, art. 24 da Lei de Segurança Nacional, agravando-se a situação do primeiro deles e dois outros seguintes por serem organizadores e envolvendo outros que assinaram a ata, inclusive (nome) tinha em seu poder uma intitulada 'Mensagem de Brizola'. Determino que a esta se proceda inquérito policial, tomando todas as providências necessárias ao esclarecimento das ocorrências em questão.⁴⁰² (grifos nossos)*

⁴⁰⁰ Ata de formação do Grupo de Onze de Mariano Moro – SOPS/E – 1.2.98.31 – Comissão...op. cit.

⁴⁰¹ Relatório 05/64, do Delegado de Polícia de Erechim, endereçado ao Secretário de Segurança Pública – SOPS/E – 1.2.98.4.1 – Comissão... op. cit.

⁴⁰² SOPS/E – 1.2.103.4.1 – Comissão...op. cit.

As prisões iniciaram a partir de vinte de abril de 1964 e perduraram até o mês de junho. Após liberados, todos deveriam se apresentar periodicamente à polícia:

Comunico-lhe haverem sido liberados os presidiários políticos [constam seis nomes] os quais terão por [ilegível] a sua cidade ou município, devendo se apresentarem semanalmente à Delegacia e assinarem um livro de presença, especialmente aberto para esse fim. Outrossim, o não comparecimento dos mesmos importará em comunicação para a regional, uma vez que deverão ficar sob vigilância policial.⁴⁰³

Pelo depoimento de uma testemunha, o número de pessoas que deveriam se apresentar era muito grande. Isso lhes causava um grande desapontamento e, inclusive, problemas financeiros:

*Tinham que se apresentarem uma vez por mês ou mais, obrigatoriamente, em Erechim. Eu os via uma vez por mês, porque pegava o ônibus em Faxinalzinho e vinha a Erechim receber o salário. Muitas vezes não tinham nem o que vender, tinham que dar um jeito de sair trabalha, arranjar um meio desse dinheiro para passagem e pra poder almoçar aqui, porque só tinha um ônibus às 8 horas da manhã e voltava às 4 da tarde. Vinham uns 40 ou cinquenta, de Faxinalzinho, Faxinal Grande, Nonoai, Votouro, Coxilhão...(...) **Esse ônibus ia lotado, que a gente ia quase que empilhado uns sobre os outros e eles faziam comentários do sofrimento, da luta e das despesas que os mesmo faziam, mesmo sem poder. Estavam vendendo o último que tinham em casa porque eram todos pessoas pobres, pelo menos os colonos, e ele não tinham idéia o porque de tudo aquilo, porque ele tinham assinado esperando auxílio e, de repente, se viram envolvidos naquela situação...**⁴⁰⁴ (grifos nossos)*

Também esse fato é relatado por Silvino Rill, cujo pai foi preso, acusado de participar de Grupos de Onze: *Meu pai e o seu Eulógio tinham que comparecer uma ou duas vezes por semana na Delegacia, durante um bom tempo. Tinham que largar o serviço*

⁴⁰³ Carta endereçada ao sr. Del. de Polícia de Machadinho, mandada pelo Del. Regional de Polícia de Erechim – SOPS/E – 1.2.100.4.1 – Comissão...op. cit.

⁴⁰⁴ Depoimento da Sra. Elzira Ribeiro de Almeida, que era professora primária na localidade de Faxinalzinho e vinha mensalmente a São Valentim receber o seu salário e o ônibus vinha lotado com as pessoas que assinaram as listas dos Grupos de Onze e vinham se apresentar em Erechim. Entrevista concedida à autora dia 30 de setembro de 2001.

*e ir lá, em Gaurama se apresentar, uns dois meses. Porque eles achavam que de repente eles até podiam fugir do Brasil.*⁴⁰⁵

Esperando uma possível rearticulação dos Grupos dos Onze, por Leonel Brizola, mesmo no exílio, os envolvidos com os grupos eram alvo de vigilância. Ainda em setembro de 1964, na revista *O Cruzeiro*, seção de Adirson de Barros: ‘Conversa Reservada’, aparece a seguinte nota:

*Informe secreto: os grupos de onze do Sr. Brizola estão em plena ação revolucionária, no melhor estilo fidelista: há raptos programados. E atentados também. Montevideu é o centro da conspiração.*⁴⁰⁶ (grifos nossos)

Por isso, era importante a vigilância sobre esses grupos. Na já citada entrevista do cel. Gonçalves, ele declara que *o Sr. Leonel Brizola, ainda hoje diz que confia nos grupos de amigos e que voltará para fazer a sua revolução.*⁴⁰⁷

Em alguns locais, como é o caso da existência de um grupo no interior de Getúlio Vargas, em que foi destacado um policial para morar no local e ficar observando os moradores, sem que as pessoas soubessem.⁴⁰⁸

Crentes que os Grupos de Onze estavam se preparando para a luta, houve revistas em muitas residências, procurando armas: *Foram apreendidas quatro espingardas comuns nas revistas feitas às casas.*⁴⁰⁹ No depoimento de uma filha que testemunhou a prisão do pai: *Invadiram a nossa casa, revistaram tudo. Minha irmã estava doente, com febre, tiraram ela da cama para revistar. Procuravam armas, mas não tínhamos armas.*⁴¹⁰ Noutro depoimento, de um filho cujo pai, agricultor do interior de Gaurama foi preso e teve a casa revista: *Quando eu voltei da aula já tinham levado o meu pai preso, tava*

⁴⁰⁵ Depoimento de Silvino Rill – seu pai foi preso denunciado de participar dos Grupos de Onze. Concedido à autoria dia 21 de outubro de 2002. Há diversidade de informações sobre quantas vezes os envolvidos com a formação dos Grupos teriam de se apresentar nas Delegacias de Polícia. Silvino Rill declara que seu pai e seu Eulógio tinham que comparecer na delegacia uma ou duas vezes por semana e outros depoimentos que afirmam ter que se apresentar uma vez por mês. Nos IPMs que se encontram no SPS/E, há declarações para se apresentarem semanalmente nas delegacias. No processo nº 6569-1200, o pleiteante à indenização devido sua prisão, afirma que *“por um bom tempo após a prisão, teve de comparecer na delegacia de Gaurama, todos os sábados pela manhã, apresentando-se ao Delegado Maurílio, compromisso que teve de ser cumprido também por Arthur e Arquimino Assmann”*. Processo aos cuidados do escritório de advocacia de Alvenir de Almeida e Leandro Scalabrim. Erechim.

⁴⁰⁶ “Conversa Reservada”. *O Cruzeiro* – 12 de setembro de 1964 – p.16

⁴⁰⁷ “Aqui estamos para dar segurança e tranqüilidade”. *A Voz da Serra*. 19 de maio de 1964. Capa.

⁴⁰⁸ Depoimento do sr. José Correia da Silva, concedido à autora dia 18 de julho de 2002

⁴⁰⁹ Relativo ao grupo do Serro do Meio Dia – Mariano Moro – SOPS/E 1.2.103.4.1 – Comissão...op. cit.

⁴¹⁰ Depoimento de Sirlei Pavan Carlesso. Seu pai foi preso, denunciado por participar dos Grupos de Onze. Entrevista concedida à autora dia 29 de maio de 2002

*todo mundo chorando. Revistaram a minha casa toda, revistaram tudo, tudo... atrás de armas. Porque eles achavam que meu pai era uma pessoa fortemente armada.*⁴¹¹ Iracema Baccin, relata que *revistaram a casa toda, o porão também, procurando armas. Disseram que aqui tava cheio de armas. Não tinha nada. Só o canivete do pai cortar o fumo: a brítola.*⁴¹²

Carlos Salim, petebista/brizolista, ex prefeito de Paim Filho, uma das cidades da Região Alto Uruguai em que foram efetuadas muitas prisões de acusados de participarem de Grupos de Onze, relata que nunca houve uma correspondência oficial ou extra-oficial que ordenasse ou mesmo pedisse que se organizassem Grupos de Onze. Brizola pedia apoio, resistência ao governo ditatorial que poderia vir, mas nunca se falou em armas e *como se faz resistência sem armas? Colonos com Taquari*⁴¹³ *contra metralhadoras? Era tão incoerente que ficamos quietos para ver o que acontecia. Na minha região nunca houve pretensões de movimento armado, ninguém tinha o conceito de guerra de guerrilha, isso não existia entre os colonos.* Para ele, os discursos de Brizola, inflamados, chamando à luta não passava de retórica, pois *mesmo o Brizola não dava apoio para a luta armada, o apoio do Brizola era gritar no Palácio e na rádio.*⁴¹⁴ O vereador Antônio Pereira de Souza, líder do PSD de Erechim, em reportagem publicada no *A Voz da Serra*, onde contesta as afirmações de paralisação do comércio de Erechim devido ao medo das prisões, do deputado federal José Mandelli Filho, faz uma análise dos Grupos de Onze: *Posso afirmar que muitos agricultores assinaram na lista dos 11 enganados, pensando que assinavam para conseguir sementes de trigo e maquinário.*⁴¹⁵

1.1 – A PRISÃO EM ERECHIM

Na prisão, muitos sofreram agressões e humilhações, sendo coagidos a revelar os supostos planos de guerrilhas que estariam sendo tramados. Os depoimentos ilustram algumas das situações constrangedoras que passaram os que assinaram ou foram acusados de assinar as listas dos Grupos de Onze: *Meu pai ficou três dias preso.(...) Eles botavam*

⁴¹¹ Depoimento de Silvino Rill. Concedido à autora dia 21 de outubro de 2002.

⁴¹² Depoimento de Iracema Baccin. Concedido à autora dia 11 de janeiro de 2003. Brítola – canivete com a ponta torta para dentro, imitando uma foice, próprio para cortar fumo.

⁴¹³ Espingarda antiga, que dá apenas um tiro e necessita ser recarregada pela boca do cano para se atirar novamente.

⁴¹⁴ Depoimento de Carlos Salim, concedido dia 23 de outubro de 2002..

*revólver na cabeça, revólver no estômago, ele contava, bateram nele, fizeram ele dizer que tinha coisa que não tinha, que tinha arma...*⁴¹⁶, conta Paula, lembrando do pai, que já é falecido. *Desfilavam pela rua [em Erechim] com uns de Paim Filho, algemados, pra todo mundo ver o que eram os comunistas...*⁴¹⁷, conta uma testemunha dos fatos acontecidos na cidade. Um dos indiciados relata sua prisão:

*No presídio fui interrogado pelo ‘Gonçalino’, que fazia ameaças para obter confissões.(...) Fui interrogado várias vezes, acerca do ‘grupo dos onze’, que ainda hoje não sei o que significa. Fiquei preso três dias. No presídio não havia camas, nem colchões, dormíamos no chão e sem cobertura alguma. A água que nos davam para beber era de péssima qualidade, ficava dentro de tonéis, e a comida mais parecia ‘lavagem para porcos’. Não havia banheiros suficientes, sendo que as condições de higiene eram péssimas, desumanas.*⁴¹⁸

Outro dos envolvidos na questão dos Grupos de Onze, relata sua prisão:

*Fui levado a uma sala grande, onde fiquei junto com outros quarenta presos. Não tínhamos colchões, dormíamos no piso mesmo. Passávamos o dia conversando e à tardinha rezávamos o terço, puxando por um professor do município de Paim Filho, que era negro e muito inteligente. Ao ver que os presos rezavam o terço, um tenente comentou: ‘ué, comunista rezando?’*⁴¹⁹

Noutro depoimento, de Paula Fannin, sobre a prisão de seu pai, denunciado de fazer parte dos Grupos de Onze: *...foram lá em casa, vistoriaram tudo, foram bem grosseiros. Chegaram e entraram sem pedir licença, cuspiram nas paredes... Eram três ou quatro policiais...*⁴²⁰

Eulógio Klush, agricultor, do interior de Gaurama, Vila Tonello, relata os fatos que envolveram sua prisão e de alguns vizinhos:

Eu estava roçando o trigo, vieram e me prenderam, por causa dos Grupos de Onze. Mas eu nem sabia o que era Grupo de Onze.

⁴¹⁵ “Vereador refuta pronunciamento de Deputado Federal”. *A Voz da Serra*. 31 de maio de 1964. Capa.

⁴¹⁶ Depoimento de Paula Fannin Longo, concedido à autora dia 03 de novembro de 2002.

⁴¹⁷ Depoimento de Gelsomino Appi, concedido à autora dia 24 de setembro de 2001.

⁴¹⁸ Depoimento de um indiciado de Gaurama: 21 de junho de 1999. Processo 9.903-209, pleiteando indenização, baseados na Lei 11042 de 18 de novembro de 1997 – Aos cuidados do Escritório de Advocacia de Alvenir de Almeida e Leandro Scalabrim - Erechim

⁴¹⁹ Depoimento de um dos presos por ser membro dos Grupos de Onze, de Gaurama: 01 de novembro de 1999. Processo 6569-1200. Idem.

⁴²⁰ Depoimento de Paula Fannin Longo, concedido à autora dia 03 de novembro de 2002.

Reviraram tudo procurando arma. Eu tinha um canivete. Levaram nós, eu e o vizinho, presos, empurrados a baioneta. Não tinha comida e tínhamos que tomar uma água podre, ninguém podia dormir, era proibido. Algumas das pessoas presas eram surradas. O Gonçalino era muito ruim, dava em cima, empurrava, assim que nem bicho, não tinha conversa: - ‘Mas nós não sabemos de nada, não devemos’. – Mas o que vocês não sabem? Hoje mesmo vão lá tudo pra Cuba.’ Queria mandar a gente com o Brizola. Foi depois de dois dias, daí viram que nós não devíamos nada. Aí tive que pagar eu 1 e 800 e o Alfredo 2 e 500, pro Delegado, que gastou de gasolina. Mas porque vieram nos prender? Pagar a dinheiro, e a piazada em casa passando fome.⁴²¹

Arquimino Assmann, que é uma das pessoas do processo 1.2.102.4.1, SOPS/E, que liderava uma das listas de Grupo de Onze, na localidade de Baliza, em Gaurama, sofreu muito com a prisão. Tanto que chegou a ficar com seqüelas devido aos maus tratos. Posteriormente a família foi indenizada, fato noticiado pela imprensa, pois o caso era bastante conhecido na região:

...ficou preso durante uma semana no presídio de Erechim. (...) Por ser simpatizante de Leonel Brizola, Arquimino gostava de escutar no rádio os discursos políticos e, em sua casa, ele, o irmão, e o vizinho se encontravam para fazer isso. Este fato bastou para serem apontados como articuladores dos ‘Grupo dos 11’ em Balisa (sic.), Gaurama.⁴²²

Arquimino, foi um dos acusados que ficou mais tempo na prisão e sofreu torturas:

*Arquimino ficou preso durante seis dias, queriam obrigá-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão de sua casa. **Ele não tinha armas e não confessou, mas foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina, que caíam sobre a sua cabeça. Também não recebeu comida e nem água. Enquanto esteve preso, a sua casa foi invadida por homens armados, que procuravam por armas.**⁴²³*
(grifos nossos)

Devido as torturas, Arquimino Assmann nunca mais teve uma vida normal. Todo esse sofrimento deixou marcas:

⁴²¹ Depoimento de Eulógio Klush, concedido à autora dia 14 de outubro de 2002.

⁴²² “Viúva de preso político recebe indenização”. *A Voz da Serra*. 27 de maio de 1999. p.9

⁴²³ “Ex-presos políticos pedem indenização”. *Diário da Manhã*. 22 e 23 de agosto de 1998. p.13

*(...) Arquimino ficou quase oito anos sem trabalhar em virtude das seqüelas ocasionadas pela prisão. Ao sair da prisão ele teve de ser internado em um hospital psiquiátrico, não voltando a ter uma vida e convivência normais até sua morte, em 1979.*⁴²⁴ (grifos nossos)

Em Santa Maria, não há nenhum relato de torturas ou maus tratos aos que foram presos em função de sua ligação com os grupos, o que não é o caso de Erechim, onde todas as pessoas relatam que sofreram coações, maus tratos, chegando, como no caso de Arquimino Assmann, a ficar com sérios problemas psiquiátricos, dos quais ele nunca mais se recuperou. Conforme relatos, algumas pessoas morreram poucos meses após as prisões: *Meu marido ficou pouco tempo preso, entrou no sábado e saiu no domingo. Eu não sei se ele fazia parte do Grupo de Onze, mas foi acusado. Ele saiu muito deprimido, muito envergonhado. Ele morreu um mês e uns dias depois disso.*⁴²⁵ Outro caso de tortura foi relatado: *Teve o Dr... de Aratiba, que ofereceu resistência e teve os olhos furados em sessão de tortura.*⁴²⁶ Nilo Copinni conta que um parente de Leonel Brizola, também foi preso e torturado:

*Eu me lembro que quando eu trabalhava em Erechim prenderam um que era primo do Brizola. Enfiaram agulha debaixo das unhas, arrancaram unhas com alicate. Depois ele vinha fazer compras na firma que eu trabalhava com os dedos muito inchados, todo machucado. Tudo por causa do Grupo dos Onze.*⁴²⁷

O Coronel Gonçalves, apontado por algumas testemunhas como “terrível”⁴²⁸, teve sua atuação contestada, conforme notícia publicada, a pedido, pelo jornal *A Voz da Serra*, na contracapa, sob o título *Coronel Gonçalves: PTB pediu abertura de CPI*.

A bancada do PTB, com assento na Assembléia Legislativa resolveu enfrentar os problemas criados pelo Coronel Gonçalves, isto através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. (...) Particularmente na região de Erechim, essas tropelias chegaram a extremos insuportáveis, com a prisão arbitrária de centenas de pessoas mantidas em presídios locais

⁴²⁴ “Viúva de preso político recebe indenização”. *A Voz da Serra*. 27 de maio de 1999. p. 9

⁴²⁵ Depoimento de Edir Rotta, concedido à autora dia 21 de outubro de 2002

⁴²⁶ Depoimento de Carlos Salim, concedido à autora dia 23 de outubro de 2002

⁴²⁷ Depoimento de Nilo Copinni, concedido à autora dia 11 de janeiro de 2003.

⁴²⁸ Depoimento de Sirlei Pavan Carlesso, concedido à autora dia 29 de maio de 2002.

*superlotados, por vários dias e até semanas, sem qualquer formação ou simples indicação de culpa.*⁴²⁹ (grifos nossos)

O PTB exige a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de abusos, ou tropelias, por parte do Destacamento Volante chefiado pelo cel. Gonçalves, pois foram organizados para manter a ordem pública. Na região, porém, estavam praticando irregularidades e violências. Segue a notícia:

*Segundo notícias já do amplo domínio público, ao Municípios de Erechim, Marcelino Ramos, Paim Filho, Getúlio Vargas e outros, o Destacamento Volante sob o comando do Cel. Gonçalves Curio de Carvalho, ao invés de cumprir a missão de manter a ordem pública e assegurar àquelas populações conhecidamente ordeiras e laboriosas, um clima de trabalho e tranqüilidade, implantou ali um regime de prepotência, de desrespeito a lei e às garantias individuais, gerando e levando o pânico às famílias e submetendo-as à vexames e humilhações desagradáveis.*⁴³⁰ (grifos nossos)

Os parlamentares do PTB se mostraram sensíveis aos sofrimentos impingidos aos que eram presos para as averiguações, muitos dos quais seus partidários e pessoas idôneas, que estavam sendo expostas a humilhações públicas:

*Além de outras violências inqualificáveis, modestos agricultores e respeitáveis chefes de famílias foram carregados em caminhões de carga como animais ou malfeitores consumases, exibidos pelas ruas de vilas e cidades, num espetáculo deprimente e desumano, que a ninguém honra e a todos envergonha.*⁴³¹ (grifos nossos)

A CPI chegou a ser instaurada. Conforme notícia veiculada em 30 de agosto de 1964, o deputado Darciilo Giacomazzi, da Bancada Trabalhista na Assembléia Legislativa do Estado, em visita à Erechim, informou que voltaria à cidade como membro da CPI, para apurar *as denúncias de possíveis arbitrariedades que tenham sido cometidas pela força pública.*⁴³²

É no jornal *O Nacional* que se encontram outras notícias sobre a CPI, conforme publicação de 9 de setembro de 1964:

⁴²⁹ “Coronel Gonçalves: PTB pediu abertura de CPI”. *A Voz da Serra*. 25 de junho de 1964. contracapa

⁴³⁰ Idem, ibidem.

⁴³¹ Idem, ibidem.

⁴³² “Comissão Parlamentar de Inquérito em Erechim”. *A Voz da Serra*. 30 de agosto de 1964. Capa.

(...) a partir de hoje terão início, em Erechim, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar o trabalho desenvolvido pelo cel. Gonçalino Curio de Carvalho, comandante dos Destacamentos Volantes da Brigada Militar, que operaram no Norte do Rio Grande do Sul, após o movimento revolucionário de 31 de março (...)⁴³³

Essa Comissão Parlamentar de Inquérito era pluripartidária, sendo formada por todos os partidos que tinham acesso à Assembléia Legislativa. A CPI iniciou seus trabalhos em 9 de setembro e encerrou-os em 13 de setembro de 1964. *O Nacional* publicou:

*Procedente de Erechim, transitou ontem por esta cidade, rumando de regresso, hoje, a Porto Alegre, a Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Poder Legislativo do Estado.(...) Adiantou mais o parlamentar [Gudbem Castanheira, presidente da CPI] que em Erechim foram ouvidas cerca de 46 pessoas, arroladas para deporem no processo instaurado. (...) Caberá, agora, ao relator da CPI fazer pronunciamento, dando parecer em torno as peças contidas no aludido processo.*⁴³⁴

Numa publicação de grande destaque, em 11 de outubro de 1964, no jornal *A Voz da Serra*, sob a manchete *Comandante do Destacamento Volante agradece*, um ofício do cel Gonçalino, onde se despede da população de Erechim e região, com palavras muito elogiosas e sem fazer qualquer menção à CPI.

No *A Voz da Serra* e no *O Nacional* não foram encontradas novas notícias sobre a CPI. Foi localizada no jornal *Zero Hora*, em novembro de 1964 uma publicação: *CPI de Gonçalino: Parecer deverá ser conhecido hoje*:

*O deputado Osmar Laitenschleiger, do MTR, deverá apresentar hoje o seu relatório sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou as denúncias contra os volantes da Brigada Militar, comandados pelo Cel Gonçalino. O relator da matéria, segundo anunciou, pedirá que os autos do inquérito sejam enviados à Justiça Comum, para processar os implicados nas acusações de tropelias contra agricultores. A matéria deverá ser votada em plenário.*⁴³⁵

⁴³³ “CPI instalará hoje seus trabalhos em Erechim”. *O Nacional*. 9 de setembro de 1964. p.4

⁴³⁴ “Ouvidas em Erechim, 46 pessoas arroladas no processo instaurado para averiguar atividades dos Destacamentos Volantes”. *O Nacional*. 14 de setembro de 1964. Capa.

⁴³⁵ “CPI de Gonçalino: Parecer deverá ser conhecido hoje”. *Zero Hora*. 23 de novembro de 1964. p. 5

Não há referências sobre o assunto nos dias seguintes, ficando a sociedade sem informação do que sucedeu com a CPI e se o Cel Gonçalves teve alguma punição. Porém, numa publicação de *O Nacional*, onde o Presidente Castelo Branco, em uma entrevista coletiva à imprensa, se pronuncia sobre os IPMs, nos dá uma idéia do que pode ter ocorrido na CPI de Gonçalves:

*Rio, 30 – O Presidente Castelo Branco concederá uma entrevista à imprensa nacional. (...) Em sua entrevista dirá o Presidente da República que houve alguns excessos na feitura dos IPMs, mas que deve ser reconhecida a pureza dos ideais dos coronéis que os realizaram (...)*⁴³⁶
(grifos nossos)

Presume-se que não houve qualquer punição aos excessos praticados sob o comando do cel. Gonçalves, devido à “pureza dos ideais” de que estava imbuído ao praticar as torturas. Entretanto, a instauração da CPI demonstra que muitos resolveram, apesar da situação de regime militar, denunciar as torturas – ou “tropelias”, como refere a notícia – que sofreram por ordem do referido coronel, que atuou na região de Erechim.

1.2 – AS CONSEQUÊNCIAS DAS PRISÕES

Para um agricultor e sua família, ir para a prisão, ser acusado de comunista, era uma vergonha muito grande que o deixava, aos olhos da comunidade, ao mesmo nível de bandidos, pois afinal, bandido é que vai para a cadeia. Isso modificou a vida das pessoas, que passaram a ser discriminados nas suas comunidades: *Depois que fui preso, a comunidade de Balisa (sic) passou a me discriminar, pois somente ia para a cadeia quem era bandido. Sofri muita discriminação, tanto na igreja como no comércio por ter sido preso.*⁴³⁷ Sirlei Pavan Carlesso conta que: *passamos a ser hostilizados na escola, por meu pai ter sido preso, diziam que éramos filhos de comunista*⁴³⁸ Esse também foi o caso de Silvino Rill:

O meu pai ficou muito chateado, magoado porque diziam que era grupo de comunistas, então ele foi bastante rejeitado na localidade. Na minha

⁴³⁶ “CB explica IPMs à Imprensa”. *O Nacional*. 30 de outubro de 1964. Capa.

⁴³⁷ Depoimento de Eulógio Klush, concedido à autora em 14 de outubro de 2002.

⁴³⁸ Depoimento de Sirlei Pavan Carlesso, concedido à autora em 29 de maio de 2002.

escola o comentário era bastante, porque o meu pai, tido como uma pessoa de bem, de repente foi acusado de fazer parte de um grupo de comunistas. Diziam pra mim: ‘Ah, esse aqui é um filho de comunista, filho também faz parte do comunismo.’ Faziam piadinhas.⁴³⁹ (grifos nossos)

Segundo a análise do ex-prefeito de Paim Filho, não era possível ser comunista nas cidades do interior: *O que levou a tudo isso foi o medo do regime comunista, mas imagina colonos, tendo um padre comandando tudo... comunismo pra eles era coisa do diabo. Tu sabes que o poder absoluto era o padre, a Igreja...*⁴⁴⁰

Conforme esse mesmo depoimento, curiosamente, os comunistas eram menos perseguidos do que os brizolistas participantes dos grupos:

E aqueles que eram comunistas mesmo... tinha um núcleo do partido em Erechim. Daí eles se apresentaram para o coronel Gonçalves para serem presos, por profissão de fé, era a glória para eles serem presos e..., não foram: ‘Não, vocês não. Nós temos que perseguir o perigoso grupo do Brizola, o Grupo dos Onze...’⁴⁴¹

Nessa visão, os grupos eram considerados mais perigosos que os núcleos do próprio partido comunista, apesar de ter sido o anticomunismo o principal fator desencadeador do golpe militar de 1964. O perigo imediato era representado por Brizola e pelos “famigerados e perigosos” Grupos de Onze, por isso toda a repressão recaiu sobre cima deles.

Algumas pessoas perderam seus empregos, como verificamos no ofício 219/64, dirigido ao Sr. Delegado Regional de Ensino, levando ao seu conhecimento que o professor contratado (...) organizou lista dos Grupos de Onze e tomou interesse em redigi-las; outro ofício dirigido ao Sr. Agente do IAPC, denuncia que (...), estabelecidos com escritório contábil em São Valentim, arrecadadores dessa agência, organizavam listas e atas dos chamados Grupos de Onze ⁴⁴², recomendando que se tomassem as devidas providências. Outros, que possuíam mandatos políticos, perderam-nos, fatos noticiados pela imprensa local. *A Voz da Serra* do dia 10 de maio de 1964 publica: *Regional científica o Legislativo*

⁴³⁹ Depoimento de Silvino Rill, concedido à autora em 21 de outubro de 2002.

⁴⁴⁰ Depoimento de Carlos Salim, prefeito de Paim Filho na época do Golpe de 1964, concedido à autora dia 23 de outubro de 2002.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² SOPS/E – 1.2.99.4.1- Comissão...op. cit.

da detenção de Vereador, onde é relatado a prisão do vereador Jofre Lourau: *Levo ao seu conhecimento que em data de ontem ficou positivada a ação do Vereador JOFRE LOURAU, como membro atuante do chamado 'GRUPO DOS ONZE'*⁴⁴³ Numa notícia de capa e de grande destaque, o mesmo jornal publica dia 12 de maio de 1964: *Vice-Prefeito de Erval Grande perde mandato:*

*(...)Considerando a participação criminosa de membros do Governo Municipal nos referidos Grupos, conforme ficou amplamente comprovado nas sindicâncias procedidas pelas autoridades militares (...) Fica decretada a perda dos mandatos do Vice-Prefeito e vereador Valter Luis Moro, do vereador Arlindo Coppi e o impedimento do suplente Adão Antunes dos Santos.*⁴⁴⁴

Essa situação também ocorreu em São Valentim, onde os vereadores que estavam envolvidos perderam seus mandatos, conforme já foi relatado no capítulo anterior.⁴⁴⁵

Conforme depoimento de testemunha, houve prejuízos nesse sentido, também em Santa Maria:

*sabe-se também que na Loja Baptista apareceu esta lista, esta loja hoje não existe mais, na qual uma balconista assinou. Esta moça, balconista, por várias vezes foi retirada de seu trabalho para investigações, onde foi prejudicada no exercício de seu trabalho nesta loja, onde ocorreu sua demissão.*⁴⁴⁶

Ter o nome nas listas trouxe dissabores não só aos envolvidos, mas também aos seus familiares. O caso de Arquimino Assmann é o mais ilustrativo:

Um dia, Arquimino foi chamado à Delegacia de Polícia de Gaurama, onde foi detido e trazido ao presídio de Erechim, De sua casa, os filhos pequenos viram quando o pai passou pela estrada e nem sequer dirigiu-lhes a palavra. Eles correram contar para a mãe, grávida, que ficou à sua espera, sem saber se ele voltaria um dia.(...) Depois ele foi internado no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre. Durante os seis meses que ficou lá, sua esposa, Vitória, teve de vender a criação de suínos e as cabeças de gado para sustentar os filhos. Ela lavava roupa

⁴⁴³ “Regional científica o Legislativo da detenção de Vereador”. *A Voz da Serra*. 10 de maio de 1964. Capa.

⁴⁴⁴ “Vice-Prefeito de Erval Grande perde mandato”. *A Voz da Serra*. 12 de maio de 1964. Capa.

⁴⁴⁵ Página 118, no capítulo “A imprensa e os Grupos de Onze”.

⁴⁴⁶ E32 – Pasta 2 – Laboratório de História Oral - UNIFRA

*para fora e ainda trabalhava na roça, teve que sustentar os filhos sozinho*⁴⁴⁷

Silvino Rill relata a reação de sua família:

*...aquele dia meu pai tinha carneado um suíno, teve que interromper tudo, deixar para a família se virar e o levaram. O desespero da minha mãe e dos meus irmãos menores era grande, porque a gente sabia de outros que tinham sido presos e não retornaram. Foi um desespero muito grande...*⁴⁴⁸

Darci Baccin, que na época da prisão do pai tinha apenas onze anos, conta que sofreu muito ao ver o pai ser preso:

*...fiquei quase louco ao vê-los levando meu pai, todos aqueles capacetes... Comecei a chorar, fiquei desesperado. Pensei que iam matar meu pai, que ele não voltava mais. Eu estava brincando no barro, e fui pra cama, debaixo das cobertas, fiquei chorando.*⁴⁴⁹

Ou ainda, como conta Paula Fannin: *meu pai nunca mais ficou bom, só vivendo em médico depois, minha mãe sofreu muito, nós também...* Isso tudo pelo crime de ter assinado a lista dos Grupos de Onze. Assinaram, esperando melhorias e não luta, menos ainda prisão ou morte. Na visão do ex-prefeito de Paim Filho: *Brizola pedia apoio. Os colonos, humildes, crédulos, assinaram enganados, esperando ganhar terras benéficos... o que não havia...*⁴⁵⁰

O envolvimento com os Grupos de Onze marcou profundamente a vida das pessoas: prisões, casas revistadas, vergonha e discriminação por parte dos vizinhos, fizeram com que muitos tivessem depressão, se tornassem taciturnos e não esquecessem mais os acontecimentos: *Meu pai, quando voltou, estava bastante desesperado por ter sido preso,* nos conta Silvino Rill; Paula Fannin Longo declara: *Meu pai ficou muito abalado depois da prisão, depois disso ele nunca mais ficou bom, deu depressão, deu úlcera... tanto que o dr. Amauri deu atestado como foi disso que ele ficou doente, deu até esclerose...*⁴⁵¹ Iracema

⁴⁴⁷ “Ex-presos políticos pedem indenização.” *Diário da Manhã*. 22 e 23 de agosto de 1998. p.13

⁴⁴⁸ Depoimento de Silvino Rill, depoimento concedido à autora em 21 de outubro de 2002.

⁴⁴⁹ Depoimento de Darci Baccin, concedido à autora em 11 de janeiro de 2003.

⁴⁵⁰ Depoimento de Carlos Salim, concedido à autora em 23 de outubro de 2002.

⁴⁵¹ Depoimento de Paula Fannin Longo, concedido á autora em 03 de novembro de 2001.

Baccin relata: *Meu pai, depois que saiu da prisão ficou muito triste, depressivo. Ficava horas e horas sem falar nada, sem se mexer.*”⁴⁵²

1.3 – O ENVOLVIMENTO DA IGREJA

A maioria das pessoas foram presas era pelo fato de seus nomes constarem nas listas enviadas à Mayrink Veiga, outras porém, devido à denúncias. Algumas alegam terem sido denunciadas pelos padres das localidades, visto que a Igreja sempre se posicionou contra a formação dos Grupos de Onze: *Diz que o padre nos denunciou. Mas eu não era comunista, era católico, estava sempre na igreja, conta Eulógio Klush; Carlos Salim conta que o padre, que era meu amigo, saíamos juntos, ele me ensinava a rezar – dizia que eu tinha que rezar - me denunciou. Depois me pediu desculpas, disse que foi pressionado, que fez besteira. Acho que queria aparecer para os militares.*

No jornal *A Voz da Serra*, consta a publicação de um ofício do Delegado Regional de Polícia, Carlos Reverbel dirigido ao Monsenhor Paulo Chiaramonte – de Severiano de Almeida – em resposta a uma solicitação do membro do clero ao citado delegado, para que faça esclarecimentos quanto ao seu depoimento:

Em atendendo a solicitação feita por Vossa Senhoria, informo-lhe de que um ofício(...) enviado ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores deste Município, posteriormente divulgado pelo jornal “A Voz da Serra” para evitar possível atribuição de denúncia feita a esta Regional por parte de Sua Revma., como denunciante dos Grupos dos 11, devo esclarecer que não houve, por parte de Vossa Senhoria, qualquer denúncia, mas a meu pedido, fez um depoimento nesta Regional, onde condenou a referida organização, informando também que os componentes assinaram aquele expediente de boa fé.⁴⁵³

Essa notícia demonstra como houve uma desconfiança por parte dos indiciados que as denúncias partiam da Igreja, algumas dessas desconfianças comprovadas, como no caso de Carlos Salim. Demonstra, também, que a Igreja estava preocupada com sua imagem, solicitando então esclarecimentos ao delegado regional. Essa desconfiança em relação aos padres, poderia ter partido do fato de a Igreja posicionar-se contra a formação

⁴⁵² Depoimento de Iracema Baccin. Concedido à autora em 11 de janeiro de 2003

⁴⁵³ “Não houve denúncia.” *A Voz da Serra*. 19 de maio de 1964.

dos grupos, como se observa no depoimento de um dos indiciados de Mariano Moro: *o padre avisava na Igreja para não assinarem as listas dos Grupos de Onze, por isso não surgiu novos grupos em Mariano Moro, mas tinha gente interessada.*⁴⁵⁴ Inclusive os padres eram chamados a prestar depoimentos, como foi o caso do pároco de Severiano de Almeida e do pároco de Mariano Moro. Se houvesse comunistas na localidade, certamente seria de conhecimento do padre. Parte de um desses depoimentos foi publicado pelo periódico *A Voz da Serra*:

*A organização referida [os Grupos de Onze] como muito bem acentua o Monsenhor Paulo Chiaramonte, no seu depoimento prestado a esta Regional: 'que considerava aquele movimento prejudicial, nocivo ao meio colonial.'*⁴⁵⁵

A Igreja também se mobilizou em defesa de muitos dos indiciados, buscando interceder a favor deles, afirmando que não eram comunistas e trazendo notícias aos familiares. Conforme depoimento de Valentina Baccin, cujo marido foi preso por organizar lista de Grupos de Onze: *Quem foi lá libertar eles foi o padre Angelo, dizer que não eram comunistas, que aqui não tinha ninguém comunista.*⁴⁵⁶ Edir Rotta também conta que houve uma intervenção favorável por parte do padre: *O padre Lise foi lá na prisão tirar meu marido, dizer que ele não era comunista.*⁴⁵⁷

Desse modo, muitas pessoas que assinaram as listas para comporem os Grupos de Onze, viram-se envolvidas com a polícia, sendo tratadas como criminosos. As propaladas Reformas de Base nunca chegaram a se concretizar e a esperança de ver, finalmente, uma reforma agrária beneficiando os agricultores da região, revelou-se vã. Aos indiciados, restou a vergonha de uma prisão e da acusação de comunismo, que não sabiam estar “trazendo” ao Brasil.

Concluindo, os Grupos de Onze foram formados dentro de um contexto político já radicalizado, e vieram contribuir para aumentar esse clima de radicalização. Foram vistos pelas classes conservadoras e pelos militares conspiradores como uma prova da ameaça comunista que estaria invadindo o Brasil e utilizados para justificar a revolução. Depois do golpe, o alarde sobre os grupos foi ainda maior do que na fase anterior, procurando

⁴⁵⁴ SOPS/E – 1.2.98.3.1

⁴⁵⁵ *A Voz da Serra*. 10 de maio de 1964. Capa.

⁴⁵⁶ Depoimento de Valentina Baccin, esposa de Ítalo Baccin, de Campinas do Sul. Concedido à autora em 11 de janeiro de 1964.

⁴⁵⁷ Depoimento de Edir Rotta, concedido à autora em 21 de outubro de 1964.

demonstrar como as Forças Armadas estavam com a razão e como esses famigerados grupos eram perigosos.

Apesar de todo esse alarde, as investigações não conseguiram comprovar nada contra os referidos grupos, como pode ser verificado pela notícia publicada pelo *O Correio do Povo*, citada no capítulo III, onde a Justiça Militar declara que os Grupos de Onze não configuram crime contra a segurança nacional.

Visando a desmantelar esses perigosos grupos, veio atuar em Erechim o Coronel Gonçalino com efetivo volante da Brigada Militar, onde efetuaram cerca de 200 prisões. A maioria dos presos eram agricultores que ficaram de três a cinco dias no cárcere, sendo, em seguida, obrigados a apresentarem-se na delegacia, semanalmente ou mensalmente, durante um período desconhecido, pois não se encontrava especificado nem pelos documentos nem pelas testemunhas. Provavelmente, tal período durou até meados de outubro, quando o Ato Institucional nº 1 perdeu o vigor. Essas apresentações acarretavam grande custo material e psicológico para as pessoas envolvidas. Durante o tempo em que ficaram presas, sofreram maus tratos chegando, muitas vezes, a ser torturados para confessar “os planos de guerrilha dos Grupos de Onze”, a respeito dos quais não tinham conhecimento.

CONCLUSÃO

Os Grupos de Onze, formados no período entre o final de 1963 e o início de 1964 sob a liderança de Leonel Brizola, foram um fenômeno de curta duração. No entanto, sua formação teve grande repercussão política e povoou o imaginário da sociedade brasileira. Vistos como grupos paramilitares prontos para deflagrar a guerra revolucionária e instalar o comunismo no país, foram alvos de denúncias, perseguições e prisões.

O clima de Guerra Fria e a Revolução Cubana foram fatores que contribuíram para que o sentimento de anticomunismo, já existente no país, fosse acentuado. Sentimento esse, também agravado pelas atitudes do governo João Goulart, que se mostrava favorável a uma maior participação política dos trabalhadores e objetivava executar as chamadas Reformas de Base. Crendo que a realização dessas reformas diminuiria alguns de seus privilégios, os grupos conservadores mobilizaram-se contra o governo. Para tanto, hastearam a bandeira do anticomunismo, atribuindo às manifestações populares em prol das reformas a pecha de manifestações comunistas.

A imprensa destacou-se neste processo, sendo que notícias do avanço comunista – do qual os Grupos de Onze seriam a prova concreta – ocupavam constantemente as páginas dos jornais. Era uma tentativa, que se revelou bem sucedida, de criar uma representação de que a guerra revolucionária estava em curso e que o comunismo havia irremediavelmente se infiltrado em entidades como os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas, os Grupos de Onze e outras organizações de esquerda. A grande imprensa preocupou-se, inclusive, em cobrar punições aos participantes dos Grupos. Na fase posterior ao golpe militar, publicou-se grande número de notícias que apresentavam as “provas da subversão”, retratando a importância política que eles haviam adquirido.

Nesse momento, todas as questões eram colocadas e debatidas como sendo democracia versus comunismo, dando a entender, para a sociedade, que a realização das reformas significava perda da democracia e que a pressão para a realização das mesmas era o avanço do comunismo. De acordo com essa visão, lutar contra as Reformas de Base seria

defender a democracia e, desejar que uma parcela maior da população tivesse acesso à terra e a uma vida melhor, o avanço do comunismo. Conforme Rodrigo Patto de Sá Motta: *A oposição entre 'comunismo' e 'democracia' foi outro elemento marcante no conjunto de representações do período.*⁴⁵⁸

Ele ainda explica que:

*Em grande medida, 'democracia' não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. (...) Aliás, a falta de compromisso da frente anticomunista com a democracia efetiva ficou patente nas características adotadas pelo regime político derivado do movimento de 1964. (...) Alguns setores consideravam 'democracia' mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, a partir do pressuposto de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada.*⁴⁵⁹

O momento era de intensa disputa pelo poder e o conceito de democracia era deliberadamente manipulado a fim de representar a luta pela manutenção dos privilégios dos grupos dominantes.

A figura de Leonel Brizola, defendendo ferrenhamente a realização da reforma agrária e fazendo constantes ataques ao imperialismo americano, lançou maiores desconfianças dentro de uma sociedade já desorientada. Neste momento, a criação dos Grupos de Onze intensificou o processo de radicalismo político e propiciou aos conservadores a munição ideológica que lhes faltava, a prova definitiva de que o comunismo estaria invadindo o país.

O discurso conservador intitulava de comunista toda a esquerda radical e vinculava as Reformas de Base ao comunismo, procurando, assim, barrar sua aprovação. Leonel Brizola, não acreditando que o Congresso votaria a realização das reformas, lançou mão da mobilização popular, agora sob a forma dos Grupos de Onze. Entusiasmado com o resultado da crise da Legalidade, contava, ilusoriamente, com uma nova mobilização, capaz de pressionar o Congresso e persuadir o presidente a ignorar a autoridade do Congresso, caso fosse necessário, conseguindo, assim, a efetivação das Reformas de Base.

⁴⁵⁸ MOTTA, op. cit. p. 247.

⁴⁵⁹ Idem, p. 248.

Os meios usados na articulação dos Grupos de Onze seguiram um esquema semelhante ao que já havia dado certo no episódio da Legalidade: o chamamento radiofônico. O contato com o povo foi um artifício utilizado por Leonel Brizola desde sua gestão como prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e, posteriormente, deputado federal. Exatamente por ter obtido sucesso na Legalidade, angariou fama de “herói” e, ainda, possuía um carisma que convencia multidões. Lançando mão de uma retórica um tanto agressiva, Brizola mobilizou grande contingente de pessoas, que acompanhavam suas pregações antiimperialistas e sua campanha pelas Reformas de Base. Portanto, é perfeitamente compreensível o fato de ter encontrado pronta receptividade ao realizar o chamamento para a formação dos Grupos de Onze.

Esses Grupos, formados abertamente e amplamente divulgados pela rádio e pela imprensa, suscitaram as mais diversas reações: para uns, autênticas células comunistas, grupos revolucionários que estariam prontos para instalar o comunismo no país; para outros, grupos nacionalistas para a defesa da pátria e para a realização das Reformas de Base; para outros, ainda, uma forma de receber terras, tratores, sementes e ajuda do governo.

Dentro desse imaginário, os grupos conservadores preocuparam-se em denunciar e combater os Grupos de Onze, utilizando-se da grande imprensa e, inclusive, munindo-se de armamentos para enfrentá-los, como foi denunciado por Bilac Pinto, que afirmou que a guerra revolucionária estaria em curso no Brasil.⁴⁶⁰

⁴⁶⁰ Bilac Pinto, presidente da UDN, fez um discurso denunciando que a guerra revolucionária estaria em curso no Brasil, fazendo um “apelo às armas”: “O apelo às armas do sr. Bilac Pinto se objetivaria assim, em providências que dariam amplitude nacional aos núcleos de resistência civil que o sr. Ademar de Barros e outros dirigentes políticos têm constituído em São Paulo. Áreas vizinhas a São Paulo seriam imediatamente abrangidas pela formação de grupos de resistência, que seriam de certa forma a resposta adequada aos “grupos de onze” que se constituem em todo o país por recomendação do sr. Leonel Brizola”. (p. 167) “Depois de sua denúncia sobre a guerra revolucionária, o sr. Bilac Pinto foi procurado em Brasília por civis do interior de Minas e Goiás, inclusive prefeitos municipais, que lhe pediram instruções sobre organização de grupos de resistência e meios de adquirir armas.” (p.171) CASTELLO BRANCO, op. cit. O general Humberto Alencar Castello Branco, ao empossar-se na Chefia do Estado-Maior do Exército condenou os oportunistas reformistas que, segundo ele, pretendiam substituir as Forças Armadas por milícias populares de ideologia ambígua. Era uma alusão aos grupos dos onze. Naquele momento, no entanto. Não era a esquerda que organizava milícias. (...) A direita, sim, formava organizações paramilitares, dentro de uma estratégia de guerra civil, a fim de fomentar arruaças, dissolver comícios, promover sabotagens e até desencadear guerrilhas, se dispusessem a sustentar a implantação de uma República Sindicalista no Brasil, propósito este que se atribuía a Goulart. Elementos vinculados ao Marechal Odílio Denis armavam os fazendeiros, no sul dos país, e mesmo o Almirante Sílvio Heck fazia no Estado do Rio de Janeiro e em Minas Gerais, distribuindo petrechos bélicos, conseguidos através do governador de São Paulo, Ademar de Barros, e do Jornalista Júlio Mesquita Filho, diretor de *O Estado de São Paulo*. Em vários pontos do território nacional havia campos de treinamento para guerrilha, montados, clandestinamente, pelos militares que conspiravam contra o governo de Goulart, desde 1961. BANDEIRA, op. cit.

Os seguidores de Brizola, procuraram formar a maior quantidade possível desses Grupos, utilizando-se dos mais variados expedientes: colocavam o nome de pessoas idosas e até de crianças nas listas, convenciam vizinhos e conhecidos a participarem. Formar os Comandos Nacionalistas solicitados por seu líder tornou-se uma obrigação.

A época era de intensa participação política das massas populares, e a questão da realização das Reformas de Base, entre elas a polêmica reforma agrária, era acompanhada e debatida em todos os recantos do país. Para isso, Leonel Brizola contribuía muito através de seus programas no rádio, acompanhados por milhares de pessoas em todo o Brasil. Utilizando uma linguagem simples, traduzia para o povo os principais problemas do país e travava uma intensa campanha antiimperialista. Brizola também se apropriou do *slogan* de Francisco Julião “*Reforma Agrária na lei ou na marra*”. Como essa questão da distribuição de terras mobilizava os mais diversos setores da sociedade, as palestras de Brizola eram acompanhadas por grande parte da sociedade e contribuía para aumentar o grau de politização da população, ampliar a discussão a respeito do assunto e da conseqüente mobilização, contra ou a favor.

As pesquisas apontam para uma atitude defensiva, quando da formação dos Grupos de Onze: deveriam sustar o golpe direitista que estava sendo tramado. Essa posição evidencia-se nas palestras de Leonel Brizola, encontra-se na Cartilha para a Formação dos Grupos de Onze Companheiros e aparece em vários depoimentos. Tanto naqueles que foram dados pelos organizadores dos grupos: Brizola, Paulo Schilling, Neiva Moreira, Cel. Emílio J. P. Neme, quanto aqueles que constam nos IPMs. A “defesa da Pátria” ou a “defesa da bandeira brasileira” são apontadas, pelos que formaram os Grupos na região estudada, como um dos objetivos da formação dos Comandos Nacionalistas. Contudo, o golpe militar realizou-se antes do esperado e os Grupos não estavam sequer organizados, não esboçando, assim, nenhuma reação de resistência. Porém, pode-se inferir que, se o presidente João Goulart tivesse optado por resistir ao golpe, muitos o apoiariam e lutariam por ele, fazendo parte dos Grupos de Onze ou não, e, certamente, muitos dos que faziam parte dos Grupos, pegariam em armas para a resistência ao golpe.

Outro objetivo declarado dos Grupos de Onze era a pressão para a realização das Reformas de Base, tanto que o argumento usado para convencer as pessoas a assinarem as listas era exatamente a distribuição de terras, a ajuda do governo para a agricultura. Interessadas em ajudar Leonel Brizola na sua luta pela reforma agrária e mais ainda em

receber a ajuda que entendiam que adviria do fato de formarem os Grupos e enviarem as listas para a Mairynk Veiga, as pessoas assinavam. Entretanto, nem todos compreenderam a necessidade de lutar para que isso ocorresse. Os discursos de Brizola deixavam claro que haveria luta, sem, no entanto, explicar que forma de luta se poderia esperar, uma nova Legalidade talvez. Percebe-se a grande distância entre o líder e os liderados, que ingenuamente buscaram formar os Comandos Nacionalistas. O entendimento é que não seria para luta armada, mesmo porque os Grupos de Onze não receberam armas nem treinamento para tanto. Tudo era realizado na base da espontaneidade, de uma forma muito ingênua, acreditando que as tais reformas aconteceriam pelo envio das listas e pela boa vontade dos políticos. Afinal, nada precisavam temer, pois até o presidente João Goulart as apoiava.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato dos Grupos de Onze possuírem um fim político partidário. Brizola pretendia formar núcleos partidários sob sua exclusiva liderança para uma futura candidatura à presidência, o que era um objetivo claro, pois somente assim poderia realizar um programa reformista e barrar o imperialismo. Paulo Schilling, um dos seus principais assessores, apresenta essa afirmação: *Continuava faltando, porém, o fundamental: um movimento de massas que com base na ideologia do nacionalismo popular-revolucionário, se estruturasse num partido revolucionário.* Segue Paulo Schilling *A partir do movimento de massas constituído pelos “Grupos de Onze”, pensava-se organizar numa segunda etapa o partido revolucionário, já então considerado indispensável por Brizola.*⁴⁶¹ Portanto, não se tratariam de grupos para a suposta revolução comunista, mas o início de uma estrutura partidária para dar apoio a Brizola e, talvez, conduzi-lo à presidência onde poderia realizar um governo reformista, o que já seria muito “revolucionário” para a época. Mesmo porque, não se pode atribuir a Leonel Brizola a intenção de uma revolução comunista, visto que em nenhum momento se posicionou contra a propriedade privada. Era grande proprietário e no tempo em que foi prefeito de Porto Alegre e/ou governador do Rio Grande do Sul buscou realizar reformas, porém dentro do sistema capitalista⁴⁶². Poderia ser acusado de golpista, devido suas constantes incitações

⁴⁶¹ SCHILLING. op. cit. p.243

⁴⁶² “Para ele [Brizola] as reformas viriam: democraticamente ou via insurreição popular. Mas seriam reformas dentro do sistema capitalista. Muitos procuraram taxá-lo – como elogio ou impropério – de comunista ou, no mínimo, socialista. Brizola defendeu sim “soluções de cunho nitidamente socialistas”, isto é, socializantes. Contudo, como afirmou Paulo Francis, “Nunca propôs a socialização dos meios de produção, o que o *sine qua non* de qualquer proposta socialista” (in: *Folha de São Paulo*, 13.8.1978). LABAKI, op. cit.

para que Goulart passasse por cima da autoridade do Congresso Nacional e promovesse a efetivação das Reformas de Base apenas via decreto do Poder Executivo, e sua pressão para a realização da Reforma Agrária era muito incisiva, porém de cunho capitalista. Buscava sim uma forma de chegar à presidência do país. Os Grupos não foram armados, nem preparados para uma resistência ao golpe. Pode-se notar, através dos depoimentos, que muitos dos que tinham assinado as listas na região estudada não iriam aderir à luta armada, pois eram pacíficos colonos, sem qualquer interesse ou preparo para um levante armado.

No entanto, o entusiasmo pelo sucesso da Legalidade – e a conseqüente supervalorização da mobilização popular – influenciou não somente Leonel Brizola, mas também grande parte da população. Muitos dos que aderiram aos Grupos tinham uma disposição de luta, afinal, apenas dois anos e alguns meses antes, essa mobilização popular garantiu a posse de João Goulart na presidência. Essa leitura particular do episódio vai influenciá-lo quando da formação dos Grupos de Onze. Contava com a pressão popular para forçar a votação das reformas, porém, a pressão popular não bastava. O momento político era outro, as forças conservadoras, militares e civis, encontravam-se coesas e os que outrora eram os defensores da legalidade, agora eram apresentados como os que queriam destruí-la.

O fato dos Grupos de Onze serem divulgados pela Mayrink Veiga em rede nacional teria sido uma estratégia para assustar os militares, conforme depoimento de José Bica Larré. Trata-se de uma hipótese ser considerada, pois ao demonstrar uma grande quantia de grupos organizados, que *defenderiam a Pátria*, e contar com adeptos dentro das próprias Forças Armadas, estaria dando o recado de que, caso houvesse golpe, haveria uma nova Legalidade. Se essa era a intenção de Brizola, o efeito foi justamente o contrário e esse alarde todo em torno dos Grupos de Onze ajudou a classe média, indecisa, a apoiar os golpistas, pois passou a crer que realmente o tão temido e incompreendido comunismo estava invadindo o Brasil.

Apesar de alguns organizadores dos Grupos apresentarem uma disposição particular para luta armada, sabe-se que nem mesmo esses tiveram qualquer treinamento ou instrução estratégica que os habilitasse.

p. 68. “Seu discurso conscientizava e mobilizava os ouvintes. Por isso foi rotulado como “revolucionário”, mas o termo mais adequado para caracterizar sua figura política parece-me “reformista”. Leonel Brizola queria reformas, elas poderiam e deveriam emanar do Congresso ou do Executivo; se recorreu ao povo foi como forma de pressão a estes dois Poderes.” RUAS, op. cit. p. 83.

No caso específico desta pesquisa, os Grupos investigados foram constituídos na maioria de agricultores das pequenas cidades e vilas da Região Alto Uruguai e revelaram total desconhecimento da situação política do país. Mesmo naqueles em que os líderes exerciam uma atividade política na zona urbana, como nos casos de São Valentim, Eralv Grande e Mariano Moro, a maioria das listas compunha-se de agricultores, visto que o apoio à reforma agrária – a qual era amplamente propalada por Brizola – mobilizou o meio rural da região, constituído de pequenos proprietários e agregados. Portanto, podemos afirmar que estavam ignorantes quanto a possibilidade de luta armada ou qualquer ação nesse sentido. A maioria dos que assinaram as listas o fizeram porque alguém de confiança, com uma certa projeção na localidade, solicitou e, mesmo os que organizaram as listas, tinham a idéia de que estariam ajudando a realizar a reforma agrária, o que era de seu interesse.

O fato de Brizola ter realizado um governo de cunho reformista, atendendo a uma gama de necessidades da população, e levantado-se contra os ministros militares quando da renúncia de Jânio Quadros, o que permitiu a posse de João Goulart, fazia dele uma espécie de herói, que era seguido sem discussões. Mesmo quando acusado de comunista pela imprensa, esse fato não repercutia junto à gente simples que o ouvia. A maioria não lia os jornais e, por serem brizolistas, acompanhavam regamente os pronunciamentos de seu líder pelos programas de rádio.

O baixo nível de alfabetização do povo – situação que caracterizava a Região Alto Uruguai – também contribuía para essa disposição crédula de atender aos chamamentos de Brizola sem questionamentos ou críticas. Ao mesmo tempo, queriam participar da política do país: se era importante formar os Grupos para que as Reformas de Base se efetivassem, não se omitiriam. Muitos, espontaneamente, apenas por ouvir no rádio, saíam de casa em casa, que no caso das áreas rurais, os vizinhos podem estar a quatro, cinco, ou mais, quilômetros de distância, a pé ou a cavalo para obter os onze nomes necessários para as listas. A respeito do comunismo, nada conheciam; de uma possível guerra revolucionária, muito menos. Sequer sabiam que a Revolução Cubana havia acontecido. Entretanto, para eles, Leonel Brizola era muito presente e estava atuando para um Brasil melhor, um país ao qual eles aspiravam. A grande maioria compunha-se de católicos praticantes, não tendo consciência de que estavam sendo acusados de comunistas, o que a maioria entendia ir contra os preceitos da Igreja. Como não liam jornais e não tinham acesso a outros meios de

comunicação, não acompanhavam, por inteiro, o desenrolar da crise política que assolava o país. Por isso mostraram-se surpresos e assustados com a acusação de comunismo, desconhecendo o porquê das prisões que vieram com o golpe militar.

As listas apreendidas na Mairynk Veiga, e denúncias, foram o indicativo de onde estavam os “revolucionários”. Era necessário que eles fossem punidos. Os integrantes foram presos, vítimas de humilhações e, em alguns casos, até mesmo de torturas. As casas, vasculhadas em busca de armas que não existiam. Os registros mostram que foram encontradas apenas as espingardas de caça, utilizadas pelos colonos, contrariando as expectativas de que os Grupos de Onze estavam fortemente armados. As prisões e os maus tratos impingidos sobre os envolvidos com os Grupos na Região Alto Uruguai podem ser explicados pelo fato do relevo da região ser bastante dobrado, contribuindo para facilitar táticas de guerrilha, se fosse o caso de organizar grupos de resistência ao golpe.

Tachados de perigosos, comunistas, famigerados, revolucionários, revelaram-se inofensivos. Inocentes que, dentro de um clima de insegurança, contribuíram, sem o saber, para que o enfrentamento entre forças radicalizadas se acentuasse, servindo de pretexto para a derrubada de um governo inclinado a realizar reformas.

Observou-se que a imprensa local, em consonância com a nacional, retratou os Grupos de Onze como Grupos subversivos revolucionários, sendo que houve, por parte do *A Voz da Serra*, uma ampla cobertura da ação do Destacamento Volante, destinando a combater os Grupos de Onze, abrindo grande espaço para os pronunciamentos do cel. Gonçalino Curio de Carvalho.

Os Inquéritos Militares nada apresentaram que pudesse comprovar que os Grupos de Onze representassem um perigo para o país, nem que justificasse seu enquadramento no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional. Os pareceres finais da Justiça, os inocentaram. Mesmo assim, continuaram sendo vistos como subversivos comunistas, o que pode ser verificado na literatura, principalmente aquela produzida pelos militares, que continuou tratando-os como grupos revolucionários prontos a desencadear a revolução comunista no Brasil.

As entrevistas revelaram que o envolvimento com os Grupos de Onze foi um fato que marcou negativamente os envolvidos. Além do sofrimento físico – na região Alto Uruguai foram relatados muitos casos de torturas – o sofrimento psicológico e moral foi intenso. A incidência de casos de pessoas acometidas de depressão logo após a saída da

prisão foi relatada em todos os depoimentos. Muitos dos que estiveram presos vieram a falecer em poucos anos devido a doenças desencadeadas pelo forte estado depressivo, como foi demonstrado nos depoimentos de Paula Fannin Longo, Sirlei Carlesso e Iracema Baccin. O caso de Arquimino Assmann ficou muito conhecido na região, por ter resultado em sérios problemas psiquiátricos até sua morte. As torturas praticadas no Alto Uruguai foram denunciadas à Assembléia Legislativa, por deputados do PTB, e ocasionaram a instauração de uma CPI para averiguar as “tropelias” que estariam sendo praticadas pelo cel. Gonçalino, da qual não se conseguiu saber o resultado. Presume-se que não houve nenhuma punição, pois, conforme declarou o presidente Castelo Branco, eles estavam imbuídos de “pureza de ideais revolucionários”.

Os depoimentos foram marcados por forte emoção, com visível sofrimento ao rememorar os acontecimentos relacionados aos Grupos de Onze, que até hoje são vistos de forma negativa. Alguns entrevistados relataram que os que haviam sido presos eram vítimas de discriminação ao retornarem às suas comunidades. Passaram a ser vistos e apontados como comunistas, o que causou constrangimentos extensivos aos seus familiares.

O processo de repressão desencadeado sobre os Grupos de Onze, e que permaneceu em vigor durante o período da ditadura militar, provocou temor e forte resistência, por parte dos envolvidos e de outros que acompanharam os acontecimentos, a participar de sindicatos ou de qualquer movimento reivindicatório. Alguns dos familiares de membros de Grupos entrevistados manifestaram uma aversão a Leonel Brizola, visto ter sido ele o causador de tantos dissabores. Muitos demonstram, até hoje, vergonha e medo de falar sobre os Grupos de Onze.

Nem reforma agrária, nem sementes, nem tratores, nem ajuda do governo. Em vez disso perseguições, prisões, torturas, humilhações, vergonha, desonra. Crime: ter participado dos Grupos de Onze Companheiros.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de (e outros). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. v. I, II e IV. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BACKZCO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. V.5.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BANDEIRA, Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BARROS, Edgar Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1999.
- BARBOSA, Marialva. “Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades.” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MORESL, Marco (org.). *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 87-92.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicalismo em São Paulo – 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BIASOLI, Vitor Otávio F. *O Grupo dos Onze Companheiros*. Comunicação apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH. 8 a 11 de setembro de 1998, PUC/SP. (mimeo.)
- BOBBIO, Norberto e outros. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

BORIS, Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

BRASIL nunca mais.. Petrópolis: Vozes, 1985

BRIZOLA, Leonel. *Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”* Defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro. Reformas imediatas. Libertação Nacional. Rio de Janeiro, 1963 – Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47

BRUIT, Hector H. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Atual, 1988.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

CALABRE, Lia. “Rádio e História – Reflexões acerca do trabalho do historiador com o rádio”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org.) *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 79-85

CAMARGO, Aspásia A. de; NUNES, Marcia B.M. *Como fazer uma entrevista?* Rio de Janeiro: Doc. CPDOC. 714.

CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contato, v. 16, nº 31 e 32, 1996. p. 328-552.

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.

CARONE, Edgard. *A República Liberal II: evolução política, 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964: A queda de João Goulart*. 2º tomo. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: UnB, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985.

Código Penal Militar – Lei de Segurança Nacional – Forense

COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: A versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999

- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOAREA, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DIEHL, Astor Antônio. *Metodologia da pesquisa histórica* (uma proposta de estudos). Passo Fundo: Ediupf, 2000.
- DINES, Alberto e outros (org.) *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil. Visões do Executivo*. São Paulo: Editora 34, 2000. v.3
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: A vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ELMIR, Cláudio. “As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica.” In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n.13, dezembro de 1995, p. 19-19.
- ESPIG, Márcia Janete. “O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Costestado.” *Estudo Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS- Curso de Pós-Graduação em História, v. XXIV, n.2, dez, 1998, p, 169-189.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FIGUEIREDO, Mal. Poppe de. *A revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.
- FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; MEC /SESu/PROEDI, 1988.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- FÉLIX, Loiva Otero. “A história política hoje: novas abordagens”. In: *Revista Catarinense de História*. n.5, 1998, p.84-97.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Memórias orais como documentação histórica*. (mimeog.)
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FOUCAULT, MICHEL. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1982.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

- GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- GORDON, Lincon. *A segunda chance do Brasil: a caminho de Primeiro Mundo*. São Paulo: SENAC, 2002.
- IANNI, Octávio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- JULLIARD, Jacques. "A política". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.
- LABAKI, Amir. *1961 A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- MARRA, Teresinha A. Mendes. "A política externa brasileira de 1961-1967". *Cadernos de Pesquisa*. Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Ed. UCG, 2000.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002.
- MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1996.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPSP, 2002.
- NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.
- PEDREIRA, Fernando. *Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

- PIRAN, Nédio. “Contribuição para a identificação da Região do Alto Uruguai e área de abrangência da URI.” In: *Perspectiva*. Publicação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI . Erechim. RS. v. 19. nº 68. Dez. 95.
- PONT, Raul. “Um ensaio sobre o brizolismo”. In: *Coojournal*. Porto Alegre. Outubro de 1977.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti . *O pacto ABC: As relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996
- REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998
- RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1986.
- SANTANA, Marco Aurélio. “Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. In: *História Oral- Revista da Associação Brasileira de História Oral*. nº 3, junho de 2000
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “A Pós-‘Revolução’ Brasileira”. In: JAGUARIBE, Hélio..et al. *Brasil, sociedade democrática* . Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. p. 223-330.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v.1.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os acontecimentos*. São Paulo: Global, 1981. v.2
- SILVA, Carla Luciana. “1935: organização, repressão, ação e reação”. In: *Folha da História*. Novembro de 2000, nº 41, Porto Alegre.
- SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. “Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica”. In: SILVA, Marcos A da. (coord.) *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. UPF, 2003. Dissertação de Mestrado.

“Tempos de Populismo e Agitação”. *Nosso Século – 1960 – 1980*. São Paulo: Abril, 1980. v.5. p. 31 a 80.

THOMPSON, B. John. “A metodologia da interpretação”. In: *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 342-355.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WAGNER, Carlos. *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WEBER, Max. “Textos Seleccionados”. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ZICMAN, René Barata. “História através da imprensa - algumas considerações metodológicas.” *Projeto História*. São Paulo: EDUC, 1989. n.4, p. 89-102.

REVISTA: O CRUZEIRO – 1963, 1964 – Porto Alegre/RS

JORNAIS:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 1962, 1963, 1964 – Porto Alegre/RS

A VOZ DA SERRA – 1962, 1963, 1964 – Erechim/RS

A ÚLTIMA HORA – 1964, 1964 – Porto Alegre/RS

CORREIO DO POVO – 1963, 1964 – Porto Alegre/RS

A FOLHA DE SÃO PAULO – 1962 a 1964 – São Paulo/SP

O NACIONAL – 1963, 1964 – Passo Fundo/RS

COOJORNAL – 1978, 1979 – Porto Alegre/RS

O RIO GRANDE – 1978, 1979 – Porto Alegre/RS

LOCAIS DE PESQUISA

Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – Solar dos Câmara – Porto Alegre/RS

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre/RS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre/RS

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

Arquivo do Correio do Povo – Porto Alegre/RS

Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular – Porto Alegre/RS

Museu da Brigada Militar – Porto Alegre/RS

Biblioteca da PUC – Porto Alegre/RS

Biblioteca da URGs – Porto Alegre/RS

Laboratório de História Oral – LAHIS – UNIFRA – Santa Maria/RS

Arquivo Histórico Regional – Passo Fundo/RS

Biblioteca UPF – Passo Fundo/RS

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font – Erechim/RS

Biblioteca Pública de Erechim – Erechim/RS

FONTES ORAIS

1 – Elzira Ribeiro de Almeida e João de Almeida – eram residentes em Faxinalzinho (hoje município, na época era distrito de São Valentim), ela professora primária e ele agricultor, sendo que foi convidado a assinar a lista dos grupos, preferiu pensar e em poucos dias estourou a revolução de 1964. Foram testemunhas oculares dos fatos que envolveu muitos de seus vizinhos e conhecidos, presos por terem assinados tais listas.

2 – Gelsomino Appi – líder do PTB em Erechim, com grande atuação política na época do golpe. Chegou a organizar um grupo, mas não enviaram a ata para a Mayrink Veiga, ficando fora das perseguições.

3 – Paula Fannin Longo – seu pai era açougueiro em Faxinalzinho, foi acusado de organizar um Grupo de Onze, foi preso, sofreu maus tratos, ficando seriamente doente por depressão após o fato, vindo a falecer.

4 – Sirlei Pavan Carlesso – seu pai tinha uma loja de produtos veterinários em Planalto e também foi preso, acusado de participar dos Grupos de Onze.

5 – José Correia da Silva – fazia parte de um Grupo de Onze no interior de Getúlio Vargas, não chegou a ser preso, mas foi vigiado por um cabo da polícia, destacado especialmente para ficar na localidade para isso.

6 – Carlos De Ré – membro da Fundação Alberto Pasqualini e da Comissão de Acervo de Luta contra a Ditadura, seu pai foi preso, em Santa Maria, por ser sindicalista e participar do Grupo de Onze.

7 – Décio Freitas – historiador e também ocupou um cargo no Governo João Goulart. Faz uma análise da conjuntura da época.

8 – Coronel Emílio João Pedro Neme – amigo pessoal de Leonel Brizola, foi convidado a ser comandante estadual dos Grupos de Onze.

9 – Silvino Rill – seu pai era agricultor no interior de Gaurama e foi preso, acusado de participante dos Grupos de Onze.

10 – Eulógio Klush – amigo e vizinho de Silvino Rill, era agricultor em Linha Tonello, interior de Gaurama, foi preso e acusado de participar de Grupos de Onze.

11 – Dr. Carlos Salim – oftalmologista em Erechim. Era prefeito de Paim Filho por ocasião do golpe militar de 1964, sendo preso por ser do PTB.

12 – Edir Rotta – seu marido, que era enfermeiro do Hospital de Caridade de Erechim, foi preso e acusado de participar dos Grupos de Onze, vindo a falecer um mês e meio após o ocorrido.

13 – Família Baccin: Valentina Mineto Baccin, esposa de Ítalo Baccin, (falecido), preso por participar de Grupo de Onze, e seus filhos Iracema Baccin e Darci Baccin, de Campinas do Sul.

14 – Nilo Copini: testemunhou algumas prisões de membros de Grupos de Onze em Erechim.

ANEXO I

MAPA DA REGIÃO ALTO URUGUAI - RS

REGIÃO ALTO URUGUAI – RS

ANEXO II

**CARTILHA PARA A ORGANIZAÇÃO
DOS “GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS”
OU “COMANDOS NACIONALISTAS”**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)